

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Ruth Borges Rilko

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE CONDICIONAL POR
MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GO**

Paranaíba - MS

2020

Ruth Borges Rilko

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE CONDICIONAL POR
MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Donda Rodrigues.

Paranaíba - MS

2020

R43p Rilko, Ruth Borges

O processo de inclusão de alunos em liberdade condicional por meio da educação de jovens e adultos em uma escola municipal na cidade de Quirinópolis-GO / Ruth Borges Rilko. – Paranaíba, MS: UEMS, 2020.
145f.

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade Estadual de Mato Gross do Sul, 2020.

Orientador: Prof. Thiago Donda Rodrigues.

1. Educação inclusiva 2. Educação de jovens e adultos 3. Liberdade condicional I. Rodrigues, Thiago Donda II. Título

CDD 23. ed. - 374

RUTH BORGES RILKO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE CONDICIONAL POR
MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 07 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Donda Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Carlos Eduardo França
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Fernanda Malinosky Coelho da Rosa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conceder-me todas as bênçãos que tenho recebido em minha vida, sobretudo neste momento, em especial, por realizar este sonho: o mestrado.

À memória de meus pais, (*in memória*) *Manoel Machado Borges e Laurinda Rodrigues de Moura*, por representar um imaginário de força, de luta e de resistência.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Thiago Donda Rodrigues, pelas preciosas orientações e por ter sido a luz que me guiou no caminho para a construção do saber desenvolvido neste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Paranaíba, cujos ensinamentos foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação nas pessoas de Divaina de Paula, Gustavo Gonzales e Neuzeli Silva.

À equipe da Escola Noturna de Quirinópolis, representada por sua Diretora Marciella Tibúrcio da Costa, pela compreensão de minhas dificuldades e incentivo para meu desempenho nesta pesquisa.

Ao meu sobrinho: Dr. Clériston Borges Araújo e sua esposa Gerusa de Freitas Ribeiro Araújo, pelas colaborações em altas horas na formatação dos meus trabalhos; e aos seus filhos Gabriel Ribeiro Araújo, Daniel Ribeiro Araújo e Clarisse Ribeiro Araújo, minha inspiração para viver e concluir meus trabalhos.

Ao meu esposo, Palmério Rilko, pela paciência, compreensão e incentivo dedicado a todas as minhas ações e viagens para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço de coração a todos os meus colegas do curso de mestrado da UEMS, que de forma direta ou indireta contribuíram para o êxito deste trabalho, pois foram momentos inesquecíveis.

Agradeço a todos os meus familiares, em especial minha saudosa irmã Magda Elena Moura Araújo e Ana Borges da Silva (*in memoriam*) e a Rosa Maria Borges de Moura e Hilda Borges Ferreira e aos demais que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

“O bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem...”

(Paulo Freire)

RILKO, Ruth Borges. **O processo de inclusão de alunos em liberdade condicional por meio da educação de jovens e adultos em uma Escola Municipal na Cidade de Quirinópolis-GO**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2020.

RESUMO

Nesta dissertação apresentam-se resultados de pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa “Currículo, formação docente e diversidade”. O tema desenvolvido foi o processo de inclusão de estudantes adultos que cumprem pena em liberdade condicional e cursam a Educação de Jovens e Adultos em uma escola regular. Dessa forma, o objetivo geral foi pesquisar quais práticas docentes podem contribuir para a inclusão desses indivíduos - os quais cometeram atos infracionais, advêm do sistema prisional e encontram-se em regime de liberdade condicional, são cursistas da Educação de Jovens e Adultos em uma escola municipal noturna com a modalidade de ensino EJA. Relevantes aportes teóricos sustentaram a pesquisa, tais como os estudos de Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Teresa Eglér Mantoan. No âmbito da abordagem qualitativa, optou-se pela Pesquisa de caráter etnográfico, mediante os seguintes procedimentos: entrevista estruturada com professores e alunos e observação das aulas nas turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Dentre os resultados alcançados foi possível identificar algumas práticas inclusivas que podem contribuir com o processo inclusivo de estudantes cumpridores de pena em liberdade condicional, como por exemplo, a contextualização dos conteúdos trabalhados em sala de acordo com a realidade desses alunos. Constatou-se, ainda, que os discentes nessa condição social sentem-se vítimas de preconceito no ambiente escolar. As respostas dos professores permitiram identificar a presença de lacunas relacionadas a uma formação específica para trabalhar com a EJA ou com a Educação Inclusiva. Foi possível detectar a presença de muitos desafios para que a escola seja efetivamente inclusiva com todos, desde as práticas metodológicas e combate ao preconceito até a formação inicial e continuada dos professores.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação de Jovens e Adultos. Liberdade Condicional.

RILKO, Ruth Borges. **O processo de inclusão de alunos em liberdade condicional por meio da educação de jovens e adultos em uma Escola Municipal na Cidade de Quirinópolis-GO.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2020.

ABSTRACT

This dissertation presents the final results of a Master's in Education research developed with the Postgraduate Program in Education of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba University Unit, in the research line "Curriculum, teacher training and diversity". Thus, the general objective was to research which teaching practices can contribute to the inclusion of adult students in conflicts with the law arising from the prison system, who serve time on parole, Youth and Adult Education students at a municipal night school with the modality teaching method, supported by relevant theoretical contributions that contributed from the idea of authors, such as: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Teresa Eglér Mantoan. through the following procedures: structured interview with teachers and students and observation of classes in classes of 8th and 9th years of Elementary School. Among the results achieved, it was possible to identify that there are some inclusive practices that can contribute to the inclusive process of students serving time on probation, such as contextualizing the contents worked in class to the reality of these students. It was also found that students on probation feel victims of prejudice in the school environment. Based on the teachers' responses, it was also identified that they do not have specific training to work with EJA or Inclusive Education. Thus, it is concluded that there are still many challenges for the school to be effectively inclusive with everyone, challenges that range from methodological practices and combating prejudice to the initial and continuing training of teachers.

Keywords: Inclusive Education. Youth and Adult Education. Parole.

RILKO, Ruth Borges. **O processo de inclusão de alunos em liberdade condicional por meio da educação de jovens e adultos em uma Escola Municipal na Cidade de Quirinópolis-GO.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2020.

RESUMEN

Esta tesis presenta los resultados de una investigación de Maestría en Educación desarrollada con el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidad Universitaria de Paranaíba, en la línea de investigación “Currículo, formación docente y diversidad”. El tema desarrollado fue el proceso de inclusión de estudiantes adultos que están en libertad condicional y asisten a Educación para Jóvenes y Adultos en una escuela regular. Así, el objetivo general fue investigar qué prácticas docentes pueden contribuir a la inclusión de estas personas - que cometieron infracciones, proceden del sistema penitenciario y están en probatoria, son estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos en una escuela nocturna con la modalidad docente EJA. Contribuciones teóricas relevantes apoyaron la investigación, como los estudios de Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Teresa Eglér Mantoan. En el ámbito del abordaje cualitativo, se eligió una investigación etnográfica, utilizando los siguientes procedimientos: entrevista estructurada a docentes y alumnos y observación de clases en el octavo y noveno año de primaria. Entre los resultados alcanzados, se pudo identificar algunas prácticas inclusivas que pueden contribuir al proceso inclusivo de los estudiantes que cumplen condena en libertad condicional, como, por ejemplo, la contextualización de los contenidos trabajados en clase de acuerdo con la realidad de estos estudiantes. También se encontró que los estudiantes en esta condición social se sienten víctimas de prejuicios en el ámbito escolar. Las respuestas de los docentes permitieron identificar la presencia de brechas relacionadas con una formación específica para trabajar con EJA o Educación Inclusiva. Se pudo detectar la presencia de múltiples desafíos para que la escuela sea efectivamente inclusiva con todos, desde las prácticas metodológicas y la lucha contra los prejuicios hasta la formación inicial y continua de los docentes.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Educación de Jóvenes y Adultos. Libertad Condicional.

SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CCATD-IEJA – Carta de Compromisso com a Agenda Territorial Integrada ao Desenvolvimento com a Educação de Jovens e Adultos

CEB – Câmara de Educação Básica

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CME – Conselho Municipal da Educação

COMFOR – Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de profissionais da Educação

CONFINTEA – Conferência Internacional para Educação de Adultos

CQV – Cidadania e Qualidade de Vida

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNEP – Fundo Nacional para Educação Popular

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NPNE – Novo Plano Nacional de Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PIBAP – Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação

PMCTE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do livro Didático

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Formação e tempo de serviço dos docentes participantes da pesquisa.....	43
QUADRO 2 – Idade, série e sexo dos discentes em liberdade condicional.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LIBERDADE CONDICIONAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	16
1.1 Inclusão escolar: princípios teóricos	17
1.2 A inclusão escolar sob a perspectiva de tratados internacionais	20
1.3 Pessoas em liberdade condicional e a procura pela escola como forma de reinserção social e inclusão social	22
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRICO, LEGALIDADES E REFLEXÕES	26
2.1 Histórico da Educação para Jovens e Adultos no Brasil	26
2.2 A EJA e suas bases legais hoje	32
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	45
4.1 Observações	45
4.2 Entrevista com os professores	51
4.3 Entrevistas com os alunos em liberdade condicional	77
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	104
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

Uma pequena biografia sobre a história da minha vida.

Sou uma professora que sempre estive voltada para a área educacional e a escola sempre foi o meu melhor aconchego. Por isso quero deixar aqui o registro de minha trajetória, desde o meu ingresso na escola até os dias de hoje. E foi durante esse percurso de encontro com o conhecimento que busquei, por meio de uma inspiração, resgatar os meus melhores momentos. Considero-me uma aluna aplicada, sempre atuante na busca por conhecimento – minha maior riqueza.

Aos 15 anos ingressei no Ensino Médio, fase escolar na qual fui muito bem sucedida. Posteriormente, prestei vestibular e fui aprovada para o curso de Geografia na UEG- Universidade Estadual de Goiás. No terceiro ano do curso, como demonstrava bom desempenho, tive a minha primeira oportunidade para ministrar aulas de Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso em uma das escolas particulares de Quirinópolis, por meio de um convite feito pela minha professora de Prática de Ensino. Nessa instituição também tive a oportunidade de realizar os meus estágios.

Posteriormente, ministrei aulas de Geografia e Língua Espanhola em duas escolas públicas estaduais, por quatro anos, em regime contratual; trabalhei também por mais dez anos com as mesmas disciplinas em uma instituição particular - pela qual tenho carinho e admiração especiais.

Com o passar do tempo fui convidada para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola Estadual Castelo Branco, disciplina de Geografia, com as turmas do 6º ao 9º ano. Essa experiência foi muito especial e marcante, pois fiquei admirada com a assiduidade dos alunos e com o profundo comprometimento deles com relação às propostas de atividades apresentadas na sala de aula. Todos os dias ficava ansiosa para que chegasse aquele horário, pois fui extremamente bem acolhida por todos e isso me motivava cada vez mais a desenvolver um bom trabalho, que durou apenas dois anos, mas marcou positivamente minha carreira profissional; motivo pelo qual –me encontro nesta caminhada em busca de uma educação de qualidade, eficiente e eficaz. Ainda insatisfeita com as experiências adquiridas, ingressei no curso de Direito pela FAQUI - Faculdade de Quirinópolis, além realizar cinco especializações, todas com o intuito de melhorar e enriquecer o meu conhecimento.

Nesse ínterim, em vez de me inscrever no processo seletivo da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, fiz a opção por realizar um grande sonho, fazer o mestrado. Por isso

enfrentei o processo seletivo por três vezes, e por último tive a honra de ser aprovada e ainda ser contemplada como bolsista pela PIBAP. Durante esse tempo no curso de mestrado, tenho sempre buscado as melhores oportunidades de estudar com ótimos professores, sem levar em conta a distância de 290 km entre as cidades e ter que sair às 3h30min para chegar a tempo de assistir às aulas.

Também tive a oportunidade de realizar meu Estágio de Docência - voltado para a EJA - no 4º Ano de Pedagogia, sob a coordenação da professora Milka Helena Carrilho Slavez, que me acolheu e juntas fizemos um bom planejamento uma ótima realização das aulas.

O aprimoramento de meus conhecimentos acerca da modalidade de ensino da EJA estimulou o desejo e intensificou a necessidade de fazer esta pesquisa, com o fito de investigar como essa modalidade de ensino pode oportunizar o acesso à educação a quem não conseguiu cumprir as etapas escolares na idade ideal, além de considerar essa modalidade educacional um ambiente de inclusão social e educacional, sejam quais forem os motivos das sucessivas evasões ocorridas e as idades dos educandos.

Este Trabalho de pesquisa teve como objeto de estudo o processo de inclusão em uma escola municipal de Quirinópolis, cidade localizada no sudoeste goiano, por meio da Educação de Jovens e Adultos de alunos que cometeram atos infracionais e cumprem pena em liberdade condicional.

O interesse pelo tema surgiu, também, de reminiscências de quando ministrei aulas na EJA, e fiquei bastante impressionada com a dedicação e a assiduidade dos alunos. Diante dessas primícias surgiu o tema proposto com a seguinte indagação: quais práticas docentes podem contribuir para a inclusão de estudantes adultos, os quais cometeram atos infracionais, estão sob o regime de liberdade condicional, são cursistas da educação de jovens e adultos?

Essa indagação direcionou meu interesse para a referida escola, onde há um grupo de discentes cumpridores de pena sob o regime de liberdade condicional, em busca de compreender como é o trabalho do professor no processo de inclusão desses alunos e clarificar o papel da educação na vida dessas pessoas, muitas vezes estigmatizadas pela exclusão social e pela falta de oportunidades.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral pesquisar quais práticas docentes podem contribuir para a inclusão de alunos adultos infratores, provindos do sistema prisional, em cumprimento de pena em liberdade condicional e são cursistas da Educação de Jovens e Adultos em uma escola municipal noturna com a modalidade de ensino EJA. Dentre os objetivos específicos incluem-se: a) pesquisar, a partir de observação e entrevistas, como os professores compreendem o processo de inclusão de indivíduos infratores e quais as

dificuldades enfrentadas por eles; b) investigar, por meio de entrevistas, como esses alunos entendem o processo de escolarização e como compreendem as influências que a escola pode ter nas suas perspectivas de vida. Para tanto, necessário se fez conhecer o Projeto Político Pedagógico da instituição, alvo de nossa pesquisa, assim como o levantamento dos corpos docente, administrativo, pedagógico e demais servidores, bem como do total de alunos matriculados na referida escola.

Em busca de responder a essas questões e atender os objetivos, no primeiro capítulo da dissertação, desenvolvemos o repertório teórico, com ênfase em autores e obras que discorrem sobre educação inclusiva e Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Para tanto, recorreremos a relevantes aportes teóricos a partir de estudos de Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Teresa Eglér Mantoan.

Assim, o primeiro capítulo discorreu acerca da inclusão escolar sob a perspectiva de tratados internacionais, tópico em que se abordou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a qual aborda questões relativas à formação escolar do sujeito; Declaração de Salamanca (1994), uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Abordamos ainda a inclusão escolar sob a perspectiva de documentos nacionais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), marco legal dos Direitos Humanos dos Adolescentes no Brasil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996), legislação que regulamenta o sistema educacional – público ou privado - do Brasil, da educação básica ao ensino superior; CONFINTEA's, Conferências Internacionais de Educação de Adultos, com vistas ao desenvolvimento educacional, econômico e cultural dos países.

No segundo capítulo abordamos a Educação de Jovens e Adultos – EJA, pressupostos teóricos, contexto de surgimento do programa criado pelo Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007. Também, aborda-se o contexto histórico da EJA no Brasil, bem como as propostas que a precederam e as bases legais as quais estruturam a Educação de Jovens e Adultos; a formação do professor para a EJA, tópico em que se destacam os desafios e os avanços dessa modalidade de ensino.

No terceiro capítulo, a abordagem recai sobre os procedimentos metodológicos empregados no trabalho, cuja abordagem qualitativa primou pela Pesquisa de caráter etnográfico, a partir dos seguintes procedimentos de produção de dados: observação das aulas nas turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Noturna de Quirinópolis e entrevista estruturada com 10 professores e gestores da escola, bem como com os alunos de 23 a 44 anos, que na época da pesquisa cumpriam pena em liberdade condicional..

No quarto capítulo, apresentam-se os dados produzidos durante a pesquisa junto à escola, por meio das observações e entrevistas com professores e alunos. Também realizamos, com base na teorização proposta nos capítulos anteriores, a análise desses dados.

Por fim, parte-se para as considerações finais, em que se avalia o desenvolvimento da pesquisa, os resultados alcançados e se esses coadunam com a problemática levantada nos objetivos geral e específicos do trabalho.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LIBERDADE CONDICIONAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Segundo o relatório da UNESCO (2005), podem ser exemplo de grupos vulneráveis/excluídos/marginalizados: crianças abusadas, trabalhadores infantis, refugiados ou crianças desabrigadas, migrantes, minorias religiosas, trabalhadores infantis domésticos, crianças atingidas pela pobreza, minorias linguísticas, minorias étnicas, crianças de rua, crianças em zonas de conflito/crianças soldados, crianças com deficiência, crianças nômades, órfãos, HIV positivos.

Fenômenos como esses infelizmente ainda estão muito arraigados à realidade brasileira, sobretudo porque temos um país de grandes dimensões territoriais e carregado de notável variabilidade social e cultural, com regiões e realidades muito distintas. Por isso, faz-se pertinente a discussão e a pesquisa acadêmica sobre Educação Inclusiva, ideia bastante difundida nos espaços midiáticos, acadêmicos e escolares, porém ainda pouco reconhecida pela sociedade em geral.

Em busca de compreender a ideia de inclusão, Camargo (2017, p. 1) nos explica:

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela.

A luta por uma sociedade inclusiva só é necessária porque temos um modelo que exclui a partir de padrões os quais buscam nos enquadrar em diversas dimensões sociais. Assim, o modelo social de hoje, como se vê nessas palavras, geram padrões, mitos a serem seguidos, em nome da manutenção do modelo de sociedade, situação que ocasiona a naturalização de arquétipos e exclusão de quem não se enquadra neles.

Pensamentos assim, também presentes na escola, geram exclusão escolar, fenômeno caracterizado pela impossibilidade e dificuldade do acesso à escola, motivado por questões sociais, culturais, econômicas, condições motoras, sensoriais, intelectuais, dentre outras. Entretanto,

[...] no ambiente escolar, nem sempre essas exclusões implicam no afastamento físico dos indivíduos, muitas vezes são exclusões veladas, em que o aluno não tem as condições adequadas para o seu pleno desenvolvimento ou ainda tem negada suas diferenças; no entanto, se mantém na escola não só ‘subdesenvolvendo-se’ do ponto de vista da formação escolar como também sendo convencido de que são “anormais”, dado que os padrões de normalidade a que está submetido implicam em sensação de não pertencimento (RODRIGUES; ROSA; MANOEL, 2020, p. n.p.).

Para lidar socialmente com esses processos de exclusão, muitas vezes quem não se enquadra nos parâmetros da escola é encaminhado para espaços sociais segregados como escolas especiais para atender pessoas com deficiência, ou, em outros casos, nem há um espaço escolar para tais cidadãos, como os que se encontram em regime de liberdade condicional.

Este capítulo pretende discutir o processo de inclusão escolar, desde sua conceituação até os desafios enfrentados pelo Brasil para permitir que essa realidade se concretize no cenário educacional. Logo, far-se-á uma incursão pelos conceitos de “inclusão”, “exclusão” e suas relações com a escola brasileira contemporânea. Além disso, também faremos um percurso de análise acerca do que dizem documentos nacionais e internacionais sobre essa importante temática para o ambiente escolar.

1.1 Inclusão escolar: princípios teóricos

De maneira geral e sintética, a inclusão escolar é uma prática social que tem como alvo crianças, jovens ou adultos que, por razões de ordens diversas, sofreram algum mecanismo de exclusão que os impediu e impede de estar na escola. Normalmente, o público-alvo da educação inclusiva envolve grupos vulneráveis/excluídos/marginalizados. Nesse entendimento, a inclusão engloba necessariamente a ideia de incluir pessoas que anteriormente foram excluídas. (AINSCOW, 1997).

Por outro lado, é importante comentar que a inclusão escolar não se resume ao ato de colocar na escola regular pessoas com algum tipo de dificuldade ou problema, como o senso comum pode sugerir, mas requer uma mudança no modelo educacional, com o fito de não deixar ninguém de fora e na busca de oferecer educação de qualidade para todos. Para que sejam cumpridos tais propósitos, necessário se faz envolver neles variadas dimensões da educação, como formação de professores, políticas públicas, gestão escolar, visão educacional, dentre

outras. Assim, a ideia de inclusão envolve uma visão sobre educação diferente da atual, em busca de equidade para todos.

Portanto, “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p.16). Por essas palavras, a noção de inclusão escolar toma uma nova vertente: falar dela não significa apenas pensar em alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizado, mas em todos que por algum motivo foram ou são excluídos pela escola. Isso quer dizer que todos, sem nenhuma exceção, devem estar na escola.

Esse pensamento claramente atende ao direito universal da igualdade, proposto pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 5º aponta a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros, assim como o artigo 6º determina que a educação é um direito social de todos (BRASIL, 1988). Portanto, falar de inclusão escolar pressupõe assumir que o acesso e a permanência na educação são direitos garantidos constitucionalmente a todos os cidadãos.

Ademais, sob viés complementar de entendimento, Chochík (2011) vislumbra que a inclusão escolar se trata de uma possibilidade de combate a preconceitos. Contudo, nem sempre o fato de haver práticas inclusivas garante que eles serão extintos; mas ainda assim é importante destacar: combatê-los faz parte do processo, por isso, é importante que a inclusão seja vista de uma forma global e não apenas por meio de ações pontuais, como incluir o aluno de forma física na sala de aula.

A inclusão é vista como possibilidade de convivência e respeito às diferenças. A criação de um ambiente de relação social entre as diferenças é produtiva pela colaboração que permite haver entre todos. Cremos ter ficado claro, até o presente momento, que a educação inclusiva trata de uma transformação na escola de modo a incluir todos.

O processo de inclusão escolar, como já mencionado, tem por objetivo englobar a todos; portanto, é pertinente ressaltar que o acolhimento de alunos em liberdade condicional pelas escolas também perpassa por uma situação de inclusão escolar, já que, por algum motivo, foram excluídos do sistema educacional. Dessa forma, é importante que a escola esteja preparada para receber e incluir esses alunos no processo educativo de forma efetiva.

Também ficou abalizado até o momento, que o combate aos preconceitos é um dos objetivos maiores da inclusão escolar, porque permite colaboração entre todos num ambiente de igualdade. Desse modo, as vantagens da inclusão são notáveis, porque tal inclusão ampara diferentes visões e benefícios para todos os envolvidos no processo educacional.

De maneira geral, como se pode notar, o trabalho é duplo: é importante haver, por parte da escola, uma adequação global para receber a todos de maneira indiscriminada e manter um espaço de respeito e valorização das diferenças.

É importante ressaltar que não se pode falar de inclusão educacional sem refletir os motivos que levaram à exclusão, sejam eles os preconceitos criados pela sociedade no que diz respeito a alunos com algum tipo de deficiência ou questões sociais como a pobreza e a necessidade de trabalhar ainda na idade escolar.

Sobre o abandono da escola, Dayrell e Rodrigues (2011) ressaltam: “quando necessitam escolher entre escola e trabalho, estudantes das classes mais empobrecidas acabam por optar pelo trabalho, ou melhor, por alguma atividade, mesmo que precária, que lhe garanta o acesso a uma renda minimamente satisfatória”.

Portanto, tratar de inclusão escolar é também lutar para que a exclusão não aconteça. Para tanto, na instituição escolar devem ser combatidos os mecanismos excludentes, além de, obviamente, haver políticas públicas para garantir o acesso e a permanência dos discentes cujo perfil revele alguma fragilidade/vulnerabilidade social a qual os coloque à margem do ambiente educacional.

Embora o direito à educação inclusiva abranja todos os estudantes, muitos governos ainda precisam fundamentar suas leis, suas políticas e suas práticas nesse princípio. Os sistemas educacionais que celebram a diversidade e acreditam que cada pessoa agrega valor, têm potencial e deve ser tratada com dignidade, permitem que todos aprendam não apenas o básico, mas a ampla gama de habilidade que o mundo necessita para construir sociedades sustentáveis (UNESCO, 2020, p. 22).

O grupo dos quais trata este trabalho inclui pessoas infratoras que cumprem pena em liberdade condicional e buscam na escola uma forma de retomar suas vidas. São adultos que não puderam concluir seus estudos em idade hábil, portanto em algum momento de suas vidas foram excluídos do sistema educacional; posteriormente retornaram e por isso a escola tem o dever de acolhê-los e incluí-los, de modo a oferecer-lhes uma nova e promissora oportunidade de recomeçar com dignidade essa jornada tão importante para o exercício da cidadania e da valorização pessoal/profissional.

1.2 A inclusão escolar sob a perspectiva de tratados internacionais

A educação inclusiva tem respaldo a partir de tratados internacionais e neste momento faremos uma incursão por dispositivos internacionais que argumentam acerca da educação inclusiva.

Inicialmente, podemos nos remeter à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que preceitua:

Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

[...]

Artigo 26: 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 1948, p. 4).

Assim, de início, a Declaração compreende a igualdade entre todas as pessoas, o que afasta a possibilidade de se negar educação a alguém, motivado por procedência ou questões étnicas, financeiras, de gênero, sociais, econômicas, dentre outras, e nesse universo também estão os indivíduos infratores. Em seguida, o documento orienta que o objetivo da educação é o desenvolvimento da personalidade humana e a tolerância entre todos.

Cabe então iniciar a discussão a partir do ato de se considerar a igualdade como um direito básico do ser humano; logo, é necessário que a inclusão perpassasse todos os meios sociais essenciais, inclusive e sobretudo, a educação.

Outro documento internacional que merece destaque é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a qual salienta:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em **condições de aproveitar as oportunidades educativas** voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. [...] A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação

de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente (UNESCO, 1990, p. 3. Grifos nossos).

Nesse tratado ressalta-se novamente a questão do desenvolvimento humano, relacionado à justiça social, e, mais uma vez, à tolerância e à solidariedade. Os sujeitos envolvidos nesse processo, como se viu, são todas crianças, jovens ou adultos, os quais devem estar em condições de aproveitar oportunidades educativas; assim, compreende-se que a inclusão deve ter seus efeitos potencializados com a presença de vários agentes sociais.

Queremos chamar a atenção também para a expressão “condições de aproveitar as oportunidades educativas”, constante na declaração da UNESCO, pois elas mostram que todos devem ter as mesmas chances, de acordo com suas particularidades.

No que tange a essa oferta de condições e oportunidades educativas, também há luz em outro documento internacional da Unesco, a Declaração de Salamanca, na qual consta:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 6).

Assim, o dever de proporcionar educação inclusiva é, como se vê, primeiramente do poder público, e posteriormente cabe às escolas seguirem as diretrizes governamentais inclusivas, o que permite inferir que todos os agentes do universo escolar também devem se comprometer com essa tarefa. Ademais, acerca do público da inclusão, novamente de maneira ampla, são citadas todas as pessoas, independentemente de suas condições, sem absoluta exceção. Esse documento também está em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual, como se viu, prevê igualdade entre todos os seres humanos.

A Declaração de Salamanca lança também um olhar sobre os grupos vulneráveis/excluídos/marginalizados e reafirma que todos devem ser incluídos. Dessa forma fica nítido que os processos de exclusão e inclusão escolar não estão restritos às pessoas com deficiência.

O supracitado tratado internacional ainda assevera:

O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994, p. 3).

Podemos ver, portanto, mais uma vez que a preocupação com o combate às intolerâncias e preconceitos tem sido o principal mote da inclusão, pois o desafio está, depois de trazer o excluído para o ambiente escolar, em propiciar meios para haver convivência harmônica entre todos. O documento também entende que a construção de uma sociedade inclusiva passa pela construção de uma educação baseada no respeito, cujo principal papel é o de formar e desenvolver pessoas para esta sociedade.

Principalmente a partir da Declaração de Salamanca iniciaram-se maiores discussões nos âmbitos governamentais e acadêmicos acerca de uma Educação Inclusiva, não só voltada às pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais, mas a qualquer um que por algum motivo foi excluído da escola. O termo “arranjos educacionais”, proposto pela declaração, envolve a recriação de ambientes e formas de educação que atendam a todos igualmente, ou seja, uma ressignificação do paradigma educacional, de modo que o espaço escolar acolha a todos.

1.3 Pessoas em liberdade condicional e a procura pela escola como forma de reinserção social e inclusão social

O encarceramento é o ato de privar de liberdade os indivíduos infratores, de forma a retirá-los do convívio social, como forma de penalizá-los pelo crime cometido. A pena pode ocorrer na forma de regime fechado, semiaberto ou aberto. De acordo com o artigo 33 do Código Penal esses regimes se configuram:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Considera-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

O referido artigo, no segundo parágrafo, prevê que as penas devem ser executadas de forma progressiva. Assim, se o apenado estiver em regime fechado, faz-se necessário que no período de encarceramento o detento seja exposto a medidas de reinserção social para que possa retornar à sociedade; todavia, nem sempre isso ocorre.

A falta de estrutura nas prisões brasileiras e a inexistência/ineficácia de políticas públicas faz com que essas pessoas vivam em situações desumanas e degradantes no período em que estão encarceradas. Nesse sentido Miranda (2016, p.54) pontua:

O aumento significativo da população carcerária, associado ao número menor de vagas e à precária estrutura física para habitabilidade do sistema penitenciário têm como resultado uma preocupante situação de violência contínua, que se traduz na impossibilidade de promover uma assistência penitenciária digna e efetiva, mediante programas e projetos para a assistência à Educação, a Saúde, ao jurídico e social para os condenados, de acordo com as necessidades de cada sujeito, na impossibilidade de cumprir com o que determina a legislação de execução penal.

Dessa forma, com a falta de possibilidade de a pessoa encarcerada ter efetivas oportunidades de reinserção social dentro da prisão, a situação de regime de liberdade condicional se configura como uma nova opção para o convívio social, dado que podem retomar, por exemplo, práticas laborais e educacionais do lado externo do cárcere. A liberdade condicional é o nome que se dá à progressão de regime em que é concedida antecipadamente a liberdade à pessoa que cumpre pena em regime fechado. Tal possibilidade é apresentada no artigo 83 do Código Penal:

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - comprovado: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

a) bom comportamento durante a execução da pena; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

b) não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Observa-se então a existência de uma série de requisitos a serem atendidos pelos indivíduos que estão em regime fechado para progredirem para a liberdade condicional. Ao alcançar essa progressão da pena, a Lei de Execução Penal (LEP) determina condições para permanecerem nele:

Art. 132. Deferido o pedido, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

§ 1º Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes:

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- b) comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação;
- c) não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.

§ 2º Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:

- a) não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
- b) recolher-se à habitação em hora fixada;
- c) não frequentar determinados lugares.

Neste contexto, a escola surge como uma importante ferramenta de ressocialização e inclusão social, já que grande parte do público das pessoas encarceradas não concluíram a educação básica em idade ideal. Conforme Cunha (2010, n.p.) ressalta:

A baixa escolaridade, mesmo com o aumento do acesso à educação escolar nas últimas décadas, ainda se constitui realidade entre a maioria da população brasileira e nos alerta para a forte ligação que ela estabelece com a criminalidade. Entre a população carcerária do país, os índices são bastante expressivos.

Dessa forma, é de fundamental importância haver espaço para essas pessoas, tanto no mercado de trabalho quanto na escola; no entanto nem sempre ocorre tal disponibilidade, e

como consequência os indivíduos em processo de reinserção social acabam por sentirem-se ainda mais excluídos e estigmatizados. Em relação a esse fato, ressalta Veronese (2000, n.p.):

Existe um descompromisso ético por parte da sociedade que, enquanto pune, política e socialmente não tem se preocupado em encontrar soluções educativas eficientes para detentos e ex-detentos. A prova disso está na população carcerária que aumenta ano após ano. Além do descompromisso ético da sociedade frente à população carcerária, de julgar e não buscar soluções para o problema que está exposto, há um efeito mais danoso, "o estigma", que consigo traz outras implicações, tais como a absorção pelo detento, ou ex-detento, de valores que lhe são depositados rotulando-o, marcando-o, e com isso contribuindo significativamente para que assuma a identidade que lhe é atribuída.

Pode-se depreender que a educação tem um papel de fundamental importância no processo de reinserção social para as pessoas advindas do sistema prisional ou mesmo para as que ainda estão no regime fechado e pode atuar como uma forma de inseri-las novamente na sociedade. No que diz respeito a esse assunto, Julião (2010, n.p.) ressalta:

No que concerne à reinserção social, a educação pode vir a assumir papel de destaque, pois, além dos benefícios da instrução escolar, o preso pode vir a participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

No que diz respeito ao apenado sob o regime de liberdade condicional, a Educação de Jovens e Adultos entra em cena, pois geralmente promove a oportunidade de retorno à escola, por ofertar uma modalidade de ensino a quem não conseguiu cumprir todas as etapas da educação na idade ideal.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRICO, LEGALIDADES E REFLEXÕES

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem o objetivo de garantir acesso democrático à educação para pessoas com disparidade entre a idade e o tempo de escola e procura permitir que o currículo da educação básica seja trabalhado com tais cidadãos de forma íntegra e sistemática; todavia, com o devido respeito às experiências e condições dos educandos, de modo a ofertar uma educação de qualidade.

Assim, no próximo tópico promoveremos uma incursão pelo histórico da EJA, considerando sua criação, seus objetivos teóricos bem como analisaremos sua realidade no Brasil hoje.

2.1 Histórico da Educação para Jovens e Adultos no Brasil

Ao investigarmos a história educacional do Brasil, percebemos que a atual EJA, como uma política pública, é recente no país; contudo, ela tem raízes em movimentos mais longínquos, pois desde o Período Colonial há resquícios de iniciativas de escolarização de Jovens e Adultos.

A primeira discussão política sobre escolarizar jovens e adultos ocorreu com as missões jesuíticas durante o século XVI. No entanto, evidentemente, devido ao fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal, o objetivo da educação não era a de formação de conhecimentos e desenvolvimento para a vida em dimensões sociais como se tem hoje. A esse respeito, argumenta Moura (2003, p.26):

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa.

Como se percebe, a educação na época colonial tinha objetivos claramente religiosos. Como o governo de Portugal pretendia estabelecer seu domínio na recém descoberta terra, os

aspectos políticos já haviam sido estabelecidos; contudo, com o propósito de moldar os nativos aos hábitos, cultura, e religião europeus, os jesuítas fundaram escolas para, desse modo, catequizar a população indígena. Logo, esse projeto foi determinado sobretudo para adultos, visto que as crianças seriam educadas aos poucos pelas próprias famílias em processo de aculturação. Pode-se afirmar que a educação brasileira começou nesse período de forma ainda rudimentar, porque se tratava basicamente de uma educação religiosa e linguística, ofertada pela fé e pela língua portuguesa, entendida então como “superior” à dos nativos. Aos poucos, à medida que a Colônia crescia, a educação tentava atingir mais grupos sociais, contudo, ainda existia a estratificação das classes sociais mais abastadas e as menos favorecidas; portanto, a educação ainda era desigual.

A partir de 1759, Marquês de Pombal, diplomata e estadista português, ao assumir o poder de administrar questões educacionais, expulsou os jesuítas e suas missões do território brasileiro e desse modo iniciou um processo de educação de caráter nacional, a partir do qual o Estado assume -para si a responsabilidade pela educação.

Afora a questão política da tentativa de aculturar os nativos e como esse processo refletiu nas questões de exploração humana, torna-se importante citar as implicações sociais advindas dessa educação catequista. Moura também comenta que a educação jesuítica acabou por transformar-se em educação de classe, a qual, de modo gradativo, criou uma aristocracia rural que, paulatinamente, consolidou esse modelo de educação.

Enfraquecido o poder da igreja sobre a colônia, a educação passou a ganhar novos contornos. Com efeito, Pombal determinou a oferta de disciplinas isoladas e a criação de ensino superior no território. Em relação ao acesso à educação, infelizmente a reforma pombalina não abarcou muita gente, pois a educação superior, de maior qualidade, e o acesso ao ensino tradicional de forma gratuita e de qualidade, estava restrito à elite da época. A educação ainda estava estratificada.

A preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia, por outro lado não havia interesse, por parte da elite na expansão da escolarização básica para o conjunto da população tendo em vista que a economia tinha como referencial o modelo de produção agrário (MOURA, 2003, p.27, apud ARAÚJO, 2017, p.14).

A partir dessas reflexões, podemos perceber que na época do Brasil Imperial, a educação perdeu o a aura catequética, porém manteve o perfil elitista, com poucas ações e políticas em

prol de uma educação de jovens e adultos em termos de acesso universal ao ensino regular, o que, por sua vez, corroborou a manutenção de um sistema agrário elitista, de tal forma que ressaltou de modo gradual as diferenças sociais entre as classes daquele momento.

Mais tarde, após o Brasil alcançar sua independência de Portugal, com a Constituição de 1824, a nação viu a legislação defender a equidade do ensino e a proposta de educação para todos nos mais variados níveis. Moura comenta que a referida Carta apontava a inviolabilidade dos direitos civis e políticos e considerava a instituição primária e gratuita da educação para todos os cidadãos. Para tanto, havia no então império, a necessidade de existirem escolas primárias, ginásios e universidades nos locais apropriados para atender à sociedade (MOURA, 2003). Todavia, na prática, essa questão se mostrou adversa, pois Moura (2003) comenta que o tráfico de escravos, a continuação de uma elite agrária e o pouco caso do poder público ainda eram empecilhos para o integral cumprimento da lei.

Mais tarde, mesmo com o começo da República, o quadro pouco se alterou. Ainda que a nação experimentasse o sabor de ser uma república soberana, questões políticas externas e internas ainda se mantinham as mesmas, sobretudo no plano aristocrático e governamental.

O cenário começou a sofrer pequenas modificações apenas a partir da década de 40 do século XX, quando a Constituição da época determinava a existência de ensino primário e ginásial para todos como direito legítimo. Aos poucos, esse direito foi cumprido, com a construção de escolas e formação de conselhos de educação que reuniam professores e políticos (MOURA, 2003).

Ainda que a realidade da educação de jovens e de adultos passasse por franca mudança, os níveis de analfabetismo ainda eram altos. Conforme dados oficiais, os índices de analfabetismo entre brasileiros acima de 15 anos estavam em percentuais críticos: 56% de analfabetos na população maior de 15 anos (IBGE, 2015).

As principais demandas educacionais estavam no campo da alfabetização de jovens e adultos, visto que o maior gargalo para o cumprimento da legislação de então eram essas. Com isso, nas bases da Reforma de Capanema, de 1940 na Era Vargas, o objetivo era fazer alterações significativas no sistema de educação brasileiro. Entre as reformas mais notáveis estava a escolarização para o trabalho. Nesse sentido, programas de alfabetização de adultos começaram a ser empreendidos com o intuito de formar pessoas capazes de atuar no mercado de trabalho da época (MENEZES; SANTOS, 2001).

Devido à necessidade de trabalhar, os operários precisavam abrir mão da possibilidade de estudar, e dessa forma, em busca de contornar essa situação, foram criadas classes

específicas para trabalhadores analfabetos (MENEZES; SANTOS, 2001). Essa foi uma das ideias precursoras da atual EJA, na tentativa de cumprir as legislações da época.

Com o fim do Estado Novo, a partir de 1945, a educação passou a ter conotações de preparação para a evolução da indústria que começava a se desenvolver no país naquele tempo. Deu-se início às discussões acerca dos possíveis meios de combater a aristocracia agrária no país, de modo que a alfabetização de adultos e de jovens passou a receber um olhar mais atento. Com efeito, em 1947 foi lançada uma política pública com vistas a atender o analfabetismo pandêmico no país, denominada de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Sobre essa campanha, Paiva (2003, p.206) destaca:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo.

Destarte, a criação dessa campanha visava diminuir estatísticas de analfabetismo, uma vez que mundialmente o Brasil começava a criar alguma reputação. Por outro lado, a preocupação com o preparo de mão de obra ainda estava presente e mostrou que o processo de ascensão econômica e social do país destacou a questão do trabalho, da indústria e do campo no âmbito da educação; era viável, pois, educar e alfabetizar adultos e jovens para suprirem as demandas relacionadas.

Mais tarde, foram criadas outras campanhas, com menor sucesso: a Campanha Nacional de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, datadas de 1952 e de 1958, respectivamente. Essas campanhas, embora visassem levar alfabetização a jovens e adultos tanto nas zonas urbanas quanto, e principalmente, nas rurais, foram infrutíferas, posto que surgiram críticas decorrentes das metodologias adotadas pelas campanhas e da superficialidade dos objetivos, pois especificidades regionais eram pouco consideradas.

Na sequência, a partir dos anos finais da década de 1950, movimentos e projetos de educação de jovens e de adultos passam a ganhar força pelo país. Eram, na realidade, ações civis concomitantes com as do Estado. Entre as discussões atinentes a tais ações civis, estavam novos métodos de educação, balizados pelas ideias de Paulo Freire.

Entraram, assim, no cenário nacional, as noções de Paulo Freire de educação libertadora, segundo a qual a alfabetização deveria propor também a discussão crítica do contexto dos educandos. Para Freire (1989) existia naquela época um entendimento de que a educação de jovens deveria ser profissional, treinamento de mão de obra, funcional, capacitar os analfabetos para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento nacional, proposta-da qual ele discordava, porque a pura intenção de alfabetizar para o exclusivo uso do mercado não libertava o indivíduo para o uso do conhecimento.

Sobre alfabetização, Freire (1979, p.41) argumenta:

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador.

Freire tinha concepções contrárias à de uma alfabetização mecânica, a qual era vigente em sua época, porque, para ele, essa seria apenas uma tentativa de acabar com a ingenuidade que imperava à época. Segundo sua visão, seria necessário passar do campo da mera alfabetização e trazer criticidade, para que os alfabetizados adquirissem autonomia e consciência para gerir a própria vida. Em 1963, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi abandonada para dar lugar a um Programa Nacional de Alfabetização, cujo principal organizador seria Paulo Freire, para quem o analfabetismo é uma consequência da pobreza, da injustiça social e de uma educação não priorizada, então um programa de alfabetização era medida pertinente (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, Freire entende que a educação era uma arma de libertação, no contexto da época, das amarras das injustiças sociais vigentes. Defendia que o aluno precisava ser estimulado a buscar por autonomia, não somente em termos de conhecimento técnico-escolar, mas de pensamento crítico, de presença em sociedade. Suas reflexões despertaram a atenção de muitos intelectuais da época, porque acreditavam que, com a erradicação do analfabetismo, a situação geral do país seria melhorada em vários âmbitos.

Com a chegada do período de Ditadura Militar em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização foi suplantado por novas ações pelo então regime autoritário. Como Paulo Freire pensava em uma educação popular, conscientizadora, formadora de pessoas com autonomia de pensamento e juízos de valor sobre a realidade que as cercava, a ideologia militar seria

ameaçada, então seria necessário mitigar tais pensamentos libertadores. Assim, em um contexto de violências, desmandos e austeridade, a educação de jovens e adultos ganhou nova roupagem: nascia então em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

Com efeito, o MOBRAL foi concebido para ensinar as pessoas a ler e a escrever apenas. Uma verdadeira ruptura com os movimentos e descobertas pedagógicas empreendidas até então (PAIVA, 1987).

De maneira geral, o MOBRAL não obteve resultados satisfatórios. Embora tivesse investimentos adequados para a época, recebeu duras críticas acerca da manipulação de seus resultados, além de críticas à forma como o próprio programa era pensado e executado, sem bases pedagógicas sólidas e com métodos e objetivos indefinidos.

Mais tarde, em 1971, o governo implantou a Lei nº 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que se estabelecia capítulo próprio para o ensino de adultos e jovens. Sua organização versava sobre o supletivo para jovens, o qual se restringia a determinar que era dever do Estado responsabilizar-se pela educação e alfabetização de jovens de 7 a 14 anos. Mesmo com essa determinação, a tentativa foi falha (HADDAD, 2006).

A flexibilização do ensino de jovens, objetivo maior da Lei em questão, não se manteve, gerou altos índices de evasão escolar e manteve o analfabetismo. O supletivo era conduzido com base estanque em manuais que não davam vazão a um espaço socializador e de troca de experiência e reduzia-se a um ensino tecnicista de leitura, escrita, operações matemáticas básicas e poucos estudos sociais.

Assim, foi somente a partir de 1990 que começaram alguns programas e projetos para educar jovens e adultos mais estruturados e pensados a partir de objetivos claros, como o de possibilitar o acesso ao mundo escolar para quem nunca havia estudado, ou iniciou mas por algum motivo precisou abandonar prematuramente os projetos de ingressar nesse universo.

Com a posse do então Presidente Fernando Collor de Mello foram extintos resquícios do Mobral e de projetos afins, dando lugar ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. A intenção do programa era nobre: levar alfabetização nos moldes freireanos a jovens e a adultos no contexto do resgate da cidadania. Contudo, o projeto não vingou em razão de reveses financeiros: a falta de investimento capital e as crises financeiras sofridas pelo governo da época levaram o programa à extinção.

Mais tarde, como menciona Haddad (2006), as reformas neoliberais realizadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso reduziram o ensino a jovens e adultos a teorias empoeiradas. De início, o governo da época delegou a educação desse público à filantropia e a entidades privadas, de modo a afastar de si a responsabilidade. Posteriormente, o enfrentamento do

analfabetismo foi remetido a iniciativas privadas pelo Programa Alfabetização Solidária, sem muito sucesso, já que não havia entidades privadas ou filantrópicas que se interessassem por tal projeto.

Como visto, a educação para jovens e adultos percorreu um longo caminho. Abordaremos, então, no próximo tópico, o contexto da Educação de Jovens e adultos nos tempos atuais.

2.2 A EJA e suas bases legais hoje

Pelo que se discutiu até agora, a educação de pessoas jovens e de adultos passou por períodos variados na história brasileira, ora como tentativa de criação de pura força de trabalho, ora como método de formalismo político. Assim, graças a avanços legislativos e no próprio Poder Executivo, a educação para jovens e adultos recebeu novos contornos e entendimentos, bem como passou a ser objeto de estudo de intelectuais. Assim, neste tópico faremos uma incursão pelo cenário contemporâneo da atual Educação de Jovens e Adultos no país, observando seus embasamentos oficiais.

A constituição de 1988 ressalta alguns pontos importantes no que diz respeito à educação. Os pertinentes a este trabalho são:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VII - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde¹.
§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (BRASIL, 1988, n.p.).

¹ O texto dos incisos I e VII são emendas constitucionais adicionadas em 2009 pela Emenda Constitucional nº 59.

Conforme a letra da Lei, o primeiro inciso do artigo 208 da Constituição Federativa do Brasil determina ser dever do Estado a educação básica gratuita tanto a crianças quanto a jovens, com destaque, no parágrafo primeiro, para o fato de que o acesso a essa educação obrigatória e gratuita é direito subjetivo de todos, ou seja, é assegurado por bases legais e irrevogável.

Nesse contexto, o mesmo inciso ainda trata da questão da oferta de educação aos jovens e aos adultos, os quais têm assegurado seus direitos caso não tenham concluído as fases escolares iniciadas na idade ideal ou ainda não as tenha acessado. O inciso VI do texto também abre possibilidades de discussões e regulamentação própria acerca da alfabetização e do ensino regular direcionados a esse público. Em todo esse âmbito, a Lei em apreço também ressalta que o cumprimento desse dispositivo deve ser assegurado considerando adequação de material didático-escolar, transporte, alimentação, entre outras providências.

No aspecto social, a Constituição ainda ressalta no artigo 205 que a educação tem objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho (BRASIL, 1988). O que a Lei traz aqui, portanto, é uma visão de educação não tecnicista, já que a propõe como formadora de cidadania e preparação para o mundo do trabalho.

Mais tarde, o poder público finalmente regulamentou uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mais sólida que contribuiu para o fortalecimento de iniciativas de EJA. Consoante à Lei n° 9.394/96 (LDB), dedicam-se apenas dois artigos ao tema em questão, mas entendemos que esse foi um passo significativo para a EJA estruturar-se melhor e fazer cumprir as determinações legais impostas na época *in verbis*, diz a referida passagem:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, n.p.).

Conforme se lê, o perfil do estudante da educação de jovens e de adultos é composta pelos que não puderam ascender aos estudos ou neles continuar - tanto em relação ao Ensino Fundamental quanto ao Médio - na idade própria. Ficou estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 37 que os casos de estudantes com defasagem idade-série teriam garantido o direito ao acesso gratuito à EJA, com os seguintes critérios: jovens com idade a partir de quinze anos seriam matriculados no Ensino Fundamental; a partir dos dezoito anos, no Ensino Médio.

Vale destacar que a tentativa de não se tornar apenas um formalismo, a Lei em questão cita “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”, como amostra de uma intencionalidade de assegurar pleno desenvolvimento do sujeito e sua integração para a cidadania. Outro ponto que merece realce é a consciência sobre as especificidades do público da EJA, como trabalhadores, idosos, e abre, pois, o precedente de cidadãos com outras condições sociais, tal como quem cometeu atos infracionais. Um importante programa voltado à EJA é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2004, como uma das ações do Programa Fome Zero, medida governamental para combater a pobreza e as desigualdades severas no país. O intuito desse movimento é alfabetizar jovens e adultos no contexto da EJA. (WIEHEN, 2016). O Programa buscou alfabetizar 20 milhões de jovens e de adultos em seus quatro anos iniciais, ação que não foi concretizada sobretudo devido a questões estruturais e de falta de fiscalização por parte do poder público. Entretanto, o programa auxiliou em pequena parte a diminuição nos índices de analfabetismo no país.

Também em 2004 foi lançado o Plano Nacional de Educação, que pretendia regular os processos de monitoramento da educação nacional com vigência de 10 anos. O documento sofreu diversas críticas em geral e por isso mais tarde foi rediscutido e reformulado (BRASIL, 2001). No ano de 2014, implantou-se o Novo Plano Nacional de Ensino, estabelecido pela Lei nº 13.005, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em um contexto de colaboração entre diversos agentes, a partir do estabelecimento de objetivos, diretrizes, metas e estratégias que almejam manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino de maneira geral (BRASIL, 2014).

No tocante à EJA, o PNE 2014 propõe:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- 9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4) criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;
- 9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
- 9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;
- 9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
- 9.9) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);
- 9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;
- 9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.12) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas (BRASIL, 2014, n.p.).

Chamamos atenção para o fato de que a nova meta procura, como se pode observar, erradicar o analfabetismo em pessoas maiores de 15 anos, cidadãos-alvo da EJA e a fim de cumprir essa meta, as diretrizes incluem a) oferta da EJA a todos que dela necessitem; b) investigação acerca da situação de quem necessite dessa política pública; c) busca por parcerias público-privadas no sentido de assegurar envolvimento institucional com a temática.

Cabe destaque também para a estratégia 9.3 - a qual trata da implantação de ações de alfabetização para garantir que o participante da EJA dê continuidade aos estudos. Importante frisar ainda que a tentativa do PNE 2014 não se restringe a alfabetizar quem precisa, mas

conceder meios para que o estudante continue a carreira escolar e possa chegar também ao ensino superior. A mesma Lei em estudo também propõe outra meta, a décima da lista, que envolve a correlação entre EJA e o ensino profissional. Assim, intenta que pelo menos 25% das matrículas da EJA estejam atreladas ao projeto de educação profissional. Com isso, dentre as estratégias propostas pela meta estão as de criação e aperfeiçoamento de ações para profissionalizar o público-alvo da EJA (BRASIL, 2014).

No ano de 2006, foi criado o PROEJA – “Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” pelo Decreto nº 5.840, o qual visava proporcionar cursos técnicos profissionalizantes no âmbito da EJA. Assim, o PROEJA englobou estudantes em EJA no nível fundamental, médio e técnico profissionalizante, buscou combater a evasão e oferecer auxílio para o transporte e a alimentação dos estudantes (WIEHEN, 2016).

No ano de 2008 o Ministério da Educação assinou a “Carta de Compromisso com a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da EJA”, elaborada após um encontro dos gestores do MEC com outras instituições afins, confirma o compromisso das instituições oficiais do país com a EJA. O documento, em linhas gerais, delineia seu objetivo:

Reiterando a importância da participação democrática e republicana como princípio basilar das políticas públicas de estado em EJA, os presentes nessa Reunião compreendem que o compartilhamento de estratégias e ações contribui decisivamente para o cumprimento do direito à educação de qualidade e à sua oferta efetiva aos sujeitos que a demandam. Assim, comprometem-se a implementar mesas permanentes de trabalho, fortalecer os espaços de mobilização já existentes e, ainda, a planejar, executar e avaliar conjuntamente ações direcionadas à realização da EJA em seus territórios (BRASIL, 2008, p.1).

Assim, no prosseguimento de uma tentativa de cumprir a lei, o governo federal assinou a referida carta junto a diversos segmentos educacionais com o intento de implantar e manter mesas de trabalho; planejar e executar ações; elaborar agendas de mobilização em prol do tema EJA no Brasil.

Assim, apesar de a Educação de Jovens e Adultos não ter recebido investimento governamental expressivo por muito tempo, houve consideráveis avanços – frutos de árduas lutas e calorosos debates acerca dessa modalidade educacional.

WIEHEN (2016) relata que desde a Constituição de 1988, muitas ações em prol da EJA foram realizadas, com variadas intensidades; todavia, ainda insuficientes. A autora vê alguns

gargalos nessa política pública e considera que o caminho é o constante debate e plena participação de agentes das comunidades escolares, do poder público e da sociedade civil com campanhas, discussões em fóruns e busca por novas reflexões no cenário contemporâneo (WIEHEN, 2016).

Logo, a preocupação com processos de conscientização e de liberdade continuam presentes em movimentos sociais do contexto da EJA e mostra que ela deve ser pensada como espaço de livre expressão e da possibilidade de escolhas conscientes rumo à plena inserção social de todos os cidadãos.

No que diz respeito à formação dos professores para trabalhar com a EJA, esse quesito tem adquirido novos contornos, sobretudo pela maneira como as especificidades dessa modalidade de ensino têm sido avaliadas, com vistas a atender os mais variados perfis de seu público alvo: de adolescentes de 15 anos até pessoas idosas, em classes às vezes cheias; indivíduos oriundos das zonas rural e urbana, bem como cidadãos em regime de cumprimento de pena judicial.

O docente tem como parte da sua formação inicial disciplinas do campo pedagógico, mas infelizmente o espaço para questões da EJA ainda é insuficiente e isso tem implicações pouco positivas para o trabalho do professor, que se vê às vezes frustrado por não ter à mão bagagem teórica nem capacidades técnicas suficientes para empreender um trabalho satisfatório com esse público (MACHADO, 2008).

Mas esse também é um problema histórico, pois somente após a criação da LDB, quando finalmente se estabeleceu a EJA como política pública, as licenciaturas passaram a rever o papel do professor nesse contexto, já que ela tinha vindo para permanecer nos debates educacionais (SOARES, 2008).

No entanto, aos poucos, essa realidade tem mudado no contexto brasileiro. Mais da metade dos cursos de Pedagogia hoje contam com disciplinas que discutem a modalidade de ensino da EJA, e as licenciaturas em outras áreas incluem em seus currículos, ainda que à guisa de disciplinas optativas, discussões e disciplinas voltadas para a educação de jovens e adultos. Assim, ainda que haja resquícios de uma formação tecnicista, o trabalho vem caminhando a passos lentos, mas constantes, com projeções e perspectivas satisfatórias para os próximos anos (MACHADO, 2008).

O segredo para a continuidade desses debates é, na visão de Machado, a questão do currículo do curso de formação de professores. A autora comenta que nos cursos de pedagogia, por exemplo, são contempladas as áreas de conhecimento específico; entendem-se razoavelmente bem as questões metodológicas e didáticas da própria área de formação, assim

como da formação de alunos da educação regular, entretanto os currículos de tais cursos ainda precisam recuperar questões voltadas à educação de pessoas fora da faixa etária escolar.

Nesse sentido, o professor ainda precisa adquirir a habilidade de pensar a realidade concreta, social e cultural do público da EJA (MACHADO, 2008) para, a partir da empatia, conseguir assimilar o contexto de vida do educando, que é trabalhador, pai e mãe de família, com preocupações inerentes a essa realidade, entre outras questões. A realidade das diferenças na sala de aula é um desafio concreto, como expõe Machado (2008, p.165):

O descompasso entre a formação do professor e a realidade dos alunos na EJA causou (e tem causado, ainda) situações de difícil solução: como lidar com alunos que chegam cansados, a ponto de dormir durante quase toda aula? Como auxiliar os alunos no seu processo de aprendizagem, com atendimento extra ou atividades complementares, se uma grande parte deles trabalha mais de oito horas diárias, inclusive no final de semana? Como atender às diferenças de interesse geracional, tendo na mesma sala adolescentes e idosos? Como administrar, no processo ensino-aprendizagem, as constantes ausências, em sua maioria justificadas por questões de trabalho, família e doença? Por outro lado, como o professor deve proceder para reconhecer e validar os conhecimentos prévios que os alunos da EJA já trazem?

Assim, ainda que a teoria dos cursos de formação de professores aborde questões de habilitação para a EJA, o campo prático de trabalho exige uma postura ativa do professor, de reconhecimento de realidades às vezes muito díspares.

Sem dúvida, tais desafios são realidade na EJA, e a postura do professor deve ser de abertura, uma vez que as diferenças tornam seu trabalho mais instigante e ele precisa equilibrar tudo isso de maneira a desenvolver uma educação de qualidade. Assim, é vital reconhecer que a formação do professor para atuar na EJA também se faz no campo de trabalho, razão pela qual se deve considerar a questão da formação continuada, uma vez que as competências e habilidades desse profissional são avaliadas, testadas, desafiadas e aprimoradas dia a dia em sua prática didática.

É importante citar o que o Conselho Nacional de Educação põe em termo a necessidade de ir além da formação inicial do professor:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000a, p. 56).

Aqui, a complexidade da formação do professor transpõe seu curso de licenciatura e chega à sala de aula. Dessa maneira, a resolução do Conselho Nacional de Educação propõe que se veja com empatia a situação do aluno da EJA e sua realidade, a qual exige diálogo, preocupação e trabalho árduo, para além da mera idealização de fazer grandes ações. Percorrer esse caminho requer atenção e cuidados relacionados ao respeito às diferenças.

A propósito desse trabalho de reconhecimento de diferenças em sala de aula que se processa com a vivência da prática e por meio da preparação, Gadotti comenta que um dos caminhos para auferir êxito o docente necessita pensar em ações coletivas, com o envolvimento total dos educandos; buscar propósitos semelhantes; propor troca saudável de experiências, assim como estimular contribuições recíprocas em prol da aprendizagem de todos (GADOTTI, 2005).

Deve-se entender então que, para além das disciplinas e projetos escolares, a sala de aula da EJA se configura como espaço de troca de vivências e experiências. Cada um, professor ou aluno, traz de casa conhecimentos, crenças e atitudes que se resvalam num mesmo espaço e convergem para a criação de novos saberes, de modo a ressignificar o conhecimento de todos. Nesse sentido, a proposta de educação libertadora de Paulo Freire proporciona o surgimento, na sala de aula, de diferentes autores que se reconhecem mutuamente como responsáveis pelo conhecimento e bem-estar uns dos outros e formam um pensamento autônomo em prol de todos para juntos enfrentarem desafios sociais em geral (FREIRE, 2014).

Desse modo, dificilmente se pode pensar em uma formação de professores para a EJA que esvazie do espaço de convivência - a sala de aula - a possibilidade de aprender não apenas com as letras e com os números, mas também uns com os outros, de tal maneira que a vida de cada um seja a motivação para a aprendizagem de todos.

Questões como essas, como se vê, dependem não somente de políticas públicas ou de benefícios governamentais, mas também de dedicação, de comprometimento do profissional docente para fazer acontecer as devidas mudanças em suas perspectivas de educação e de trabalho.

Assim, a atitude de mudanças, de ensino libertador para construção da autonomia do educando, de modo a colocá-lo como agente de seu saber, construtor do próprio conhecimento são perspectivas as quais se impõem como necessárias para a EJA. Pelo que se viu até o momento, a educação é direito de todos, e a permanência do aluno na sala de aula é um objetivo vital para o sucesso da educação, mas há uma questão que toca sobremaneira em questões sociais e legais: a educação de indivíduos infratores.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão tratadas as escolhas metodológicas que compuseram esta pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, a qual é caracterizada por Lüdke e André (1986) como notória, por tentar compreender a totalidade do fenômeno estudado; apresentar e discutir os resultados do estudo pelo viés de análises e percepções do observador.

Para André (1995), esse tipo de pesquisa, em ambiente educacional, permite olhar a escola como [...] espaço social em que ocorrem movimentos de aproximação e de afastamento, onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados, e que de certa forma contribui para o rompimento com uma visão de cotidiano estática, repetitiva, disforme (ANDRÉ, 1995, p.34).

Diante do exposto, a escolha pela etnografia se justifica por esse método absorver os fenômenos da realidade em seu próprio *locus* de ocorrência, para melhor interpretá-los à luz dos pressupostos teóricos. Nesse sentido, faremos uso da observação de aulas da EJA para produzir parte dos dados da pesquisa, pois

[...] a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato social e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro, lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. "Ver para crer", diz o ditado popular (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

Ainda, ressaltamos algumas considerações de Lüdke; André (1986, p.26) sobre a observação no âmbito da abordagem etnográfica.

Sendo o principal instrumento da investigação, o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. A introspecção e a reflexão pessoal têm papel importante na pesquisa naturalística. A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da " perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, Isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Para produzir os dados apresentados neste trabalho, foram feitas, nas salas de aula, observações as quais foram registradas em um diário de campo, e as informações colhidas serão descritas e analisadas posteriormente. Ademais, por meio de um roteiro de perguntas elaboradas por esta pesquisadora, fizemos uso de entrevistas estruturadas, as quais foram realizadas com gestores e professores que atuavam na EJA e alunos na época da pesquisa cumpriam pena em liberdade condicional. Os roteiros usados nas três modalidades de entrevistas constam como Apêndices desse trabalho.

É importante ressaltar que essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme o Parecer Consubstanciado n. 3.951.226, que segue em anexo. Dessa forma, para a realização das entrevistas foram apresentados aos entrevistados e à instituição o devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), também constantes nos anexos.

As entrevistas com os professores e alunos foram gravadas e posteriormente transcritas, de modo a preservar a forma como cada uma foi mencionada; portanto, procurou-se manter a sua originalidade. Tais entrevistas foram aplicadas na casa de cada um dos estudantes, visto que naquele momento eles já haviam cumprido as penas a que estavam submetidos. Sobre entrevistas estruturadas, Marconi e Lakatos (1996) explicam:

As entrevistas estruturadas são aquelas nas quais as questões e a ordem em que elas comparecem são exatamente as mesmas para todos os respondentes. Todas as questões devem ser comparáveis, de forma que, quando aparecem variações entre as respostas, elas devem ser atribuídas a diferenças reais entre os respondentes. Geralmente, abrangem um número maior de entrevistados, para o que a própria padronização das perguntas auxilie na tabulação das respostas.

Assim, segue-se com a descrição e um breve histórico da Escola Municipal Noturna de Quirinópolis-Go, onde realizamos nossa pesquisa, no âmbito do programa EJA – Educação de Jovens e Adultos.

ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA – EJA QUIRINÓPOLIS-GO



FONTE: Autora Ruth Borges Rilko (Foto tirada dia 10/05/2019).

A Escola Municipal Noturna foi criada em 14 de agosto de 1972, pela lei nº 784/72 de 14 de agosto de 1972, autorizada pela portaria nº 06365/93 da Secretaria Municipal da Educação, atualmente autorizada pela Resolução do CME Nº 0195 de 16 de dezembro do ano de 2015. Foi credenciado e renovado o reconhecimento de Curso na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA do sistema de Ensino Municipal de Quirinópolis, para ministrar aulas no Ensino Fundamental na modalidade da EJA, Educação de Jovens e Adultos. Em relação à estrutura física, a escola está situada numa área de 3.658m², o imóvel mede 1.372m², construção de alvenaria, nas dependências da Escola Municipal Maria Ignez². Conta com energia elétrica, linha telefônica e internet, dentro de adequados padrões de conforto e segurança. Contém 11 salas de aula, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 sala de professores, 01 cantina, 03 banheiros e uma extensa área livre para diversas atividades culturais sociais, além de uma quadra poliesportiva coberta com arquibancada, palco e 02 banheiros, quiosque, parque infantil, biblioteca, sala de informática.

Atualmente a instituição de ensino alvo desta pesquisa oferta todos os anos do Ensino Fundamental e havia em 2019, 157 alunos matriculados e um quadro de 15 professores, é a única escola municipal que oferta a modalidade de ensino da EJA na cidade de Quirinópolis.

² Há duas escolas funcionando no mesmo prédio, no período matutino e vespertino é a Escola Municipal Maria Ignez, com a primeira e segunda fase do ensino fundamental, já no período noturno funciona a escola alvo de nossa pesquisa, Escola Municipal Noturna, com as mesmas etapas de ensino, porém voltada para jovens e adultos, na modalidade EJA.

As observações realizadas foram em salas de 8º e 9º anos na modalidade de ensino EJA, nas quais havia pessoas em liberdade condicional. Com base nas informações colhidas junto à secretaria foi possível realizar o levantamento do tempo de prática dos docentes no espaço analisado, conforme nota-se no quadro abaixo:

QUADRO 1 – Formação e tempo de serviço dos docentes participantes da pesquisa

Professor (a)	Formação Acadêmica	Tempo em sala de aula na escola noturna
Professor 1 (P1)	Biologia	9 Anos
Professor 2 (P2)	Letras	19 Anos
Professor 3 (P3)	Pedagogia	13 Anos
Professor 4 (P4)	Letras Modernas	13 Anos
Professor 5 (P5)	Matemática	2 Anos e meio
Professor 6 (P6)	Letras	1 Ano
Professor 7 (P7)	Letras	15 Anos
Professor 8 (P8)	História	4 anos
Professor 9 (P9)	Pedagogia	6 Anos
Professor 10 (P10)	Matemática	3 Anos

FONTE: Elaborado pela autora, 2020.

Entre os docentes citados acima, estão os que participaram desta pesquisa; portanto, como é possível observar no quadro, para se manter o sigilo quanto às respostas dadas pelos entrevistados, passo a nomeá-los de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10.

Foram feitas também entrevistas com cinco dos estudantes infratores que na época da pesquisa cumpriam pena em liberdade condicional. Nessas entrevistas, buscamos compreender os objetivos deles ao retornarem à escola por meio da EJA e compreender como suas aulas se desenrolavam na Escola Noturna.

Segue abaixo o quadro com a relação dos alunos entrevistados:

QUADRO 2 – Idade, série e sexo dos discentes em liberdade condicional

Identificação	Idade	Série	Sexo
Estudante (E1)	44 anos	9º ano	Masculino
Estudante (E2)	28 anos	8º ano	Feminino
Estudante (E3)	36 anos	8º ano	Masculino
Estudante (E4)	40 anos	9º ano	Masculino
Estudante (E5)	23 anos	8º ano	Feminino

FONTE: Elaborado pela autora, 2020.

Os alunos serão nomeados no decorrer do trabalho como E1, E2, E3, E4 e E5.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Serão descritos e analisados abaixo os resultados produzidos na presente pesquisa a partir das observações realizadas nas salas de 8º e 9º anos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Noturna, nas quais havia estudantes infratores que cumpriam a pena em liberdade condicional. Também serão apresentados e discutidos os resultados das entrevistas com os professores e com os alunos.

4.1 Observações

Inicialmente, não se podia distinguir quem estava nessa condição ou não, e após observar algumas aulas e conscientes de que pela simples observação não conseguiríamos obter essa informação, recorremos a pessoas do serviço auxiliar geral da escola, como o guarda e o porteiro, para que esses nos orientassem nesse sentido, já que os docentes não são notificados oficialmente pela escola sobre quais alunos são advindos do sistema penitenciário.

No entanto, durante o período em que a pesquisa foi desenvolvida na escola, presenciemos várias situações que contribuem com nossa discussão, como por exemplo quando a professora de Matemática, ao trabalhar com o conteúdo a Regra de Três, calculou o tempo para a diminuição da pena. Tal conteúdo foi abordado nesta perspectiva a pedido de uma aluna que tem um filho nas condições de liberdade condicional. Como o conteúdo interessou aos alunos também nessas condições, eles ficaram bem atentos à explicação, e um deles pediu para a professora transformar o cálculo em porcentagem. No entanto, não perguntaram claramente sobre a diminuição de suas penas, talvez por se sentirem constrangidos, mas foi óbvia a atenção que deram ao conteúdo. Tal fato revela a importância de contextualizar os conteúdos de acordo com a realidade dos alunos. Albuquerque e Sousa (2013, p.16) ressaltam:

[...] é necessário que esta instituição não tenha apenas a função de escolarizar, mas de promover uma educação para jovens e adultos capaz de ir além da mediação de conteúdos, capaz de relacionar as disciplinas com a vivência e com as necessidades básicas dos alunos, em que o conhecimento estudado e produzido propicie um anseio de mudança e uma real emancipação.

Podemos observar que os alunos infratores os quais frequentavam a EJA nem sempre se mostraram dispostos a participar das aulas, outros muitas vezes chegavam a dormir durante o transcorrer do período em sala e se mantinham alheios às atividades propostas pelo professor; porém, de um modo geral, os demais eram atuantes e participativos. Algo que nos chamou muito a atenção também foi o fato de utilizarem o celular em sala de aula o tempo todo, embora os professores e a equipe gestora recomendassem o contrário.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi que as disciplinas de História, Geografia e CQV – Cidadania e Qualidade de Vida foram as disciplinas que mais suscitaram o interesse dos alunos privados de liberdade. Tal fato foi percebido a partir dos debates promovidos pelo professor com temas que são comuns desta disciplina, como noções do mundo do trabalho, das condições de vida da sociedade brasileira e mundial, da cultura, das organizações, da responsabilidade social e das oportunidades para as diferentes classes econômicas.

Nesse sentido, em uma aula observada ministrada pelo professor P8, sobre o tema “Sustentabilidade – conquista em busca de uma cidadania planetária”, na disciplina de CQV, um dos alunos que está na condição de liberdade condicional do 9º ano fez vários comentários e participou bastante da aula; questionou o quanto as opções de vida mais sustentáveis ainda são muito mais caras no Brasil; ressaltou ainda que não adianta falar de sustentabilidade, já que muitos ainda não têm acesso a ela. Outros alunos também interagiram e o professor fez as mediações necessárias.

Nessa ocasião, outro aluno infrator presente na aula manifestou-se: *“eu acho, professora, que esse negócio de sustentabilidade e igualdade, depende de cada um de nós buscar uma saída para a nossa sobrevivência e isso a senhora bem sabe que poucas pessoas têm dinheiro para isso, então temos que nos virar nos trinta para sobreviver”*.

Tal comentário também evidencia que muitos não têm o que pôr na mesa; logo, pensar em um modo sustentável de fazer isso fica praticamente inviável. Portanto, é muito importante que haja justiça social para que possamos pensar em ter um mundo em perfeitas condições de sustentabilidade.

Na contraposição das ideias em sala de aula proporcionada pela disciplina de CQV e pela metodologia empregada pelo professor, um estudante infrator asseverou: *“que esse sustento depende dos mais espertos, ou seja, sobrevive quem puder”*, ao que outro aluno, respondeu *“sim, mas é possível sobreviver com dignidade”*.

A participação do aluno deixa evidente que os discentes privados de liberdade também estão interessados em questões relevantes na atualidade e é dever da escola proporcionar a discussão desses temas, com o objetivo de contribuir com a formação de sua cidadania.

Considerando o que preceitua a BNCC sobre a necessidade da abordagem desses temas e o desenvolvimento humano, temos que:

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BNCC, p. 18).

Discutir a realidade dos alunos e pensar criticamente sobre ela contribui para a inclusão de sujeitos que se encontram à margem da sociedade, bem como ressalta o direito que essas pessoas têm de pertencer aos meios social e cultural, assim como se sentirem responsáveis por eles.

Nesse caso, o que se observou, diferentemente de disciplinas exatas como Matemática, em que as perguntas realizadas pelos alunos, aparentemente, não possuíam um contexto aplicável, na aula em comento, ministrada pelo P1, o que chamou-lhes a atenção foi a natureza política e social do conteúdo ministrado, a partir do qual puderam fazer uma avaliação pessoal de sua condição na sociedade. Nesse sentido, cabe lembrar o legado de Freire que sempre defendeu uma educação crítica e reflexiva, desde a alfabetização.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente, mas nos homens com corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987 p. 38).

Em outra oportunidade, na disciplina de Geografia, no 9º ano, o P8 explanou sobre o conteúdo “O sistema Capitalista no contexto mundial” e a metodologia empregada foi a leitura de textos xerocopiados, os quais abordavam uma visão sociopolítica sobre o próprio papel político, social e econômico dos países ricos e pobres. Nessa aula, a partir da explanação e de uma pergunta realizada por uma estudante: “*O que faz com que o Brasil seja um país que possui tantas desigualdades sociais e tanta criminalidade?*”, um dos alunos privados de liberdade observou que se pode sobreviver tanto em países ricos quanto em países pobres e que “*o importante é descobrir os caminhos para ter o que precisamos e queremos todos dias para*

satisfazer nossas necessidades, e todos sabem do que estamos falando”. Essa fala nos deu a entender que para ele não importava se os meios para isso seriam lícitos ou ilícitos.

Em outra oportunidade, no 9º ano, na aula de Ensino Religioso, ministrada pelo P1, o tema abordado foi “O papel da família e sua importância na vida social”. Nessa ocasião, percebemos que houve bastante interesse por parte de todos os alunos, especialmente dos que cumpriam liberdade condicional. Ao mencionar que a comunicação clara e objetiva é um dos pilares para a boa convivência familiar, assim como o amor e a prática de outros valores, um dos apenados discordou, pois ele considerou que a base para um bom convívio familiar é a questão econômica, a qual gera segurança para os membros da família.

Nesse momento, um dos apenados manifestou-se: *“sabe professora: ninguém vive só de amor e palavras bonitas não, a gente precisa mesmo é de grana pra viver e não estou preocupado com esse negócio de família perfeita, não. Primeiro a gente ganha dinheiro e depois com ele resolvemos os problemas que aparecem, a gente nem preocupa com outras coisas”*.

O comentário do aluno em questão nos faz refletir se as escolhas dos alunos

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BNCC, p. 17).

Como já observado anteriormente, nas aulas de História, Geografia e CQV o grau de participação dos alunos é considerável, visto que a disciplina estabelece uma relação direta com a experiência de vida dos estudantes, apenados ou não, de forma que, em aula observada no 9º ano, no conteúdo “Ética e cidadania no mundo do trabalho” o professor destacou exemplos do que vem a ser ética profissional e ética de responsabilidade. A esse conteúdo, os apenados reagiram com colocações constatativas sobre o que eles, com base na explicação, consideram ser uma atitude ética. Nesse instante, um dos apenados manifestou-se: *“o senhor acha professor, que em nosso meio não tem ética? Pois o senhor está enganado, a gente tem tudo isso e muito mais, pois a gente sabe muito bem por exemplo quando a gente pode falar e também quando*

tem que ficar calado. Ou isso não é ética para o senhor? ”. Tal afirmação, dita de forma tão enfática pelo aluno, evidencia que eles querem ser respeitados pelos valores que já trazem consigo, independente da escola.

Em relação à língua escrita, em uma aula observada na sala do 8º ano, na disciplina de Língua Portuguesa, ao serem mencionados os códigos da escrita, a norma padrão, a construção de frases, orações e períodos, pelo P4, foi possível notar uma expressa dificuldade com relação ao uso da escrita por parte de muitos alunos, embora essa modalidade linguística seja um fator preponderante de inclusão social, conforme destacou o professor.

Nesse ínterim, um dos alunos observou essa dificuldade: *“Professora, sou ruim em português, não sei escrever”*, outros estudantes da sala, também comentaram quando se ouviu: *“Nunca dei conta de fazer um texto grande, e a professora corrige e fica todo borrado”*. A essas observações, o professor considerou que o importante é procurar ler, ao menos uma página por dia, de assuntos diversos, para melhorar a escrita que, embora não seja a questão mais importante, quando se trata de linguagens, não deve ser esquecida, visto que é uma porta para a ascensão social.

É importante ressaltar que dominar a modalidade formal da Língua Portuguesa também é uma importante forma de inclusão social, no entanto, é importante que a forma de falar adotada pelos alunos seja respeitada, para que a língua não se torne mais uma forma de exclusão nas suas vidas.

Mitos como ‘Português é muito difícil’, ‘As pessoas sem instrução falam tudo errado’, ‘O certo é falar assim porque se escreve assim’ ‘É preciso saber gramática para falar e escrever bem’, dentre outras concepções equivocadas sobre tudo que envolve a Língua Portuguesa, desde o seu ensino até o seu próprio uso. E isso colabora para um processo mesmo que inconsciente de exclusão social, ou seja, o aluno que foi durante anos exposto ao conceito de certo e errado em relação ao português e de que as pessoas que falam de forma errada são pessoas bobas e/ou inferiores, pois não receberam a educação adequada (MENDONÇA, 2012, p.1).

Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa deve oportunizar ao aluno o domínio da modalidade culta da língua, mas nunca reforçar o mito de que ele não sabe falar por não a dominar. A professora também ressaltou que sempre buscou trazer os conceitos gramaticais de forma contextualizada, a partir de textos com temas que fazem parte da realidade de alunos da EJA, pois considera que assim pode se tornar mais fácil e atrativo para eles. Bem ora, tenha sido apontada uma solução para o problema mencionado pelo estudante, com relação à

dificuldade com a linguagem, algo que pode colaborar para melhor desempenho desse e de outros alunos é o atendimento personalizado.

Em outro conteúdo trabalhado pelo mesmo professor, dessa vez no 9º ano, quando o docente ministrou o tópico “Versificação e acentuação gráfica” foi possível observar a dificuldade dos alunos quanto à tonicidade das sílabas, o que também revela pouco domínio da escrita. Ainda, nesse caso, vale lembrar que a versificação é uma ferramenta para a construção da poesia e, embora esse tópico esteja presente desde as séries iniciais, alguns alunos da aula observada disseram não gostar de poesia e consideram “perda de tempo” estudar tal conteúdo.

O que fica evidente é que os alunos, algumas vezes, esperam aprender conteúdos úteis para o dia a dia, e como não adquiriram habilidade para apreciar elementos culturais e artísticos, não veem relevância em estudar poesia no ambiente escolar. Talvez o fato de defenderem uma escola nesse modelo prático seja justamente porque não tiveram a oportunidade de desenvolver o pensamento crítico. Até que um deles manifestou-se: *“galera a gente está aqui e vocês sabem o porquê, e esse professor vem ensinar a gente ficar escrevendo e falando versinho, está achando a gente com cara de poeta?”*

A falta de interesse dos alunos em relação a certos elementos culturais, ou mesmo por achá-los irrelevantes, nos faz refletir como ter acesso à cultura pode ser determinante para a reinserção social desses discentes, portanto, é imprescindível que a escola encontre caminhos viáveis para introduzi-los nesse universo.

Nesse sentido,

A cultura aparece como um bem que pode sancionar a condição de herdeiros, uma vez que o acesso à cultura e a aquisição desta entre os grupos sociais distintos conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a apresentar não somente os melhores desempenhos escolares, como também uma relação de naturalidade e de intimidade com as práticas sociais e culturais mais valorizadas socialmente (SETTON, 2005, p. 80-81, apud CUNHA, 2007, p. 505).

O professor também propôs, ao ensinar a escansão métrica dos poemas, que eles fizessem uma paródia em ritmo de sertanejo universitário, o que atende tanto às prescrições de ensino da língua no campo artístico-literário, como o contexto cultural no qual estão inseridos, já que o ritmo em questão é predominante no contexto dos alunos e amplamente divulgada nos meios de comunicação, além de viabilizar o contato com o universo da fabulação prescrito por Candido (1995), cuja teoria situa a arte literária como um direito necessário à sobrevivência

humana. Dessa forma, é possível observar que o professor tentou tornar mais atraente aos alunos o estudo da poesia por meio da paródia, e tentou, dessa forma, introduzi-los no contexto cultural das poesias e segundo os teóricos citados, buscou contribuir para o processo de inclusão.

As observações feitas nas salas de aula da EJA, nas quais haviam alunos infratores, foram muito enriquecedoras, pois ali foi possível identificar que, embora nem sempre aconteça de maneira consciente, há sempre uma tentativa de inclusão escolar por parte dos profissionais da educação para com todos os alunos inseridos nessa modalidade de ensino.

Ficou evidente para esta pesquisadora que os alunos manifestam mais interesse e participam mais das aulas quando o conteúdo tem alguma relação ou aplicabilidade no cotidiano vivido por eles. Por conseguinte, importante destacar a necessidade de utilização de uma metodologia específica para trabalhar nessa modalidade de ensino. Tal problemática será amplamente discutida no próximo tópico.

4.2 Entrevista com os professores

Doravante traremos à baila os dados produzidos a partir das entrevistas com os professores. Ao elaborar as perguntas que estruturaram a entrevista, nossa preocupação como investigadora dentro da propositura deste trabalho foi compreender: a formação acadêmica de cada professor e a área do conhecimento que ele ministra; o tempo de trabalho na escola pesquisada; se possui ou não exclusividade em tal escola; a metodologia empregada por ele; as ponderações que esse docente traçou acerca do programa da EJA, bem como o processo inclusivo para estudantes infratores; a concepção de educação inclusiva de cada entrevistado e os resultados esperados para o trabalho que o quadro de professores e gestores realizam na escola pesquisada e como essas dimensões da profissão docente podem contribuir ou não para o processo de inclusão escolar de estudantes em liberdade condicional.

A primeira pergunta feita aos participantes da pesquisa foi: “Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? E quais os motivos e/ou circunstâncias levaram-no a ministrar aulas nesta unidade escolar?” A essa pergunta, todos os professores, exceto o P4, responderam que estão nessa instituição de ensino para completarem suas cargas horárias. O professor P4, no entanto, ressaltou que acha prazeroso trabalhar com a modalidade de ensino EJA e que ver pessoas aprenderem após a vida adulta é muito gratificante.

Na continuidade, a segunda pergunta foi: “Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?”

A essa pergunta, todos os professores responderam que trabalham em outras instituições de ensino, o que está de acordo com as respostas da pergunta anterior, já que disseram que estão na EJA para complementar sua carga horária. Os professores entrevistados lecionam tanto na EJA quanto nas outras instituições, disciplinas como: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Artes, Ensino Religioso, CQV- Cidadania e Qualidade de Vida, entre outras da grade curricular vigente.

Com relação à terceira pergunta “Você acredita que a que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?”. A essa pergunta, o P1 disse explorar os conteúdos que considera essenciais, elencados pela Matriz Curricular e que dão significado ao cotidiano dos estudantes; e o P2 disse que há uma necessidade de “tratar a EJA como EJA”, ou seja, priorizar conteúdos que podem ser aplicados em sua vida social e laboral, sem fugir ao estabelecido no currículo. O professor ressaltou também que é necessário priorizar conteúdos referentes ao mundo do trabalho, à compreensão desse universo em países colonizados, pois isso envolve a escolha do livro didático empregado, o planejamento, a carga horária, elementos que devem ser voltados ao público da EJA, dentre o qual se encontram os albergados.

Ainda, para a mesma pergunta, o P3 declarou que vê a EJA como uma oportunidade de auxiliar as pessoas que, por um motivo ou outro, não realizaram ou concluíram seus estudos na idade pré-determinada. O P4 respondeu: *“No meu modo de pensar, imagino que ainda temos um grande desafio pela frente, pois temos ainda muitas pessoas que estão excluídas da sociedade e isso temos que mudar de acordo com o processo inclusivo através da EJA”*.

O P5 disse: *“No meu modo de pensar segue algumas ponderações: A EJA por ser uma modalidade de ensino voltada à educação de jovens e adultos, que por diversos motivos foram excluídos do processo escolar, já configura como uma forma de inclusão e de oferta do direito à educação. Precisamos apenas garantir que a inclusão não se materialize como uma simples integração”*.

Na oportunidade, o P6 respondeu: *“Acredito que na prática, não há tantas diferenças de trabalhar na EJA ou no ensino regular”*. A respeito da pergunta discutida, o P7 afirmou que todos os que ali estão, bem como outros estudantes, de outras localidades são merecedores de uma boa educação. O P8 entende como um grande avanço para a sociedade atual; o P9 disse que o objetivo é ter uma escola de qualidade, voltada à formação de cidadãos conscientes de seus exercícios de cidadania e o P10 respondeu: *“Acredito que seja a oportunidade de inserir*

peças na sociedade, na maioria dos [casos], alunos [...] que não tiveram essa oportunidade quando crianças, [que] possuem baixa autoestima e se sentem pessoas importantes quando avançam nos estudos”.

As respostas dos professores P4, P5 e P10 a esta questão deixam clara a compreensão deles de que a EJA é uma forma de contribuir para o processo de inclusão escolar. Nesse sentido, o público dessa modalidade escolar retorna à escola com o intuito de recuperar o tempo perdido e ter a oportunidade de ser incluído de forma ampla na sociedade, o que envolve também o mercado de trabalho.

Na continuidade da apresentação dos resultados obtidos com a entrevista, o destaque agora é para a quarta pergunta: “Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?”. O P1 respondeu: “*Quanto a esse quesito não há problemas, o problema é que muitos não tem assiduidade e compromisso com o estudo, isso principalmente em relação aos jovens”.*

A falta de assiduidade é uma reclamação recorrente feita pelos professores que trabalham com a EJA, pois há grande número de faltas, não só por parte dos alunos que cumprem pena em liberdade condicional, mas de todos, muito provavelmente pelo fato de o público dessa modalidade de ensino ter outras responsabilidades que não apenas os estudos e muitos não conseguem conciliá-los com as demais demandas. Segundo Haddad (2002, p.89):

A evasão e a repetência apresentam-se como problemas educacionais generalizados, cujas razões relacionam-se a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores.

Fica evidente então a importância do preparo de todos os profissionais da educação para lidar com todas essas demandas e bagagens que o aluno EJA traz consigo.

Na continuidade da análise da pergunta em questão, o P2 afirmou que alunos da EJA possuem defasagem de série, o que já é um fator dificultador, associado a uma deficiência de conteúdo, que resulta em grandes dificuldades de aprendizagem. Neste contexto, é importante destacar que o trabalho com a EJA deve ser flexibilizado de acordo com a realidade dos alunos. Assim,

Educar para a cidadania implica em postura flexível, reflexiva, companheira, aberta, participativa. Isso nem sempre é uma tarefa fácil, ao contrário, é árdua, grandiosa e, mais que todas as outras, compensatória. Somente quando se percebe seus resultados positivos é que se podem, pois, entender os princípios de inclusão social e escolar tão necessários em nossa sociedade: impulsionar esse processo educacional, verdadeiramente comprometido com a educação inclusiva das pessoas na sociedade (SOUZA, AZAMBUJA; ROSANA; PAVÃO, 2012, p. 5).

Posteriormente, o P3 afirmou que: *"Trabalhar com o ensino de jovens e adultos é um grande desafio, pois trabalhamos com pessoas com uma boa bagagem social e cultural muito ampla e também com conhecimento sobretudo"*. Devemos ressaltar que um dos grandes desafios do trabalho com a EJA é adequar a metodologia ao público em questão, além de, claro, não descartar a bagagem de conhecimentos que tal público já traz consigo.

Pensar sobre a forma como jovens e adultos pensam e aprendem, no nosso entender, envolve considerar: que essas pessoas não são mais crianças, que são seres que, de alguma forma, foram excluídos da instituição escolar, ou então, que não puderam estar em uma escola, e, ainda, que a cultura trazida por cada um é parte de seus mundos e vivências (DANYLUK, 2001, p.41, apud GRIFFANTE e BERTOTTI, 2013, p. 8).

Na sequência, o P4 observou que trabalhar com salas heterogêneas é um processo o qual exige mais do professor, pois é preciso atender a todos os estudantes, em conformidade com suas dificuldades.

Como resposta à questão em análise, o P5 responde: *"Dada a especificidade da EJA, marcada pela presença de idosos, adultos, jovens, trabalhadores formais e informais, de pessoas que cometeram infrações, comungo do entendimento que nós educadores, respeitando essa diversidade, precisamos levar em consideração no trabalho pedagógico as características que são comuns a todos esses sujeitos, das quais vale destacar a condição de não crianças, de pessoas outrora excluídas do direito à educação e portadores de saberes e fazeres que devem ser valorizados no ambiente escolar. É pertinente destacar que em todos os níveis de ensino, não devem ser utilizadas atividades enfatizadas, atividades extraclasse (para casa) precisam ser cuidadosamente planejadas, tendo em vista a jornada de trabalho da maioria dos educandos. Além dessas adaptações tipicamente metodológicas é pertinente que todo trabalho escolar esteja politicamente voltado à classe trabalhadora, propiciando a ela, condições de se apropriar dos conhecimentos científicos historicamente elaborados"*.

As respostas dos professores P3 e P5 deixam claras suas considerações acerca da importância de se valorizar a bagagem cultural que o aluno traz consigo para o desenvolvimento das aulas. Além disso, o P5 ressalta que os alunos da EJA não devem ser ensinados com a mesma metodologia utilizada com as crianças. Essa pontuação se coaduna com as discussões feitas neste trabalho, pois o tipo de metodologia pode ser determinante para a permanência dos alunos na EJA. O fato de grande parte desse público ser formado por trabalhadores também oferece aos docentes e às políticas públicas o desafio de flexibilizar tempos e espaços, pois um adulto trabalhador não tem disponibilidade para ir todos os dias à escola, fazer tarefas em casa, entre outras demandas comuns no ensino regular.

Haddad (2007) ratifica que as atividades devem ser cuidadosamente planejadas, politicamente voltadas à classe trabalhadora, de modo a propiciar-lhe condições de se apropriar dos conhecimentos científicos, historicamente elaborados.

No encadeamento, o P6 declarou que não nota grande diferença entre trabalhar na modalidade EJA ou no ensino regular, pois sempre emprega a mesma metodologia, como leituras, participações orais, pesquisa e outras. Com relação à fala do professor, alertamos para a necessidade de uma metodologia específica para trabalhar com alunos da EJA, conforme CONFINTEA (2009) ressalta a preocupação com a questão da metodologia adequada à aprendizagem do estudante:

Fomentar a participação da sociedade na definição de políticas públicas para a EJA em todos os níveis de governo, de forma a contemplar reais necessidades dos alunos no que se refere a currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração de cursos, criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem (VI CONFINTEA. 2009, p. 46).

Na sequência, o P7 afirmou que a diferença entre as duas modalidades de ensino está no interesse dos alunos da EJA os quais, segundo seu parecer, são mais interessados e dizem não ter mais tempo a perder. O P8 respondeu que: *“Necessidade de abordar conteúdos necessários com uma linguagem adulta, que vá ao encontro no que o adulto almeja (não infantilizar); conhecer e valorizar o conhecimento prévio do aluno; respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, buscando alternativas para que haja aprendizagem e atualização com o contexto social”*.

O P8 levantou uma pertinente e valiosa questão muito discutida e requer bastante atenção dos profissionais no sentido de não infantilizar o ensino com o adulto, ou seja, não fazer

uso da mesma metodologia na escola regular e nas salas da EJA. Haracemiv, Soek, Milek (2017, p.3) definem infantilização:

Entende-se como infantilização na Educação de Jovens e Adultos a prática pedagógica utilizada em sala de aula de forma que não condiz com o perfil daqueles que ali estão, seja por conta de atividades utilizadas com as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, seja pela forma como um docente transmite os conteúdos, ou mesmo pela postura docente em sala de aula, tratando adultos em processo de escolarização básica como se fossem crianças.

Assim como já foi discutido nas falas do P3 e do P5, o P8 também entende a necessidade de utilizar uma metodologia adequada a adultos e não infantilizada. Outro ponto a ser ressaltado é a fala do professor a respeito do conhecimento prévio dos alunos, sobretudo dos que cumprem pena em liberdade condicional. Sua concepção vem ao encontro do que Paiva (2007, p.53) ressalta:

Metodologias de história de vida, portanto, podem contribuir para compor esse conhecimento. Sujeitos apenados, como todos os demais, têm histórias de vida para além do cárcere: memórias da escola, histórias de família, de filhos, de companheiros, memórias profissionais etc. O delito que os levou à prisão é parte dessa história, e nem sempre é isto que desejam associar às suas vidas e às identidades que constituem no espaço a que estão restritos. Saber que todos foram praticantes de delito é muito pouco para reduzir a isto o trabalho pedagógico.

O P9 respondeu: *“Há muita diferença de idade entre os alunos, então às vezes é difícil uma metodologia que atinja a todos”*. O P10, em concordância com P3 e P5 quanto à flexibilização, disse: *“Cabe ao educador ser bem flexível, tenho que utilizar mais de uma linguagem e propor atividades que façam sentido para sua aprendizagem. Lembrando ainda a paciência de repetir várias vezes a mesma resposta”*.

A seguir, serão descritos os resultados da quinta pergunta: *“Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e adultos (EJA) nesta escola?”*. Na mesma ordem, o P1 enfatizou que isso se deve porque a escola se adequa às necessidades de trabalho diurno e estudo noturno dos alunos e abre possibilidades outras a educando que não teve a oportunidade de estudar na época adequada. Quanto a essa pergunta, o P2 respondeu: *“A falta*

de oportunidade e as dificuldades de aprendizagem que leva o aluno desistir da rede regular. O número de matrículas, porém e a evasão é assustadora”.

O P3 afirmou que são muitos os fatores que fazem o adolescente abandonar a escola e isso eleva o número de matrículas na modalidade EJA. Por sua vez, o P4 afirmou que a falta de apoio familiar e as condições sociais dos alunos favorecem a evasão escolar e, como consequência, cresce o número de alunos na EJA. Os motivos mencionados pelo professor em questão revelam os processos de exclusão educacional aos quais esse público submetido. Um dos mais preponderantes é a questão socioeconômica, que faz com que muitos alunos sejam excluídos da escola. Importa enfatizar o que é pontuado na BNCC (p.17):

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

O P5 respondeu: *“É preciso analisar criticamente as altas taxas de matrículas na EJA, pois, por um lado, isso pode ser positivo, visto que sinaliza uma busca por conhecimento, o que propiciará uma visão de mundo mais ampla, crítica e de melhores ofertas de trabalho, caso prossigam. Em contrapartida, pode ser o reflexo dos erros e limitações das Políticas Públicas educacionais e do próprio trabalho desenvolvido pelas escolas, as quais, por sua vez, podem não ter atendido às necessidades desses alunos na idade tida como a ideal”.*

A fala do P5 revela sua concepção acerca do tema. Segundo ele algumas formas de exclusão são geradas pela falta de políticas públicas para auxiliarem esses alunos a permanecerem na escola na idade ideal.

Em consonância com a resposta do P5, que leva em consideração falhas nas Políticas Públicas e na forma como a escola conduz o seu trabalho, Mantoan (2006) afirma, nos debates atuais sobre inclusão, que a escola brasileira tem, diante de si, o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Mudanças na sua organização pedagógica constituem um dos primeiros passos em direção a uma proposta de inclusão. Essas mudanças devem valorizar e reconhecer as diferenças, sem discriminar os alunos ou segregá-los.

O P6 optou por não responder à quinta pergunta, pois acredita ter pouca experiência nesse contexto escolar; o P7 entende como uma forma de recuperar o tempo perdido; o P8 disse

que trabalho e educação são os pontos chave para a ressocialização, de forma que é necessária a flexibilização de horários para oportunizar ao cidadão a possibilidade de trabalhar e estudar.

P9 afirmou que a maioria dos alunos que optam pela EJA, o fazem por motivos laborais e para recuperarem o tempo em que ficaram fora da escola; já outros a escolhem pela distorção idade/série. Por fim, o P10 respondeu: *“Isso deve-se ao principalmente, a quantidade de pessoas vindas de outros estados, onde a situação financeira os obrigaram a trabalhar muito novos e não tiveram oportunidades de estudar ao vir para Quirinópolis trabalhar nas Usinas, e só então foram incentivados a voltar a estudar”*.

Como já mencionado neste trabalho, a questão socioeconômica é determinante no que diz respeito aos processos de exclusão dos alunos na idade ideal; esses deixam a escola para ajudarem com as despesas de casa, suprir as necessidades da família, sobretudo as relacionadas à alimentação, e por fim, resta-lhes o insucesso no âmbito educacional. De acordo com a UNESCO (2020, p.11),

A pobreza afeta a frequência escolar, a conclusão e as oportunidades de aprendizagem [...] Muitas vezes as desvantagens se interseccionam. As pessoas com maior probabilidade de serem excluídas da educação também são prejudicadas devido à língua, ao local onde vivem, ao gênero e à etnia.

Dessa forma, é possível afirmar que para haver um processo de inclusão escolar efetivo, fazem-se necessárias, inicialmente, condições básicas de vida para os alunos do grupo dos excluídos.

Em relação ao sexto questionamento: “Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?”, o P1 disse: *“Saber que os alunos que se dedicam, buscam se aperfeiçoar no estudo e ou trabalho, realizando cursos profissionalizantes ou superior”*. O P2 respondeu: *“O respeito e carinho que o aluno adulto tem conosco. A dedicação com os estudos. O desejo de aprender pelo menos o básico que espera para sua vida”*. O P3 declarou sentir-se motivado ao perceber a vontade de aprender e de adquirir conhecimento que muitos alunos demonstram, além de ver como eles se esforçam para recuperar o tempo que ficaram fora da escola. O P4 ressaltou: *“O interesse da maioria dos alunos pela busca do conhecimento. É gratificante trabalhar com esse público”*.

Na sequência, o P5 responde: *“Para mim a característica mais marcante do trabalho com a EJA é o seu público, esse com saberes e fazeres construídos ao longo da trajetória de*

vida, trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, pessoas que vivenciaram e de certo modo ainda vivenciam a experiência da exclusão, tão comum em nossa sociedade capitalista. Salas de aula marcadas pela diversidade, etária, cultural e étnica, que demanda muito mais que adaptações metodológicas, mas reformulações política-pedagógicas, de modo a oferecer aos educandos condições de acesso e permanência na escola”.

O P5 ressalta a importância de valorizar os conhecimentos construídos ao longo da vida do educando, pois o público da EJA traz uma bagagem de conhecimento empírico adquirido no decorrer de suas

[...] A inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento à diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas (MONTEIRO, 2001, p. 1).

O professor compreende que as salas de aula da EJA são marcadas pelas diversidades etária, cultural e étnica, e isso demanda muito mais que adaptações metodológicas, pois exige reformulações político-pedagógicas, de modo a oferecer aos educandos condições de acesso e permanência na escola. O pensamento do professor encontra apoio no que preceitua a BNCC, no tópico “Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular” (p.11), qual seja:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A P6 optou por não responder e asseverou que embora possua apenas pouco tempo de experiência em atuação na EJA, esse era o seu sonho, pois gosta dos rápidos resultados advindos dessa modalidade educacional; o P7 disse que a característica mais marcante é o respeito pelos alunos.

Na opinião do P8, a EJA é uma forma de recuperar o tempo que o discente não teve na sua infância ou até mesmo na fase adulta, motivado pela precoce inserção no mundo trabalho para ganhar o pão de cada dia.

Nesse sentido, a VI CONFINTEA (2009, p.5), assevera:

[...] essa é uma oportunidade ímpar de ampliar e aprofundar o debate nacional sobre as políticas que vêm sendo implementadas nos últimos anos com o fim de elevar o nível educacional da população brasileira. Mais do que isso, é um momento propício para se refletir e propor soluções para os enormes desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar a fim de resgatar a sua dívida histórica para com aqueles que foram excluídos da educação. E a dimensão deste desafio é dada por 67 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não concluíram o Ensino Fundamental, das quais 15 milhões não completaram quatro anos de estudo e 14 milhões sequer sabem ler, escrever ou contar.

A EJA é vista então como uma oportunidade de sanar a falta de oportunidade que a pessoa sofreu na idade ideal e dar possibilidade de acesso à educação a quem não tem outra forma de estudar além dessa modalidade de ensino.

O P9 declarou que é muito gratificante acompanhar o desempenho de cada aluno da EJA e isso, de certa forma, esta é uma das formas de cada do professor avaliar seus alunos de modo que ele possa demonstrar interesse e maior participação nas aulas ministradas. O P10 asseverou que os alunos da EJA têm fome de leitura e desejo de aprendizagem, isso porque trazem consigo suas experiências da vida e do mundo do trabalho, além de saberem o quão é importante é o domínio do código da leitura e da escrita para se tornarem cidadãos conscientes e autônomos na sociedade em que vivem.

A fala da professora em questão deixa evidente que ela considera que dominar a norma padrão da língua é uma forma de inclusão social, o que é inegável, já que em vários contextos de ascensão social, como por exemplo uma entrevista para um emprego formal, é requisitado o domínio dessa modalidade linguística; no entanto, como já mencionado neste trabalho, a principal forma de inclusão é o aluno ver a bagagem linguística que ele já traz consigo ser respeitada e valorizada na escola, para evitar a crença de que por não dominar a gramática normativa ele é “burro” ou “ignorante”. Dessa forma, de acordo com Mendonça (2012, p.3):

Tem-se toda uma preocupação para a questão da inclusão deste aluno na sociedade, como um ser que será respeitado e conhecedor do seu papel dentro dela, e, além disso, também promotor de inclusão social, considerando que ele teria sido formado para ser sempre crítico, um sujeito pensante e que respeitaria a diversidade seja ela sexual, de raça, religião, posição financeira, e até em relação à linguagem, ou seja, tem-se de acordo com os PCNs a formação de um cidadão livre de preconceito linguístico devido às aulas de Língua Portuguesa que teria tido na escola.

Por fim, de acordo com as respostas dados pelos professores P1, P2, P3, P4, P6, P8, P9 e P10 foi possível identificar que os alunos da EJA mostram interesse e empenho no

desenvolvimento do processo educativo, e apesar de todos os fatores propiciadores de exclusão no sistema educacional, eles se mostram dispostos a superá-los. Na sequência, empreendeu-se a sétima pergunta: “Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação de Jovens e Adultos?”. A esta pergunta, todos os professores responderam não possuir nenhum tipo de formação específica. Alguns ressaltaram que os anos de experiência os auxiliam a trabalhar nessa modalidade de ensino e que aprendem no exercício da função.

A negativa dos professores para a questão da formação específica para trabalhar com a EJA deixa evidente a falta de Políticas Públicas no sentido de capacitar os docentes para atuarem com adultos. Por conseguinte, resta-lhes se ampararem em seus anos de experiência, além de buscarem, por conta própria, os conhecimentos mínimos necessários para exercerem a profissão. No entanto, é de fundamental importância que os professores que trabalham com a EJA – a qual tem especificidades próprias - tenham acesso a uma formação apropriada para o exercício profissional. De acordo com o PARECER Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 11/2000:

Pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (PARECER CNE/CEB, 2000, p. 52).

Faz-se mister ressaltar que embora os estudos independentes e os anos de experiência sejam de fundamental importância, é imprescindível que o docente tenha acesso também a uma formação específica para trabalhar com a EJA.

A partir das respostas e do que foi observado na escola, identifica-se também que os professores engajados há mais tempo na EJA possuem maior domínio de sala, conhecimento aprofundado do conteúdo que ministram, bem como metodologia de aula produtora, como aula expositiva e dialogada, organização de dinâmicas que propõem leituras feitas pelos alunos, atividades xerocopiadas, além das que são realizadas por meio do livro didático, o qual é o mesmo utilizado no ensino regular e pertence à biblioteca da escola. Em vista disso, os educandos necessitam ir até lá para retirá-los no início das aulas, sem contar que não há livros suficientes para todos os alunos de uma mesma sala, o que exige uma utilização coletiva na

realização das leituras e execução das atividades propostas pelo docente. Como já foi discutido neste trabalho, o grupo de alunos que compõe a EJA é plural e tem necessidades educativas um pouco diferentes daqueles matriculados no ensino regular; logo, é imperativo haver material didático adequado para essa clientela. No entanto, no dia a dia da vida escolar não é isso que se vê. De acordo o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica- COMFOR (2015, p,42),

O uso de materiais que medeiam o processo de ensino e aprendizagem e outros recursos didáticos produzidos por grandes editoras para a Educação de Jovens e Adultos é recente e até pouco tempo poderíamos dizer que se tratava de uma produção escassa. À medida que se institucionaliza a EJA e se reconfigura seu lugar na Educação Básica, a produção de livros didáticos, paradidáticos e literários também se transforma. Seja por meio de políticas educacionais que implicam a compra e distribuição gratuita de livros didáticos para a EJA, abrangendo Ensino Fundamental e Ensino Médio no Programa Nacional de Livro Didático (PNLD EJA), seja por meio de políticas de incentivo para a produção de livros de literatura voltados aos neoleitores, como feito no Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), em anos recentes. [...] Neste caso, há um grande incentivo para que educadores (as) ou grupos organizem materiais e recursos que deem conta da diversidade e da consideração de realidades locais e necessidades de aprendizagem de cada turma.

Nesse sentido, um livro didático apropriado pode proporcionar ao professor possibilidades para uma contextualização do conteúdo a partir das experiências vividas pelos alunos. Além disso, essa ligação entre o conteúdo e o contexto, criada na dinâmica da aula, pode estar relacionada ao tempo da docência já exercida e em exercício, que oportuniza segurança e amplitude na visão do professor.

Com relação à oitava pergunta, relacionada à EJA como modelo formativo no contexto brasileiro: “Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?”. A tal pergunta o P1 respondeu: *“Acho até difícil de responder sua indagação, pois vivemos num país capitalista onde sobressai aquele que tem um poder aquisitivo melhor e com isso grande parte da sociedade é marginalizada devido às grandes desigualdades sociais. Mais por outro lado ainda podemos contar com a EJA cujo processo ainda não têm muito respaldo, mais é o caminho indicado para as pessoas que perderam parte ou total acesso a sala de aula e a EJA abre portas para que esse aluno recompensa o seu tempo na educação e assim ele pode contar com um trabalho considerado digno inserindo-os no mercado de trabalho e também na sociedade de forma geral e garantindo também o direito de se auto sustentar e auxiliar a família”*.

A resposta do professor em questão problematiza as desigualdades sociais como fator de exclusão educacional, conforme ressalta Haddad (1994, p.86):

É uma educação para pobres, para jovens e adultos das camadas populares. [...] Para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas regionais de ensino, mesmo constando que aqueles que conseguem ter acesso aos programas de Educação de Jovens e Adultos são os com “melhores condições” entre os mais pobres, isso não retira a sua validade intencional do seu direcionamento aos excluídos.

Dessa forma, a EJA surge como uma forma de combater essas desigualdades, abre possibilidades, antes não adquiridas, para esses alunos excluídos ingressarem no mercado de trabalho, ou se manterem nele, como mencionou o professor em questão.

Portanto, é neste contexto que a EJA atua, ou seja, essa modalidade de ensino tem por objetivo apresentar o aluno a esse universo letrado até então desconhecido e ao qual ele não tinha acesso para que, desse modo, ele tenha oportunidade de ser incluído de forma plena na sociedade.

Em continuidade à análise, O P2 declarou: *“Vejo como uma oportunidade de atender aqueles que por muitas razões não frequentaram os bancos da escola, além da inclusão social de adultos que têm a necessidade real de ler e escrever”*.

O P3 respondeu: *“Vejo como uma forma de pertencimento, onde cada pessoa procura de uma forma ou de outra sentir-se dentro do seu lugar, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos abre as portas para uma diversidade de valores, crenças, costumes, culturas do próprio sujeito. Por isso, vejo que é papel da educação dar oportunidades de forma geral a todos que não tiveram esse pertencimento e que devemos respeitar todas as diferenças, seja a classe mais abastada ou a menos provida de condições sociais. Percebo que falta planejamento por parte de quem está à frente desse papel da educação, pelo menos amenizar as diferenças entre aqueles que ainda estão excluídos da sociedade, no trabalho, enfim, no meio em que está inserido. Mais quem sabe ainda podemos aqui no Brasil, ter uma educação de qualidade para que todos desfrutem de seus direitos e deveres”*.

O P4 levantou uma questão muito importante, que é o potencial de acolher as diversidades incluídas na EJA; situação no mínimo contraditória, pois assim como pode ser um trabalho promissor e gratificante, requer um esforço e dedicação contínuos, além de exigir muita preparação por parte de todos os envolvidos. Acerca desse assunto Carrano (2000, p.160) problematiza:

A dificuldades em lidar com a diversidade parece algo congênito na constituição da ideia de escolarização. A homogeneidade ainda é muito mais desejável à cultura escolar do que a noção heterogeneidade, seja ela de faixa etária, de gênero, de classe, de cultura regional ou ética.

Como também ressalta o professor em questão, é necessário que os professores à frente de tal modalidade escolar busquem estar aptos a lidar com as diversidades de modo a não acentuá-las, mas valorizá-las.

O P4, por sua vez, respondeu: *“Muito importante para recuperar e resgatar a dignidade de muitos cidadãos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.”* O P5 respondeu: *“É indubitável que a educação de Jovens e Adultos desempenha um papel salutar, de modo especial, no que tange ao fato de propiciar aos educandos melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, bem como de superação do estado de marginalização social que estes se encontram diante da sociedade grafocêntrica”.*

O P6 respondeu: *“Nossa quanto é difícil de responder a esse quesito, pois atualmente, com as novas tecnologias inseridas no mercado de trabalho e com pouca mão de obra qualificada, acredito que cada vez mais torna-se difícil para a pessoa que não tem estudo se inserir dentro desse processo, o que acaba gerando automaticamente um processo de exclusão social em relação ao trabalho, empregabilidade o que causa a falta de diálogo entre as famílias, muita violência, que se formos analisar são consequências oriundas das formas de governo e também da má administração por parte daqueles que estão apenas voltado para o seu próprio interesse. Então, às vezes temos que rebolar para incentivar esses jovens ou adultos que procuram a escola, em acreditar em nosso trabalho e que conseguirão de forma direta ou indiretamente o seu sucesso. Falta muito ainda o processo de conscientização de muitos para que possamos galgar esses degraus e quem sabe um dia sermos iguais aos países desenvolvidos, onde a educação é prioridade de todos”.*

Na sequência, o P7 responde: *“Percebo que há uma grande desigualdade entre as classes sociais, o que dificulta tanto jovens quanto adultos procurar uma sala de aula, pois a classe menos provida monetariamente esbarra na questão de sobrevivência e acaba deixando a escola em segundo plano, o que gera ainda mais desconforto para a população mais pobre. E isso desestimula as pessoas a estudar e adquirir um conhecimento necessário para sua sobrevivência fazendo então a troca da sala de aula pelo trabalho para garantir o pão de cada dia para sustentar a si próprio e a sua família também”.*

Diante dessa realidade social, a VI CONFINTEA (2009, p.29) entende que se faz necessária uma interligação setorial para solucionar o problema ou ao menos mitigá-lo, conforme se observa a seguir:

Este cenário demanda dos gestores públicos, educadores e movimentos sociais a realização de esforços para a garantia do direito à educação de jovens e adultos, buscando novas formas, espaços e propostas político-pedagógicas adequadas às especificidades deste público. Configura-se, assim a necessária articulação intersetorial que integre as políticas educacionais às políticas de cultura, saúde, emprego e geração de trabalho e renda e às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

O P8 disse tratar-se de uma modalidade de ensino que ajuda as pessoas as quais se encontram em distorção idade/série e que precisam trabalhar. O P9 respondeu: *“Formar o cidadão para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo, suprir as necessidades de estes jovens e adultos de concluir seus estudos ao longo do ano na busca por uma qualidade de vida melhor”*.

O P10 afirmou: *“A educação de jovens e adultos é uma realidade de inclusão social, pois cria oportunidades de inclusão e permanência na escola permitindo uma aprendizagem significativa”*.

Conforme o exposto nas respostas dos professores no que diz respeito à pergunta de número oito, os professores P1, P5, P6, P7 e P9 veem a EJA como uma oportunidade de inclusão no mercado de trabalho e como uma tentativa de amenizar desigualdades sociais. É possível identificar que tais profissionais compreendem de maneira global o processo educacional no qual estão inseridos e não somente como uma forma de aumentar o nível de escolaridade dos alunos envolvidos.

No que diz respeito à nona pergunta: “Qual é sua concepção de educação inclusiva?” o P1 respondeu que a educação deve ser sempre inclusiva, no intuito de resgatar os valores presentes no cotidiano dos alunos; o P2 respondeu: *“Educação inclusiva aquela que acontece quando a escola abre as portas para receber o indivíduo, independentemente, de suas dificuldades, problemas, deficiências e procura meios de localizá-los e contribuir com sua formação”*.

Na sequência, o P3 declarou: *“A educação inclusiva vai além de colocar o aluno na sala de aula; a escola deve proporcionar ao aluno o crescimento pessoal, emocional e social.”* O P4 disse: *“No meu ponto de vista, entendo como educação inclusiva, aquela em que trabalha*

de forma igualitária, sem preconceito, discriminação e acima de tudo, tendo respeito e a dignidade e sabedoria, porque afinal estamos todos amparados pelos Direitos Humanos, ou seja, tratar a todos de forma igual, sem distinção de raça, cor, credo e até mesmo o modo de vida de cada uma das pessoas em que estão inseridas na sociedade”.

Na continuidade, o P5 respondeu: *“Educação inclusiva é aquela que não exclui, bem como promove uma busca pela igualdade de acesso e permanência na escola, além de propiciar o desenvolvimento e a apropriação do conhecimento científico, independentemente das condições físicas, sociais, intelectuais e de gênero, ou mesmo do tempo disponível para esse ensino-aprendizagem”.*

O P6 entende como uma educação que busca atender a todos em suas singularidades. O P7 frisou que a Educação Inclusiva é aquela em que todos possuem os mesmos direitos; o P8 entende que a educação é o maior e o melhor meio de mudanças, pois em contato com a aprendizagem significativa, o educando se compreende e interpreta o meio em que está inserido. Sendo assim, a educação inclusiva deve renovar e promover interação entre os alunos, escola e sociedade.

Por sua vez, o P9 enxerga a educação inclusiva como aquela em que a escola recebe o aluno sem distinção de cor, raça, desigualdade social e até mesmo quem nunca teve a oportunidade de sentar-se no banco de uma escola com a finalidade de aprender pelo menos a ler e escrever seu próprio nome. A partir dessa concepção ele trabalha com a igualdade social como uma forma de lançar um olhar para as possibilidades, sem excluir indivíduo algum. Por fim, o P10 responde que: *“A educação inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global e plena, livre de preconceitos e que reconheça as diferenças”.*

Diante da exposição e da análise das respostas dos professores à pergunta de número nove, ficou evidente que nem todos os docentes da EJA compreendem a noção de Educação Inclusiva, como por exemplo o P1, que deu uma definição muito vaga ao mencionar *“resgatar valores do cotidiano”*. Professores como os P3, P6, P7 e P8 demonstraram até ter alguma noção ao exporem definições como *“atender o aluno em suas singularidades”*, no entanto, tais conceituações se mostraram incompletas.

A Unesco, no Relatório de Monitoramento Global da Educação traz uma definição de educação inclusiva que vem ao encontro dos pressupostos defendidos neste trabalho:

A educação inclusiva por ela ser o fundamento de um sistema educacional de boa qualidade, que permite que todas às crianças, todos os Jovens e Adultos aprendam e realizem seu potencial. Gênero, idade, local onde vivem, pobreza, deficiência, etnia, indigeneidade, língua, religião, status de migração ou deslocamento, orientação sexual ou expressão de identidade de gênero, encarceramento, crenças e atitudes, não devem servir de base para discriminar alguém no contexto da participação e da experiência escolares. O pré-requisito consiste em ver a diversidade dos estudantes não como um problema, mas como uma oportunidade (UNESCO, 2020, p.22).

Dessa forma, a falta de conhecimentos sobre inclusão por parte dos professores se torna um problema a ser analisado, uma vez que eles são parte importante do processo como um todo. No que diz respeito a este trabalho, dois importantes casos de inclusão estão sendo analisados: a educação como fator de inclusão para alunos em liberdade condicional e a EJA como uma modalidade de ensino promotora de inclusão para quem não teve oportunidade de estudar em idade ideal.

Dessa forma, é muito importante que os professores envolvidos nessa prática tenham uma real dimensão -desse trabalho de extrema relevância social; caso contrário, pode ser que o processo de inclusão se deturpe e não atinja seu real objetivo, já que não basta ter os alunos incluídos na sala de aula para que a inclusão efetivamente aconteça. Neste sentido, o Relatório de Monitoramento Global da Educação (UNESCO) afirma:

Na educação inclusiva, os professores devem estar preparados para ensinar todos os estudantes. a inclusão não pode ser realizada, a menos que os professores sejam agentes de mudança, com valores, conhecimentos e atitudes que permitam que todos os estudantes tenham sucesso. [...] O ensino inclusivo exige que os professores estejam abertos à diversidade (UNESCO, 2020, p.18).

Em outra perspectiva, é importante destacar que P2, P4, P5, P9 e P10 deram uma definição muito acertada no que diz respeito à definição de educação inclusiva. Dessa forma, ressalta-se que, mesmo sem ter uma formação específica para trabalhar com educação inclusiva, como eles mesmos mencionaram e será discutido na próxima pergunta, muitos já se apropriaram de vários conhecimentos pertinentes ao processo de inclusão.

Portanto, pode-se esperar que com o tempo, preparação dos professores e engajamento de todos os envolvidos, será possível vivenciar o processo de inclusão de forma mais plena nas unidades educacionais e conseqüentemente todos possam se beneficiar das vantagens que tal processo traz à sociedade em geral.

Segundo a UNESCO,

Debater os benefícios da educação inclusiva é como debater os benefícios dos direitos humanos. A inclusão é um pré-requisito para sociedades sustentáveis. É um pré-requisito para a educação em e para democracias fundamentais na integridade, na justiça e na igualdade. Ela estabelece um marco sistemático para remover barreiras a partir do princípio de que “todo estudante importa igualmente” (UNESCO, 2020, p.12).

Nesta perspectiva, toda sociedade que tem por objetivo ser justa e igualitária precisa ter a educação inclusiva como um de seus pilares.

Na continuidade, a décima pergunta traz o seguinte questionamento: “Você tem algum tipo de formação específica relativa à educação inclusiva?”, ao que a maioria dos entrevistados responderam negativamente, com exceção do P5, o qual declarou que durante seu mestrado cursou disciplina intitulada “Educação Inclusivas e Relações Étnico-Raciais; O P8 que disse possuir formação em Libras; o P9 pontuou que possui curso sobre A.E.E – Atendimento Educacional Especializado, oferecido pelo MEC e o P10 mencionou possuir pós-graduação lato-sensu em “Educação Especial e Neuropsicopedagogia”.

Mais uma vez, o problema da falta de formação específica para trabalhar com a educação inclusiva se mostra evidente nesta pesquisa, na contramão do que a Unesco apresenta em seu Relatório:

Para ser de boa qualidade, a formação de professores deve abranger vários aspectos do ensino inclusivo, desde metodologias de ensino e gestão de sala de aula até equipes multiprofissionais e métodos de avaliação de aprendizagem. Ademais, deve incluir apoio de acompanhamento para ajudar os professores a integrar novas habilidades na prática em sala de aula (UNESCO, 2020, p.18).

Dessa forma, como mencionado na análise da questão anterior, para usufruirmos dos benefícios de uma educação inclusiva plena faz-se necessário, ainda, um longo caminho, e pode-se afirmar que a formação inicial e continuada dos professores é parte fundamental desse percurso.

Logo a seguir, partiu-se para a décima primeira pergunta: “Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?” O P1 respondeu que interpreta a EJA como uma forma de inclusão e enfatizou a importância de os docentes se envolverem com

afinco nesse processo. O P2 declarou que entende essa modalidade de ensino como uma relação de reciprocidade entre quem não teve tempo ou oportunidade de estudar no período certo de suas vidas e os envolvidos no processo educacional.

O P3 afirmou: *“É interessante quando você me questiona a respeito dessa relação entre os jovens e a educação inclusiva, então, entendo como uma forma em que os jovens ou adultos encontram para sentir-se melhor no meio da sociedade, até porque hoje o ter é muito mais interessante do que ser. Vejo que esses jovens encontram na Educação Inclusiva uma porta aberta, que liberta os jovens de muitas violências, marginalidade e também pela falta de oportunidade, assim eles passa a sentir e fazer parte da vida em sociedade com mais dignidade e também pertencimento”*.

O P4 afirmou que sua forma de atuar na EJA e na educação regular é a mesma, já que não vê diferença entre ambas. O P5 entende que há uma relação direta e clara entre EJA e inclusão, uma vez que a EJA, pela característica de seu público, já está diretamente ligada à inclusão de seus sujeitos, que outrora não tiveram acesso à educação.

A inclusão escolar é um processo gradativo, com transformações tanto em ambientes físicos como na sociedade e, para que aconteça na prática a inclusão nas escolas regulares é necessária a preparação do ambiente em todos os sentidos, bem como o comprometimento de todos os envolvidos com a educação. É notório que a escola tem a urgência de promover condições que favoreçam uma educação crítica, reflexiva e libertadora, como forma de a) garantir ao educando a conquista de conhecimentos, o respeito à diversidade e à dignidade humana; b) estabelecer práticas pedagógicas adequadas; c) adaptá-las e avaliá-las nos princípios da ação-reflexão-ação.

Nesse sentido entende-se que a EJA é um programa alinhado à Educação Inclusiva, pois lida com pessoas com diferentes necessidades educacionais (CONFINTEA, 2009), portanto é uma modalidade de ensino capaz de promover a reinserção da vida em sociedade, já que tem o intuito de incluir os discentes de forma eficaz.

O P6 disse que percebe uma boa relação, porque são pessoas como jovens, adultos e até aqueles com 45 anos ou mais, todos com o propósito de aprender, no intuito de ser bem sucedido no trabalho, na escola e na sociedade.

Sobre a pergunta apresentada O P7 respondeu: *“Vejo com uma válvula de escape para recuperar o tempo em que muitos jovens e até mesmo o adulto luta para recuperar o tempo perdido na escola, assim poder entrar no mercado de trabalho e poder concorrer com os mesmos. Também voltando a escola encontra a oportunidade de ser uma pessoa reconhecida no meio em que está inserido e até mesmo no meio da sociedade”*.

De acordo com o P8, os educandos estão amparados pela Lei e não estavam na escola porque não tiveram suporte; porém hoje, têm a oportunidade de retornar aos estudos com o suporte necessário. O P9 afirmou que se trata de uma relação que precisa de muito cuidado, pois qualquer desconforto em relação à escola, pode elevar os alunos a se distanciarem da instituição. O P10 declarou entender que as duas vertentes estão entrelaçadas.

Mediante as respostas analisadas nessa pergunta, ficou evidente que apenas os P1, P3, P5, P7 veem a EJA como uma modalidade de ensino de inclusão, o que pode acontecer pela crença generalizada de que inclusão é apenas o que diz respeito a alunos com deficiências, físicas ou cognitivas, e assim se esquecem de que existem outros graves fatores de exclusão social como a pobreza, a raça, a religião, entre outros.

Nesse sentido, a Unesco preceitua:

A inclusão na educação significa garantir que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados, e que possam desfrutar de um verdadeiro sentimento de pertencimento. No entanto, muitos obstáculos de colocam no caminho rumo à este ideal, discriminação, estereótipos e alienação excluem muitos. Esses mecanismos de exclusão são essencialmente os mesmos, sendo relativos a gênero, local onde vivem, riqueza, deficiência, etnia, língua, migração, deslocamento, orientação sexual, encarceramento, religião ou outras crenças e atitudes (UNESCO, 2020, p.7).

Dessa forma, é possível afirmar: embora as razões para a exclusão sejam diversas, os seus mecanismos são sempre muito semelhantes; portanto, qualquer aluno – inclusive da Eja - que vivencie uma das situações de exclusão citadas pela Unesco precisa de uma escola inclusiva para romper essas barreiras.

Com relação à décima segunda pergunta: “Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?”, o P1 afirmou: “*Quando identifico procuro trabalhar com uniformidade [...], procuro ministrar minhas aulas pensando em todos sem discriminá-lo, até porque somos orientados a tratar todos de forma igualitária, focado mais na transmissão do conteúdo e sempre verificando a aprendizagem, porque como temos sala cheia e com diferença nas idades, sempre tenho que orientar alguns nas atividades propostas mais independentemente de ser ou não alunos regular ou quem estão nesta forma de cumprimento de alguma pena*”.

O P2 afirmou compreender que no atual estágio da vida dessas pessoas, essa é a única forma, ou seja, o caminho que os conduzirá à inclusão, de modo a compensar o tempo perdido fora da sala de aula.

O P3 respondeu: *“Olha vejo como uma válvula de escape, porque na grande maioria, muitos alunos nessas condições, vem para escola com o intuito de aprender e ser alguém na vida, outros vem apenas para diminuir os dias de sua pena, porque eles estando estudando isso concede a eles a remissão de penas em troca dos dias presentes na sala de aula. Então fico muito triste porque muitos sonham alto, mais poucos realizam seus sonhos”*.

Nesse sentido, a VI CONFINTEA (2009), recomenda ao Poder Legislativo *“Rever a legislação no que diz respeito à equiparação de dias de aula a dias trabalhados para fins de remição de pena, garantindo o direito à aprendizagem de internos penitenciários”* (2009, p. 51).

O P4 entende como normal, visto que a educação é para todos, não importa a condição do cidadão. O P5 entende essa participação como algo positivo, visto que a educação desempenha um papel fundamental na integração desses sujeitos à sociedade. Sendo assim O P6 afirma: *“Olha fica difícil de responder este questionamento, pois da mesma forma que damos suporte ao aluno que é regular damos aos apenados de forma geral. As vezes temos que orientar individualmente em algumas situações, porém vejo que faço isso com qualquer aluno desde que tenha dificuldade sem distinção entre eles”*.

O P7 disse: *“Geralmente não preocupo muito com esta questão, porque até vejo que o meu papel está voltado para a educação, proporcionando a todos uma educação de qualidade, de modo que possa atender a necessidade de todos que frequentam a sala de aula na escola.”*

O P8 respondeu: *“É uma participação boa onde esses alunos têm a oportunidades de ser inserido no âmbito escolar e mudar sua visão do mundo anterior onde ele vivia. Hoje já existe até uma extensão da EJA nos presídios”*.

Segundo ONOFRE (2010), a educação nos presídios é uma das formas eficazes para que possa haver a reintegração social de homens e mulheres privados de sua liberdade; é uma forma de prevenir a reincidência criminal. No entanto, ela não é oferecida no presídio de Quirinópolis. O analfabetismo entre a população carcerária é muito alto, e somente a partir do momento que for possível conceder-lhes a oportunidade de uma educação de qualidade, haverá a mudança intelectual e comportamental desses indivíduos em sociedade.

O P9 respondeu: *“É uma participação insatisfatória, pois há muitas faltas, ou seja, falta compromisso e determinação para conclusão de seus estudos”*. P10 disse que a educação inclusiva é uma abordagem de desenvolvimento das necessidades de aprendizagem para aqueles que são ou estão vulneráveis à marginalização ou à exclusão social.

Em relação à décima terceira pergunta: *“Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?”*, o P1 afirmou que não, pois procura aplicar sempre a mesma metodologia, para

jovens, adultos ou até mesmo pessoas mais velhas. O P2 declarou: *“Sim. Eles são acompanhados através do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Procuramos inseri-lo em atividades em grupo, acompanhar e monitorar sua frequência e desenvolvimento escolar. Trazer sempre palestras, textos, dinâmicas que o faça repensar suas atitudes e melhorar seus conceitos”*.

O P3 disse: *“Não. Já trabalhei com alunos albergados e utilizei a mesma metodologia com todos os alunos. Procuo sempre tratar todos dentro da sala de aula como sendo iguais, sem pensar quem é esse ou aquele, porque nós nos preocupamos muito é com a transmissão de conteúdos e também na aprendizagem de cada aluno que adentra a sala de aula. Quanto ao método, também utilizado de forma igual para todos independentemente de raça, cor, gênero e culturas. E que analisando por outro lado estaríamos excluindo esses alunos ao invés de incluir”*.

O P4 respondeu: *“Não. Na EJA tentamos atender a todos os alunos de maneira igualitária, buscando a atender a expectativa de todos independentemente de sua condição social. Para isso, fazemos uma sondagem da aprendizagem, para fazer um planejamento adequado. Também não temos apoio para fazer esse trabalho, ele acontece normalmente, sem interferência externa”*.

O P5 respondeu: *“Não. Ao longo do desenvolvimento das aulas procuro não diferenciar o tratamento dado aos alunos que estão em liberdade condicional daquele dado aos demais estudantes da turma. Procuo tratar a todos com urbanidade e com respeito que lhes é devido, enquanto cidadãos e usuários do sistema público de ensino. No que tange especificamente ao método ou metodologia empregada, procuro pensá-la de maneira conjunta para toda turma, uma vez que uma diferenciação nesse sentido, ao meu ver, não estaria contribuindo para o processo de inclusão, mas pelo contrário, poderia causar desconforto, constrangimento a esses alunos, contribuindo até mesmo para a evasão”*.

O P6 afirmou: *“Não há diferença, a metodologia adotada é a mesma do ensino regular. Para aulas de Língua Portuguesa geralmente, aulas expositivas e dialogadas com aplicação de exercícios para fixação do conteúdo. De acordo com o Projeto Político Pedagógico procuramos tratar todos de forma igual, e empregamos a mesma metodologia de ensino para todos sem preconceitos e nem diferenças de cor, idade raça ou etnia”*.

Assim, o docente denominado como P7 respondeu: *“Trabalho sem discriminação. Não acredito que tem nenhuma especificidade, porque de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, nossa meta é tratar a todos com equidade sem separar o A do B, então penso que a oportunidade é dada de forma igualitária para ambos”*.

O P8 respondeu: *“Não. Não tratar com diferença, já é um grande fato. Tratar o educando com o mesmo respeito e proporcionar as mesmas oportunidades de aprendizagem, fazer, com que o mesmo aprenda a respeitar o convívio com os alunos e a sociedade. A mesma forma de tratamento para todos”*.

O P9 disse: *“Sim. Porém contamos com o apoio do Conselho Tutelar, Assistência Social e Ministério Público para as possíveis eventualidades na escola”*.

O P10 observa: *“Todos os alunos são atendidos de forma igual. Observa-se que há uma relação direta da condição de infração com o nível de escolaridade. A educação se constitui e é um direito de todos e pode representar uma possibilidade, uma perspectiva de permanência na vida social”*.

Em análise às respostas das perguntas da questão de número treze, identifica-se que todos os professores entrevistados entendem que os alunos infratores não devem receber tratamento diferenciado, e nem uma metodologia específica.

Tal concepção vem ao encontro do que preceitua a educação inclusiva, como Mantoan (2003, p.37) ressalta:

Ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada hierárquica do saber.

Dessa forma, é possível que haja uma educação inclusiva, que atenda às especificidades de cada aluno, sem que necessariamente o professor precise deixar evidente, ou utilizar deliberadamente metodologias diferenciadas com cada aluno. Para isso, portanto, faz-se necessária uma metodologia que coloque todo e qualquer aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem.

Na sequência, tem-se a décima quarta pergunta: *“Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?”*. A resposta do P1 para essa pergunta foi: *“A minha maior dificuldade está relacionada às salas cheias, a heterogeneidade, o tempo de aula que é apenas de 45 minutos, sem falar que temos que aplicar o conteúdo de um ano em apenas um semestre, o que dificulta ainda mais o meu trabalho. E muitos não têm o conhecimento para acompanhar as aulas e por isso nos*

prendemos muitas vezes em repetições do conteúdo para que todos compreendam de forma igualitária sempre voltados para verificação da aprendizagem”.

O P2 declarou: *“A nossa maior dificuldade é trabalhar com a EJA são as salas heterogêneas e ainda ter que romper barreiras já construídas através do conhecimento popular e saber que muitos possui muitas dificuldades de acompanhar as turmas regular justamente por estarem muito tempo ausente da sala de aula. Outra coisa que percebo é que muitos por causa do trabalho às vezes acaba abandonando a escola”.*

O P3 afirmou: *“Bom, minha maior dificuldade é trabalhar com as diferentes idade dos alunos, porque percebo que muitos tem dificuldades de acompanhar a turma porque já estavam com bastante tempo ausente da sala de aula e isso dificulta o meu trabalho, porque as aulas não rendem e por isso tenho que explicar duas ou mais vezes o mesmo conteúdo, até perceber que todos entenderam. Outra dificuldade é que temos que rebolar para manter a frequência dos alunos que se encontram matriculados na EJA em sala de aula. Quanto a inclusão vejo que é uma oportunidade dada para aqueles que não puderam [estudar] durante um período de sua vida, por questões de trabalho, saúde, moradia dentre outros. Fora essas questões é prazeroso trabalhar na EJA, me sinto realizada com meu trabalho”.*

O P4 declarou: *“O maior problema é o nível escolar por parte de muitos alunos que chegam à escola para estudar no ensino fundamental II, mas estão parados há 20 anos. Por isso muitos não conseguem acompanhar o desenvolvimento das aulas e acabam desistindo de estudar”.*

O P5 disse que a maior dificuldade se dá em relação à heterogeneidade das turmas, o que já foi mencionado por outros docentes envolvidos na pesquisa. Apontou, também o fato de haver, em uma mesma sala, jovens, adultos e idosos; pessoas as quais retornam à escola após mais de 25 anos de afastamento e que encontram, por vezes, maiores dificuldades do que os outros colegas da classe, de modo especial, no tocante às práticas de leitura e escrita no contexto das atividades propostas.

O P6 declarou: *“Não vejo como dificuldades e sim como uma solução, pois compreendemos que a EJA é um sistema de ensino que devolve aos alunos a oportunidade de realizar seus sonhos. Percebo também que é prazeroso ministrar aulas com essas turmas, porque eles estão com muita sede de aprendizagem e isso facilita e muito as nossas aulas diariamente. Quanto ao processo de inclusão, procuro tratar a todos da mesma maneira, pois é muito importante no mundo em que vivemos saber que ainda tem muitos jovens e adultos que estão excluídos de certa forma da sociedade porque não tem uma qualificação profissional e assim eles também tornam-se marginalizados ou melhor excluídos. E então procuro sempre*

deixar claro que esse mérito é de quem estuda e corre atrás dos seus sonhos, e que eles ainda têm essa oportunidade, ou seja, basta querer”.

O P7 disse: *“Minha maior preocupação são as salas superlotadas e diferença entre jovens e adultos que frequentam a escola, porque muitos até possui um conhecimento adquirido pelas práticas do dia a dia e outros não possui esse conhecimento, o que dificulta a aprendizagem da turma, tornando minhas aulas às vezes até cansativas porque sempre tenho que ficar frisando o conteúdo até perceber que todos assimilaram”.*

O P8 declarou perceber dificuldades na questão de muitos estarem afastados do ambiente escolar há tempos, o que dificulta o processo de aprendizagem e de adaptação aos conteúdos ministrados diariamente.

O P9 disse que as dificuldades estão relacionadas às muitas faltas dos alunos, à frequência, à evasão escolar e à reprovação.

O P10 disse: *“A falta de material específico para essa modalidade; A sociedade deve compreender que os espaços públicos disponíveis podem ser abertos e incorporados às práticas pedagógicas dos alunos da EJA, tanto para significar aulas como proporcionar acesso e pertencimento”.*

Ao analisar as respostas dos professores à pergunta de número quatorze, fica nítido que veem como desafios os problemas como a heterogeneidade, a qual diz respeito a vários aspectos; no entanto, o que mais se sobressai é a questão da faixa etária, pois há desde adolescentes até pessoas idosas compondo as salas de aulas. Há por exemplo, conforme esta pesquisadora pôde observar, pessoas que abandonaram a escola há um ano e outras há trinta anos.

Dessa forma, tais desafios são intensos para os docentes que atuam na EJA, pois o profissional precisa estar preparado para conseguir adequar sua metodologia o mais próximo possível das diversas realidades encontradas na sala de aula.

Outro problema relevante encontrado nas respostas dos professores é o fato da dificuldade de permanência desses alunos na escola, já que quase todos trabalham durante o dia e frequentam as aulas à noite.

Como afirma Mantoan (2006), nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem, diante de si, o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Mudanças na sua organização pedagógica constituem um dos primeiros passos a uma proposta de inclusão. Essas mudanças devem valorizar e reconhecer as diferenças, sem discriminar os alunos ou segregá-los. Apesar

das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas e de professores, de pais e de instituições dedicadas à inclusão.

Dessa forma, é necessário, como já discutido neste trabalho, que os professores adaptem suas metodologias em prol da permanência desses alunos.

Por fim, a pergunta décima quinta: “Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?”. A esse questionamento o P1 respondeu que não, e completou que o processo de inclusão veio para melhoria na educação, para quem não teve oportunidade em seu devido tempo escolar e isso contribuiu e contribuirá para que sejam sanadas as diferenças relacionadas aos anos de educação recebidos pelos cursistas da EJA.

O P2 declarou: *“Não. Por estar nesse processo muitos tem receio de se manifestar e poder complicar a permanência na escola, visto que, como você sabe que a cada três dias letivos eles têm de um dia a menos da pena, esta é uma das soluções que ainda vemos como carta na manga para lidar com esses alunos. Outro detalhe é que muitos se sentem estar protegidos enquanto estão dentro da instituição. Houve um caso em que um detento em que estava estudando e que após a aula ele teria que retornar ao presídio e como ele se encontrava jurado de morte ele nos implorou que deixássemos ele até dormir aqui na escola, porém como eles tem quem trás e quem leva eles não pudemos realizar o seu pedido, fato esse que os levou a morte após a saída da escola. Mais esse é fato podemos dizer que até atípico e que como sou coordenadora de turno geralmente muitos professores nem ficam sabendo dessas atrocidades”*.

O P3 disse: *“Olha, sinceramente, não tenho nenhuma dificuldade específica, pois a escola procura trabalhar de forma que todos tenham o mesmo tratamento dentro da escola sem distinção de pessoas respeitando as diferenças, crenças, culturas sexo etc. Quanto ao processo de inclusão percebo que essa veio a calhar e amenizar as diferenças entre todos, porque entendo que a inclusão é uma forma de fazer que todos falam a mesma língua e aceita o próximo como ele é. Por outro lado, entendo que se não fazermos esse malabarismo estaríamos promovendo uma verdadeira exclusão social entre ambos e afinal esse não é o nosso papel e nem a nossa meta”*.

O P4 declarou não perceber dificuldades nem barreiras no acolhimento desses alunos. O P5 afirmou não ter observado, no decorrer de três anos na instituição, nenhuma dificuldade específica.

O P6 disse: *“Não especificamente, porém, como lidamos com salas heterogêneas, as vezes torna-se difícil separar quem é aluno regular ou em liberdade provisória, mais mesmo assim tive medo um dia em sala de aula quando notei uma movimentação estranha na sala e*

foi aí que percebi que tinha dois alunos que estavam tentando ocultar algo (drogas) dentro do forro da escola. Então chamei atenção deles e chamei o guarda, que sempre dá muito suporte no período de aula, e então pedi que os levasse até a coordenação para resolver aquela movimentação na sala de aula. Foi nesse momento que eu descobri que tinham alunos cumprindo pena e estudando também”.

O P7 afirmou: *“Não, porque às vezes não nos é passado nomes destacando se o aluno é regular ou se estão cumprindo alguma pena, por isso, as vezes passa despercebido em relação a essa questão. Outro fator é o tempo da aula que é apenas 45 minutos e temos bastante conteúdos para trabalhar, e isso faz com que preocupamos mais em ensinar do que pensar em detalhes durante as aulas”.*

O P8 afirmou que geralmente não há dificuldades, pois na instituição de ensino todos têm um bom comportamento. O P9 disse haver um baixo rendimento escolar em consequência do número de faltas.

O P10 disse: *“A maior dificuldade é conseguir, a permanência desses alunos na escola, eles frequentam as aulas por algum tempo e posteriormente deixam a escola”.*

Mediante as respostas da pergunta analisada, mais uma vez houve negação do corpo docente acerca de alguma dificuldade específica no trabalho com os educandos sob regime de liberdade condicional; evidenciou-se ainda a ausência de problemas de disciplina específicos com esses alunos. Dessa forma, fica evidente que trabalhar com esse público não implica uma situação de perigo, ou que haja uma relação de hostilidade.

4.3 Entrevistas com os alunos em liberdade condicional

Na sequência, serão apresentados os resultados das entrevistas feitas com 05 dos estudantes que, na época da pesquisa, cumpriam pena em liberdade condicional. Nessas entrevistas, buscamos levantar informações sobre o objetivo deles ao retornarem para a escola por meio da EJA; sobre o significado de escola para eles; o que vislumbram atingir com o retorno aos estudos; se foram vítimas de preconceito por parte de professores, colegas de sala e outros, por estarem em liberdade condicional e outras questões que analisaremos no desenvolvimento desta seção.

A partir de entrevista estruturada, realizada com esses estudantes, as respostas aos questionamentos foram gravadas e transcritas, do mesmo modo como foram realizadas as

entrevistas com os docentes e grupo gestor. Tais entrevistas foram aplicadas na casa de cada um dos estudantes, visto que eles já haviam cumprido as penas a que estavam submetidos. Durante o processo de gravação foi possível notar que os estudantes aparentavam estar intimidados pelo gravador de tal modo que pediram para anotarmos suas declarações em vez de gravarmos. Doravante, passo à apresentação dos resultados da entrevista, realizada por meio de 8 (oito) perguntas.

Com relação à pergunta 1 “Qual o seu nome, idade e local de nascimento” todos responderam o nome, o E1 respondeu ter 44 anos, o E2 28 anos, o E3 36 anos, o E4 40 anos e o E5 23 anos. Todos mencionaram ser naturais de Quirinópolis-Go.

Devemos mencionar que desses estudantes, três são do sexo masculino e duas do sexo feminino. Com relação à faixa etária, aqueles apresentam idade mais avançada que estas.

Para o questionamento 2 “Qual a série da EJA, você cursou em 2019?” E1, E2, E3, E4 e E5 responderam, respectivamente, 9º, 8º, 8º, 9º, 8º. A pergunta não comporta análise, já que não envolve subjetividade.

Na sequência, em relação à pergunta 3 foi “Como foi sua trajetória na escola quando criança, adolescente e o motivo que o (a) fez deixar a escola naquela época?” o E1 respondeu: *“Bom, eu morava aqui, né e estudava na escola Canaã, bem próximo da minha casa, e como eu só tinha mãe, né, eu sou filho bastardo, o meu pai não morava com a gente e então tivemos que mudar para Acreúna, Então, lá em Acreúna a escola era muito longe de onde eu morava, aí desisti, porque na época a gente passava por muita dificuldade e para ir à escola eu não tinha o mínimo de condições de estudar, foi um dos motivos de eu parar de estudar”*.

Na resposta do E1, mais uma vez a questão da vulnerabilidade social se faz presente neste trabalho, pois a fala do aluno em questão deixa evidente que precisou abandonar a escola por não ter condições financeiras de se manter estudando.

Sabe-se que este trabalho trata de inclusão; no entanto, para discutir mecanismos de inclusão escolar e educacional, faz-se necessário evidenciar, também, os processos de exclusão.

Nesse sentido Sposati (2000, p.10) ressalta:

Construir estrategicamente a proposta educacional nessa direção supõe, inicialmente, compreender o processo de exclusão social, entender aquilo em que se diferencia de outras formas de desigualdade, como a miséria e a pobreza. Para entender a exclusão social, são necessários vários recortes, já que se trata de um fenômeno, um processo, uma lógica, que possui várias interpretações e uma gradação de situações.

Dessa forma, é notório que a partir dos teóricos discutidos neste trabalho, e sobretudo, das respostas dos entrevistados, ficou evidente que fatores de ordem socioeconômica são determinantes no tocante à permanência dos alunos na escola.

A seguir, o estudante em liberdade condicional 2 respondeu: *“Minha vida é uma história triste, porque fui uma criança praticamente sem pai e sem mãe. Fui criada por minha tia, que não se preocupava muito comigo, porque além de ela ter mais quatro filhos ainda trabalhava fora e a gente ficava como Deus queria. Maneira de falar, a gente saía de casa ia aonde queria e fazia o que queria também e, assim, fui crescendo, ia à escola quando bem queria. Às vezes dizia para minha tia e primos que ia para a escola e ia para casa de outras pessoas, que foi onde comecei a destruir a minha infância, fui abusada, aprendi a usar drogas e me tornei uma menina rebelde. Quando cresci e tornei adolescente então procurei a escola e consegui a concluir o 8º ano, porque conheci um rapaz e ele me incentivou muito a estudar. No ano seguinte passamos a ter uma vida conjugal séria e me liberei de todos os vícios. Hoje tenho um salãozinho de beleza que me ajuda no ganha pão para sustentar meu filho e ajudar meu marido”*.

Além da questão de ordem socioeconômica, que já foi discutida neste trabalho, fatores como violência e negligência por parte da família e dos pais também contribuem para a não permanência na escola em idade ideal.

Na continuidade, o E3 respondeu: *“Se a senhora quer mesmo saber, fui um menino travesso que aprontava tudo que a senhora pensa e muito mais. Quando tornei adolescente me envolvi com uns parceiros que apenas me tirou do rumo ou quer dizer, saí da escola e me envolvi com drogas até ser preso e condenado. Hoje já cumpri minha pena e voltei para a escola para recuperar meu tempo perdido”*.

Assim como o E1 e o E2 fica evidente também na resposta do E3 a questão da vulnerabilidade social como fator de exclusão escolar.

De acordo com a UNICEF (2017, p.10):

Os fatores de exclusão escolar são diversos e ultrapassam os muros da escola. Uma série de obstáculos impede que todas as crianças e todos os adolescentes estejam nas salas de aulas e, uma vez nelas, tenham assegurado seu direito de permanecer estudando, de progredir nos estudos e de concluir toda a educação básica na idade certa. As barreiras podem ser socioculturais e econômicas, podem estar vinculadas à oferta educacional e podem ter como pano de fundo questões políticas, financeiras e técnicas.

É notório também que esses alunos só se veem motivados a voltar à escola depois de adultos e de muito terem sofrido fora dela. Na fala deles fica evidente sua concepção acerca dos estudos: uma oportunidade de recomeço ao utilizarem afirmações como “recuperar o tempo perdido”.

Dando sequência, à pergunta 3 o E4 respondeu: *“Nossa professora fica até difícil de te responder, porque sempre fui criado somente por meu pai que ficou viúvo, perdi minha mãe quando eu tinha oito anos de idade e de lá para cá, com a falta dela, me senti abandonado e parti para o uso das coisas, digamos, ilícitas. Como cheguei até mesmo praticar roubos e infiltrei também no mundo das drogas, esta foi a minha perdição, porque deixei a escola, até porque tinha tudo muito fácil, então eu pensava por que estudar? e para que isso me serviria? Hoje já estou quite com a justiça, graças a Deus, e não quero ficar lembrando meu passado, hoje, porém, estou parado no tempo”*.

Mediante a resposta do E4, faz-se necessário, mais uma vez, ressaltar as questões que têm se mostrado de extrema relevância neste trabalho, como a fragilidade econômica e social, falta de apoio familiar, além do envolvimento com drogas ilícitas. Tais fatores têm se mostrado recorrentes na resposta dos entrevistados; portanto, podemos avaliá-los como determinantes não apenas para a evasão escolar, mas também, como é o caso do público alvo desta pesquisa, para a inserção no mundo do crime.

Nesse sentido, Machado e Primo (2016, p.12) ressaltam:

A falta de estrutura familiar, bem como a ausência de políticas públicas de educação, além do próprio modelo socioeconômico de concentração, riquezas e exclusão social são fatores que traçam caminhos tortuosos e levam o adolescente a enxergar o crime como solução imediata para as mazelas que enfrenta em sua vida. Mazelas essas que se confundem, por exemplo, com a opção pelas drogas (uso e tráfico) o que acaba se tornando outro fator preponderante no envolvimento do adolescente na criminalidade.

Nessa perspectiva, quando o adolescente não tem as condições básicas garantidas, acaba por encontrar na criminalidade uma solução imediata para seus problemas, sobretudo os de ordem econômica. Por último, o E5 respondeu: *“Bem professora, a minha trajetória na escola enquanto criança foi super tranquilo, porque meus pais me forçaram a ir para a escola. Então consegui realizar o Ensino Fundamental I completo. Quando completei meus treze anos conheci umas colegas que dizia ser amigas, mas hoje reconheço que não eram, pois tudo que me oferecia eram coisas que tenho até vergonha de falar para a senhora, então, logo ao fazer*

parte dessas malditas amizades, tive que abandonar os estudos, pois nem condição e cabeça eu tinha para estar na sala de aula. Me arrependo muito de ter perdido tanto tempo de estudo em minha vida, mais fazer o que né?”.

Um detalhe que chama atenção na resposta do E5 é o fato de, até agora, ter sido a única resposta que descreveu a família como um fator de suporte para permanecer na escola. O estudante em questão diz “me forçaram a ir à escola” o que pode revelar que estes pais avaliavam a escola como um ambiente promissor e uma oportunidade de mudança de vida para o filho.

É notório que o acompanhamento familiar na vida dos alunos é um fator importante para o seu desenvolvimento escolar, conforme ressalta Nogueira (2005, p.2): “uma vez que inúmeras pesquisas vêm demonstrando a influência positiva, sobre o desempenho acadêmico, do envolvimento parental na escolaridade dos filhos, o que contribuiria, a termo, para a redução das taxas de evasão e de repetência”.

No entanto, conforme Nogueira também pontua, não se pode atribuir essa responsabilidade apenas aos pais, de forma que há um conjunto de fatores preponderantes no tocante à permanência dos educandos na escola, tal como se tem discutido neste trabalho.

Em continuidade às respostas, analisaremos aquelas referentes à pergunta 4: “O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?”. O E1 declarou: *“Na verdade, não, lá era tudo tranquilo, gostava dos colegas das salas de aulas, dos professores, tive alguns probleminhas com a direção mais já foi resolvido.”*

Na sequência, o estudante 2, assim se manifestou: *“Olha, seriamente, o que eu mais gostava é de saber que a cada dia eu queria aprender mais e mais com os colegas e professores, já o que eu não gostava era ver algumas pessoas que sabiam do meu passado me olhar de lado como se eu não fosse ninguém ali para eles, mais não dei bola e fui em frente nos meus estudos”.*

A resposta do E2 deixa evidente seu prazer em frequentar o ambiente de aprendizado e o real significado dele na sua vida, embora seus colegas de sala demonstrassem certa hostilidade e preconceito em relação ao seu passado – como se percebe em sua fala: “me olhar de lado como se eu não fosse ninguém”. Essa maturidade é mais comum nos adultos do que nos adolescentes, pois muitos deles abandonaram a escola pela falta de discernimento acerca da importância do conhecimento e da escolaridade em sua vida pessoal, social e profissional, entre outros fatores já discutidos ao longo deste estudo.

Nessa perspectiva Crochík (2011, p.39) define preconceito e apresenta:

O preconceito é, usualmente, definido como uma atitude, cuja ação correspondente é a discriminação. A discriminação, por sua vez, entre outras formas de manifestação, se apresenta na segregação e na marginalização. A segregação significa separação real ou imaginária de alguém ou de um grupo da maioria ou de outros grupos; a marginalização implica pôr esse alguém ou grupo na beira.

Pode-se afirmar que quem pratica o preconceito acaba por marginalizar ou até mesmo segregar o seu alvo; portanto, essa atitude também pode ser considerada um fator de exclusão escolar.

A resposta do E3 contém o seguinte teor: *“O que eu mais gostava era de estar no meio da turma e aprendendo cada vez mais as lições e os ensinamentos pelos professores que lutam para a gente aprender, disso eu gostava, mais infelizmente eu não gostava de certas brincadeiras de mau gosto que me fazia lembrar o meu passado e isso me deixava irritado, e às vezes ia até embora da escola para não criar problemas com alguns colegas engraçadinhos”*.

A colocação do E3 sobre “brincadeiras de mau gosto sobre o seu passado” deixa evidente o preconceito a que era exposto, tal como ocorreu com o entrevistado anterior. Porém ambos souberam enfrentar esse obstáculo, o qual não os impediu de seguir na vida em busca do conhecimento tão necessário para sua cidadania, embora tenham se sentido incomodados com essas provocações, como revela a seguinte fala: “às vezes ia até embora da escola”. Tal afirmação ressalta a questão da marginalização que o preconceito traz, pois conforme apregoa Crochík (2011), uma pessoa marginalizada até faz parte do meio social, mas de maneira precária e não plena.

Em seguida o E4 respondeu: *“O que eu mais gostava era de namorar as gatinhas e me sentir como um cidadão no meio deles, dessa forma, estando na escola eu sabia que minha pena seria reduzida pelos dias de frequência na escola; o que eu nunca gostei foi de ter que fazer aquelas provas somente para comprovar o que a gente tinha aprendido, nossa senhora, que chatice fazer provas, por isso sempre fui reprovado também”*.

A fala do E4, ao mencionar “me sentir um cidadão no meio deles” deixa evidente que ele se sente incluído no ambiente escolar, no entanto, ressalta-se a questão de ele dizer que “sempre foi reprovado” nas avaliações. Faz-se necessário discutir a questão do tipo de avaliação aplicada aos alunos da EJA, além da questão da flexibilização da forma como os conteúdos são apresentados e avaliados.

Sobre a flexibilização, Ferreira (2008, p.18) discute:

Assim, o currículo está sendo reorganizado de modo a assegurar a atenção ao aluno e o seu desejo de permanecer no espaço educativo. Foram apontados tempos e espaços na perspectiva de garantir o processo de aprendizagem dos sujeitos no seu tempo, criando a concepção de flexibilização responsável, ou seja, quem faz o tempo de aprendizagem é o próprio aluno.

Portanto, é importante que os conteúdos e as avaliações sejam flexibilizados, de modo a manter o aluno na escola, pois a forma como os conteúdos são apresentados e as sucessivas reprovações podem fazer o educando desistir novamente dos estudos.

Por último, responde o E5: *“Quando, então, retornei à escola, o que mais gostava era mesmo de aproveitar as aulas o máximo que podia, até porque o ensino na EJA, os professores incentivam a gente a crescer, melhorar, tirar boas notas, agora o que me chateava era saber que muitos iam ali na escola apenas para passar tempo, fazer brincadeiras de mau gosto.”*

Em análise à resposta do E5 é possível identificar que ele também se sente incluído no ambiente escolar, ressalta o apoio que recebia dos professores, e assim como o E2 diz se incomodar com as “brincadeiras de mau gosto”, elementos já discutidos nas respostas anteriores.

Para a pergunta de número 5 sobre “Qual é a importância da escola para você?” obtivemos a seguinte resposta do E1 *“A importância que ela me faz é a pergunta mais bem apropriada, a gente não tinha aquele discernimento de saber o quanto a escola é importante, hoje eu sei por que eu não tenho o curso superior. Tenho amigos e colegas de infância que é Advogado, Juiz, Promotor, Delegado, que é Médico. Então eu vejo o quanto é importante estudar e eu não pude concluir um curso superior e ter se tornado um profissional independente através da escola”.*

O estudante 2, respondeu: *“Minha filha, a escola para mim foi e ainda é tudo, meu sonho é terminar o Ensino Médio e quem sabe até fazer um curso superior porque quem nesta vida não estuda não vale nada quer saber tem valor nenhum”.*

Já o estudante número 3, declarou: *“O que eu acho mais importante na escola é saber que eu posso entrar lá e sair a hora que eu quiser, sem ser barrado por alguém. E acima de tudo, é o lugar que leva qualquer uma pessoa a ser um cidadão de bem, como um professor, um Médico, um Advogado, ou seja, quem é reconhecido na sociedade, isso é muito importante na nossa vida”.*

Para o estudante 4: *Hoje vejo que realmente tive oportunidades de ser alguém na vida mais joguei minha sorte fora, agora na idade que estou acho que não consigo mais voltar a estudar, até porque acho que não vou dar conta de acompanhar os colegas e quer saber, como*

diz o ditado: sabão na cabeça de burro velho não escuma mais. Vou seguir meu destino sem problema com a justiça e esperar a velhice chega”.

Na sequência, o E5 respondeu: *“Vejo que é uma pergunta muito importante mais devido às consequências e vários contratempos em que tive, não consigo mais estudar e realizar o meu maior sonho que, até então, era ser uma Psicóloga, porque admiro muito esta área do conhecimento. Mas sei que na atual circunstância da vida não conseguirei realizar esse sonho, mas a escola ainda é o lugar onde todos deveriam estar para aprender e ser alguém na vida”.*

Conforme se pode observar, todos acreditam que a realização profissional passa pela escola, e conseqüentemente, pela conclusão do Ensino Superior. Muitos se mostram arrependidos de não terem estudado mais. Pode-se perceber, também, que os cinco entrevistados possuem sonhos, os quais exigem a conclusão dos anos escolares para a sua realização.

É comum as pessoas que não tiveram acesso à educação verem com muita admiração quem possui curso superior e considerar como o ápice do sucesso profissional e valorização social o fato de ter a oportunidade de acesso a tal nível de escolaridade.

Ao cursarem a EJA, ambicionam concluir esse nível de ensino para quem sabe, ingressarem no ensino superior. Nesse sentido, ressaltam Ferrari e Sekkel (2007, p.6): *“Aliada a aquisição de um conhecimento específico, está também a promessa de uma situação profissional bem remunerada e socialmente valorizada graças ao diploma de nível superior”.* Dessa forma, a ambição de ingressar no ensino superior pode contribuir para motivá-los a se manterem na escola, a qual, quando se mostra verdadeiramente inclusiva, planta “sementes” de oportunidades na vida dos alunos que por ela passam.

A partir das respostas analisadas, também é possível identificar que eles se sentem à vontade, seguros e respeitados no ambiente escolar - importantes indícios de inclusão educacional.

Dando continuidade, a próxima pergunta, é a de número 6: *“Qual é ou eram seus objetivos com os estudos realizados na EJA?”* foi respondida pelo E1: *“O meu objetivo era ter concluído o Ensino Médio para agora eu poder fazer um curso técnico de enfermagem para abranger melhor na minha área de trabalho. Hoje sou Body Piercing, trabalho com aplicação de piercing, no nariz, boca e onde mais a pessoa quer colocar, onde a gente está fazendo um estudo sobre a evolução de assepsia, hoje o trabalho com segurança exige o estudo sobre as camadas de pele, então a questão de enfermagem me ajudaria, para estar executando um melhor trabalho com o cliente entendeu? Esse é meu interesse concluir a EJA e fazer o curso Técnico de Enfermagem não foi possível porque tive alguns contratempos, mais minha ideia é essa”.*

A partir da resposta do E1 é possível identificar que ele caracteriza a escola como uma oportunidade de se qualificar melhor para o trabalho que já exerce, além de propiciar o ingresso em cursos profissionalizantes. Tal apontamento é muito comum no que diz respeito aos alunos que procuram a EJA, pois muitos chegam à escola até mesmo por recomendação da própria empresa na qual trabalham.

Acerca desse tema, ressalta Ferreira (2008, p.6): “Dentro desta perspectiva, é notório que o retorno desta população há escola não significa apenas uma busca para ampliação de conhecimentos para conseguir emprego ou uma posição favorável, mas acima de tudo para se manter no trabalho atual”.

É possível constatar que os alunos veem a EJA como uma forma de melhoria de vida, por perceberem que o nível de escolaridade está intimamente ligado às oportunidades no mercado de trabalho.

Para o estudante 2: *“Meu sonho sempre foi recuperar o tempo em que perdi devido à falta de conhecimento e também de uma pessoa que tivesse me feito estudar até mesmo sem querer. Hoje vejo que falta interesse em muitos pais em incentivar seus filhos a estudar e fico pensando: ah, se eles soubessem o quanto faz falta para nós, acho que se soubesse pensaria diferente, até mesmo forçando seu filho ir para a escola e ser alguém na vida”*.

O ponto levantado pelo P2 é de extrema relevância, já que, de fato, muitos alunos não têm apoio familiar para se manterem nos estudos. No entanto, é importante ressaltar que alguns desses pais que supostamente “não apoiam” seus filhos a se manterem na escola também não tiveram acesso a ela por conta de necessidades econômicas. Portanto, muitos consideram que o fato de os filhos trabalharem é mais relevante do que frequentarem escola “sem ganhar nada”.

Todavia, embora esses discentes não tivessem a oportunidade de se manterem na escola na idade escolar, compreendem a importância do apoio familiar durante a escolarização das crianças e ressaltam a relevância –ações governamentais para que as famílias possam contribuir nesse sentido. Por isso a elaboração de políticas públicas que viabilizem a permanência do aluno na escola é tão determinante.

Dá a necessidade de enfatizar:

Nos últimos ano alguns programas de alimentação e de complementação de renda (ou programas de garantia de renda mínima, como são chamados), focalizados exclusivamente nos segmentos mais pobres, vêm sendo implantados junto à população escolar. Vários desses programas destacam uma fatia dos alunos como via de acesso às famílias beneficiadas. O exemplo mais importante é a Bolsa Escola (CAMPOS, 2003, p.1).

Nessa perspectiva, fica evidente, portanto, que é necessário dar as condições mínimas de sobrevivência para que o aluno tenha condições de permanecer na escola.

Já o estudante 3, respondeu que *“O meu maior sonho e objetivo é ser uma pessoa reconhecida pela sociedade e ser uma pessoa independente, saber que posso ter a mesma liberdade que qualquer um tem”*.

A resposta do E3 evidencia que ele busca inclusão social por meio da escola, e essa concepção vem ao encontro dos interesses deste trabalho, já que uma escola inclusiva tem por objetivo dar autonomia aos discentes que por ela passam, cada um desenvolvendo o máximo de suas capacidades, conforme discute o Relatório de Monitoramento Global da Educação da Unesco (2020): *“A inclusão traz benefícios. O planejamento e a oferta cuidadosos da educação inclusiva podem melhorar o desempenho acadêmico, o desenvolvimento social e emocional, a autoestima, e a aceitação pelos pares”*.

Por sua vez, o estudante 4, afirmou: *“Quer saber mesmo? Somente para diminuir a minha pena e nada mais, uso tornozeleira, mas também não é por isso que devo ser visto como bandido. Até porque nunca matei ninguém, nunca mexi com família alheia e assim por diante, acho que sou uma pessoa do bem, só não tenho os mesmos direitos que todo cidadão tem, sou privado de muitas delas, mais tô de bem com a vida”*.

Na sequência, o E5, declarou: *“Como já te disse, meu maior sonho era ser uma grande Psicóloga, pois gostaria muito de trabalhar com a mente das pessoas e assim ajudar cada uma, porque hoje na, era em que vivemos, apareceram muitas doenças como a depressão e outras que somente o psicólogo pode ajudar. Mas vejo na minha frente uma grande barreira que impede a realização desse sonho”*.

O E5 demonstra um forte desejo de ter acesso ao ensino superior, todavia, não acredita ser possível. Ao mencionar *“uma grande barreira na minha frente”*, o aluno em questão não especifica qual seria essa barreira, mas podemos discutir que no Brasil, os alunos de classes sociais mais baixas e uma grande parcela dos alunos advindos do sistema de ensino EJA não veem o ensino superior como uma possibilidade. De acordo com Baroni (2010), *“Ainda hoje, o Ensino Superior público é visto por muitos como reservado a uns poucos ricos. [...] De toda maneira, a Universidade pública brasileira ainda permanece distante das perspectivas da imensa maioria dos jovens, principalmente os que formam na escola pública. E isso certamente poderia ser diferente”* (BARONI, 2010, p.1). Ressalta-se assim a necessidade de se refletir acerca dessa imensa problemática social: o fato de o aluno advindo do sistema público não enxergar a universidade como um lugar possível e acessível para ele. Então, da mesma forma como pensamos uma escola inclusiva, também é necessário que a universidade também o seja.

Em resumo, diante da resposta de todos os alunos à pergunta seis, pode-se observar que somente o estudante 3 afirmou cursar a EJA para minimizar sua pena, enquanto os demais disseram que seus motivos estão relacionados à aquisição de mais conhecimento e de reconhecimento social.

Com relação à pergunta 7: “Como você espera que a escola te ajude no futuro?” o E1 disse: *“Olha como eu quero concluir o Ensino Médio! porque hoje em dia sem o Ensino Médio você não pode fazer curso de nada, pois qualquer tipo de curso que você vai fazer precisa de escolaridade”*.

Já o E2, afirmou que *“Ainda espero ser uma pessoa com um curso superior, uma mulher independente e bem-sucedida na vida, e sei que só irei conseguir se eu correr atrás e estudar muito, mais acho que ainda consigo”*.

Na sequência, o E3 respondeu: *“Eu espero terminar o ensino médio e quem sabe até mesmo fazer um curso superior para melhorar meu trabalho e tornar uma pessoa reconhecida. Ter um bom relacionamento com todos sem me julgar pelos atos que cometi e que isso seja passado e deixado para trás, porque minha vida agora criou rumo, quero tudo do bem e do melhor para mim e também para minha família”*.

Em análise a essa pergunta, é possível identificar similaridade na resposta dos E1, E2 e E3, pois todos demonstram grande desejo de concluir o Ensino Médio e almejam ter acesso ao Ensino Superior. Tal perspectiva já foi discutida na resposta do E5 na pergunta anterior, no entanto, esse respondente afirmou haver uma barreira para tal acesso, já os estudantes analisados nesta questão se mostram positivos e otimistas e declaram perspectivas como “mulher bem-sucedida”, “melhorar de vida”, “ser reconhecido”.

A esse respeito Schwartzman (2004, p.8) afirma que:

[...] a esta convicção dos especialistas a respeito dos benefícios da educação para a economia e a sociedade devemos acrescentar a crença que existe na população sobre benefícios privados que ela pode trazer, em termos de renda, emprego e prestígio social. A consequência é a demanda crescente, em todos os países, por mais e melhor educação em todos os níveis, limitada somente pelas restrições orçamentárias.

Dessa forma, é possível identificar que o acesso ao Ensino Superior, para esses alunos, é visto como uma forma de inclusão social.

Já para o E4: *“Olha professora eu sei que a escola é o lugar almejado por todos, mas no meu caso ela hoje está fora dos meus planos, um dos motivos é a minha idade, e outro, com*

tudo que já aprontei, penso que não serei mais reconhecido pela sociedade, porque ninguém sabe o que a gente passa, apenas julgam pelas nossas aparências e não é dessa forma que devemos ser vistos”.

Diante da resposta do E4 mais uma vez a questão do preconceito que esses alunos enfrentam é levantada; no entanto, deve-se ressaltar que há também uma questão de baixa autoestima em evidência, pois, o aluno diz “com tudo que já aprontei, penso que não serei reconhecido pela sociedade”. Tal afirmação deixa clara a forma como ele mesmo se vê. É comum identificar problemas de autoestima em alunos advindos do sistema prisional, e é dever da escola, para que eles sejam efetivamente incluídos, trabalhar no sentido de reconstruir positivamente essa autoimagem negativa. O E5, afirmou que *“Falando a verdade, acredito que a escola servirá muito para mim na vida dos meus filhos, porque farei o que for preciso para dar estudo a eles, para nunca ter a vida que eu tenho, não quero isso para eles”.*

Em resumo, o que se percebe em comum nas respostas dos estudantes 1, 2 e 3 é que a escola representa um trampolim para um curso superior, o que é almejado por eles; o 4 ele não vê esperanças de mudança, dado sua vida pregressa, embora reconheça que a escola é o espaço desejado por muitos; o estudante 5 vê na escola uma oportunidade para os filhos terem um destino diferente do dela.

A última pergunta, a de número 8, traz o seguinte teor: “Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?” A essa questão, o E1, declarou: *“Olha, na verdade sim, houve motivo de discriminação porque as pessoas julgam a gente sem saber qual foi o problema. Eu, no meu caso, eu tive um problema de direção no trânsito, meu carro quebrou e logo em seguida a polícia chegou e me fez o teste do bafômetro, e acusou que eu estava bêbado. Lógico que eu estava fora da lei, né, eu tinha bebido, mas nunca fui e nem sou fã de bebidas, mas eu não era viciado e nunca fui de muita bebida. Então tive essa condenação. Sabe professora, as pessoas preferiam julgar a gente sem saber o que estava acontecendo, né, porque estar de tornozeleira ou de liberdade condicional, é bandido igual, né. A população julga sem saber qual o tipo de problema que você teve. Por isso, sofri muito preconceito, mais hoje sou outra pessoa como você mesma pode ver. Isso também é muito relativo, hoje se você encontra na cidade pessoas que não têm problema judicial e porque não encaixa só no criminal. Porque têm pessoas que tem problemas civis, que é bem mais grave, poxa, eu conheço pessoas que estão sofrendo turbulência que considero a mesma coisa que roubar”.*

Nesse momento, para clarificar a resposta, fiz uma intervenção: “Como?” e ele respondeu: *“Tipo assim, você olha para uma família e pensa, nossa está tudo super tranquilo,*

mas tiveram funcionários que foram trabalhar e não receberam seus direitos e isso para mim generaliza como roubo. Eu conheço vizinhos meus que trabalham, são pessoas de boa índole, nunca foram presos e tal, e não têm medo de resolver problema judicial, porque nunca foram presos e, geralmente, a gente que já teve esse problema como eu, procuro não me envolver com mais nada, pois sei que as pessoas aproveitam dessas oportunidades para nos castigar ou julgar mais ainda”.

Dando sequência, à pergunta 8, o E2, respondeu: *“Sim, como já disse à senhora, quando voltei a estudar e como havia praticado alguns delitos, e que já paguei por isso e também não me sinto bem em falar sobre esse passado, mais as pessoas pensam que a gente nunca muda. E pensam errado porque tudo que passei foi por incentivo de más companhias que tive, mais hoje sou da sociedade e nada tenho a ver com o meu passado, graças ao meu esposo e a escola que me ajudou a pensar diferente”.*

O estudante 3 respondeu à pergunta 8: *“Olha pra ser sincero no começo das aulas sofri sim discriminação por alguns colegas, mas depois, com o passar dos dias, ele perceberam que eu era outra pessoa e passamos a viver e conviver melhor com todos em sala. Uma coisa que eu quero falar para a senhora, é que ainda tem muito preconceito com as pessoas que teve ou tem algum problema com a Lei, a grande maioria faz um julgamento da gente como se a gente fosse uma pessoa do mal. Isso porque eles não sabem o que passamos e nem o quanto sofremos pôr as pessoas julgarem a gente desta forma, ter liberdade condicional não quer dizer que você é um marginal, ao contrário cometemos erros que qualquer pessoa pode cometer também”.*

Na continuidade, o E4, declarou: *“Vixe Maria, o que mais sofri foi discriminação, tanto dos colegas e até de alguns funcionários também, devido à forma que me comportava na escola. Hoje eu vejo que há muito preconceito em relação a gente, porque as pessoas acham que todo mundo é bandido, vagabundo e não somos. Conheço pessoas que tem vários tipos de crimes contra vida, estupro, roubo seguido de morte, e porque tem dinheiro, estão de bem com a vida e com a sociedade também. Então o preconceito com a gente é muito grande e reconheço que os professores ensinam mais nem todos aprendem. Isso é muito triste na nossa vida”.*

Por fim, o E5 respondeu: *“Nossa, o preconceito foi a coisa que mais tive tanto na escola quanto no meu dia a dia, porque as pessoas olham para gente e apenas sabe o que está por fora e deveria ver a gente como sentimos por dentro. Julgam todos iguais, como se fosse prostituta, mulher vulgar, muitos até chamam a gente de safada, vagabunda. Mas isso não quer dizer que somos pessoas do mal, as vezes julgam pelo simples fato de ter uma liberdade condicional por causa de uma bobeira que a gente cometeu, e não quero falar sobre isso porque isso para mim, é passado e não presente, e que já paguei por isso. Outra coisa, olham para nós*

e pensam somente o mal, não é dessa forma e não quer dizer que estamos fazendo as mesmas coisas de antes. Hoje tentamos conviver com as pessoas de modo que a gente nunca sabe em quem confiar de tanto preconceito sobre nós, coisa essa que todos são ensinados nas escolas, a não ser e nem ter preconceito com nenhum tipo de pessoa, seja ela do modo que for, sem separação entre raça, cor ou qualquer outro tipo que a pessoa seja”.

Sobre a questão, a qual trata de um processo delicado, o de pertencimento, que, no caso, deixa de acontecer por conta de preconceitos, pode-se analisar que todos passaram por um período de rejeição do meio, de modo que em maior ou menor grau, os estudantes sob o regime de Liberdade Condicional sentiam-se marginalizados no espaço escolar, até por conta da baixa estima que já possuem, embora concordem que esse ambiente seja capaz de proporcionar as bases para um futuro sólido e inclusivo.

Dessa forma, a questão sobre o preconceito que os alunos advindos do sistema prisional enfrentam ao ingressarem na sala de aula precisa ser discutida, pois em um ambiente onde o preconceito impera não é possível a efetivação da inclusão. Nesse sentido, Gomes (2020, p.66) elucida:

A pessoa oriunda do sistema penitenciário é marginalizada e excluída socialmente. Não bastasse o enfrentamento a inúmeros obstáculos para reconstruir a vida pós-aprisionamento, dentro do espaço escolar, ela também é submetida ao preconceito das “pessoas de bem”, pais de alunos e educadores com formação acadêmica, que, contudo, expõem certa carência de “formação humana”.

Os alunos entrevistados afirmam que, embora já tenham cumprido suas penas, ainda recebem das pessoas ao seu redor, no ambiente escolar, um tratamento diferenciado, carregado de julgamentos de valor, e não são completamente aceitos pelos companheiros de sala, que insistem em vê-los como criminosos. É de suma urgência a discussão de tal problemática, pois a escola deve ser o local de acolhimento, de libertação, de segunda chance, e não pode, portanto, ser propagador de preconceitos e estereótipos.

Em relação a essa questão, Gomes (2020, p.66) ressalta:

O ex-presidiário, em sua maioria, vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é morador da periferia, é negro e tem com baixo nível escolar e cultural, nesse cenário, depende ainda mais da escola para usufruir de uma educação efetivamente libertadora e transformadora para a sua formação e ascensão social.

A escola, portanto, deve ser o local onde todas as pessoas devem se sentir acolhidas e incluídas, para que, a partir dela, possam ver emergir possibilidades outrora não vislumbradas.

Assim, encerra-se este capítulo de apresentação e análise de resultados, no qual buscou-se apresentar o apuro das observações, acompanhamentos e entrevistas estruturadas, realizados para atender ao recorte da pesquisa que ora se apresenta.

CONCLUSÃO

Estudar inclusão sempre foi de suma importância para esta pesquisadora, já que um dos principais objetivos da educação é proporcionar aos educandos a oportunidade de serem inseridos efetivamente em todos os níveis da sociedade. Portanto, esta pesquisa se mostrou propícia e um canal de alta relevância para analisar como o processo de inclusão tem se dado nas escolas da EJA e, sobretudo, com alunos que estão sob o regime de liberdade condicional.

A educação é, e sempre será, uma das principais ferramentas pela qual as pessoas que estão à margem da sociedade têm a oportunidade de serem incluídas de forma eficaz, e por esse motivo ela deve ser um direito de todos. Portanto aqueles que, por algum motivo não tiveram acesso a esse universo no momento ideal, precisam ajustar essa questão e diminuir essa defasagem.

Para tanto, o ensino na modalidade EJA pode propiciar um retorno digno ao mundo escolar e uma possibilidade de mudança de vida. Dessa forma, esta pesquisa buscou observar e entrevistar os atores envolvidos nesse processo para identificar como a escola pode atuar no sentido de promover inclusão educacional para os alunos que cumprem pena em liberdade condicional.

A partir dos resultados das observações feitas em sala de aula foi possível identificar que os professores não fazem distinção entre educandos apenados ou não; buscam sempre trabalhar os conteúdos de forma contextualizada com a realidade dos discentes e consideram a bagagem que trazem consigo.

Esta pesquisa teve por objetivo identificar se há práticas metodológicas específicas para trabalhar com alunos que cumprem pena em liberdade condicional e com os alunos da EJA no geral, de forma a promover inclusão social a esses discentes. É possível afirmar que essa premissa se confirmou parcialmente, pois os professores relatam considerar os conhecimentos prévios dos alunos, contextualizam o conteúdo com a realidade deles, mas também afirmaram que nem sempre são informados pela escola de quais educandos com quem trabalham estão em liberdade condicional, fato que de certa forma inviabiliza a preocupação por parte do docente com uma metodologia específica.

Nas observações também se ressaltou a questão de que os alunos da EJA se interessam muito por disciplinas as quais abordam questões como o mundo do trabalho e estão diretamente relacionadas às suas vivências cotidianas, tais como História, Geografia e CQV (Cidadania e Qualidade de Vida). Em contraposição, não demonstram interesse por poesias, pois não

consideraram algo prático para a vida. Foi discutido neste trabalho, que ter acesso à cultura também é uma forma de inclusão e a escola tem por responsabilidade introduzir tais temas de forma a auxiliá-los a apreciar as diversas manifestações culturais.

Foi uma experiência ímpar, marcante e recompensadora para esta pesquisadora ter a oportunidade de estar em contato com os professores que estão na prática, todos os dias, inseridos em um processo educacional tão necessário, primordial e satisfatório. Os resultados vieram ao encontro de alguns pressupostos desta pesquisa, pois nas respostas dos dez professores, às quinze perguntas, algumas questões de extrema relevância para esta pesquisa foram levantadas, tais como o fato de a maioria dos profissionais reconhecerem a EJA como uma modalidade de ensino inclusiva que tem por objetivo sanar déficits educacionais de quem não teve oportunidade de estudar em idade adequada e têm ciência da relevância social da modalidade na qual estão inseridos.

Além disso, alguns problemas foram apontados pelos docentes, como a falta de assiduidade dos alunos, a evasão, a necessidade e a falta de haver um material didático específico para trabalhar com a EJA. Entre as destacadas pelos professores, destaca-se a questão socioeconômica, a qual se mostra determinante para a não permanência dos discentes nas escolas, o que se confirmou também na entrevista feita com eles.

Uma questão de extrema relevância no que tange aos docentes inseridos na modalidade de ensino da EJA é a falta de uma formação específica para trabalhar nessa área. Alguns profissionais relataram não possuir formação específica para trabalhar nem com a EJA nem com Educação Inclusiva. Apenas três tiveram alguma formação nesse sentido, quais sejam: um na disciplina de Educação Inclusiva na pós-graduação; um com formação em Libras, e outro fez curso para atuar no AEE (Atendimento Educacional Especializado). Dessa forma, fica evidente o problema de ainda não haver políticas públicas com a preocupação de introduzir na formação e/ou formação continuada dos professores esses relevantes temas.

Essa realidade revela algum avanço nesse sentido, mas para os professores já atuantes na área, faz-se necessária uma formação continuada, pois a EJA é uma modalidade de ensino a qual requer profissionais preparados, para que o seu despreparo não seja responsável pela evasão escolar.

Também é notório e ficou muito marcado nesta pesquisa, o fato de que, na pergunta sobre educação inclusiva, nem todos os professores souberam defini-la, nem entender o que significa. Essa situação é preocupante, pois é crucial que os professores envolvidos neste processo tenham a real dimensão da importância social do trabalho no qual estão envolvidos, e

essa falta de domínio, pode-se dizer, teórico, provavelmente está relacionada à sua falta de formação específica, tão necessária para a colheita de bons resultados a longo prazo.

Os professores também relataram não encontrar nenhum problema específico para trabalhar com os alunos em liberdade condicional; portanto, o fato de estar em sala de aula com eles não oferece perigo aos docentes ou aos colegas.

A entrevista com os alunos estudantes que na época da observação estavam cumprindo pena em liberdade condicional foi enriquecedora e sobretudo relevante, pois dar-lhes vez, voz e oportunidade de se expressarem acerca da importância da escola, conhecer a relação deles com a educação nas diferentes fases de suas vidas contribuiu sobremaneira para a melhoria e para o enriquecimento das análises e conclusões obtidas neste trabalho.

O principal motivo, segundo os alunos, para a evasão escolar em idade ideal, é a questão socioeconômica, já que abandonam os estudos porque precisam trabalhar para contribuir com o sustento da casa e os pais não têm condições de mantê-los na escola. Muitos progenitores consideram mais proveitoso colocar os filhos no trabalho do que mantê-los na escola. Mediante tais respostas, fica evidente a necessidade de mais políticas públicas que visem a sua permanência no ambiente de estudo. Uma criança precisa ter pelo menos suas necessidades básicas garantidas para que possa ter condições de continuar, dignamente, nas instituições de ensino e ter um bom rendimento nelas.

Uma questão bastante importante identificada a partir das respostas dos alunos é o fato de que a maioria deles veem a escola como uma forma de inclusão, de melhoria de vida, de melhores oportunidades de emprego, e muitos até almejam ingressar no Ensino Superior. Essas revelações destacam quão necessária é a educação no tocante à oferta de opções em prol de um futuro melhor.

No entanto, muitos ainda sofrem com problemas semelhantes aos de quando evadiram da escola em idade ideal, que é ficarem divididos entre o trabalho e a escola. Mais uma vez enfatizamos a necessidade de uma metodologia adequada à realidade dos educandos para evitar a tão recorrente evasão.

Um fato de extrema relevância mencionado pelos alunos está relacionado ao preconceito sofrido no ambiente escolar. A partir das respostas não foi possível detectar se ele partiu somente dos colegas de sala ou também foi revelado no trato com os professores, pois os respondentes mencionaram apenas “as pessoas”, sem evidenciar a quem se refere esse termo. No entanto, é notório que os indivíduos advindos do sistema prisional são vítimas de preconceito nos mais diversos ambientes, e na escola não é diferente. Há um estereótipo construído em relação a quem já passou pelo sistema prisional, como se esse período de reclusão

social devesse ficar impregnado na essência do indivíduo e determinasse suas ações pelo resto de suas vidas, mesmo que não tenham mais pendências com o sistema judiciário.

Assim, o combate ao preconceito no ambiente escolar é de suma importância, pois inclusão e preconceito são ideais opostos e não convivem no mesmo ambiente, de forma que não é possível haver escola inclusiva se o preconceito imperar.

Apesar das intempéries encontradas ao trabalhar com a EJA, essa modalidade de ensino possibilita a inclusão e a reinserção de muitos alunos, que se não fosse por ela, não teriam acesso à educação em certas fases de suas vidas. Portanto, ela permite acesso a oportunidades que para muitos não eram mais prováveis.

Dessa forma, a partir das discussões e observações feitas nesta pesquisa, fica evidente que trabalhar com uma modalidade de ensino com um público da EJA ainda é um desafio e há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão de todos que recorrem a ela seja realmente efetivada e que a escola não seja vista apenas como um “depósito” de conteúdo, mas como um local de interação e inclusão social.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade In: AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para as escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

ALBUQUERQUE, Alessandra de Carvalho Silva. SOUZA, Diana Dayse do Nascimento. **Educação de Jovens e Adultos: contribuições para o enfrentamento da exclusão social**. 2013. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2874/1/ACSA05042014.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ANPED. **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ofício n.º 01/2015/GR.

ARAÚJO, I.S, CARDOSO, J.M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e cidadania**. São Paulo. Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n,11, abril 2001.

ARROYO, Miguel. **Balanco da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** Disponível em: <http://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balanco-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BARONI, Biagioni Marcelo José. **Acesso ao Ensino Superior público: realidade e alternativas**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042010-112755/pt-br.php>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRANCO, E. P. **Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em consonância com a reforma do ensino médio**. Revista Debates em Educação. Alagoas, v. 10, n. 21, p. 47 – 70, mai./ago. 2018.

BRASIL. **Carta compromisso com a agenda territorial de desenvolvimento integrado da educação de jovens e adultos. 2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/agenda_cartacompromisso.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. SECADI. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) /Ministério da Educação (MEC)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <<http://www.cne.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Ensino – PNE – e dá outras providências. 2014.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. Lei nº 7.210 de 11/07/1984. **Lei de Execução Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso: 08 out. 2018.

_____. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. 1989.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

_____. Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2010, seção 1, p. 66. Disponível em: <<http://confinteabramais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/abr./1997.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial:** enlaces e desenlaces. Revista Ciências e Educação (Bauru). v. 23. n.1. Jan./Mar. 2017.

CÂNDIDO, Antônio. “**O direito à literatura**”, no livro “Vários escritos”. 3.ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARRANO, P.C.R. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude:** o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. Palestra proferida no IX ENEJA – Curitiba – PR, 2007.

CAVALCANTI, Andreyra Rafayella Santos. **A Infância das Práticas Pedagógicas de Jovens e Adultos.** João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2019.

CHOCHÍK, José Leon. **Preconceito e Inclusão.** REVISTA DO INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL v. 3 n. 1. (jan-jun) 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjj35KY0IntAhV0D7kGHblaCM0QFjAAegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Fwebmosaica%2Farticle%2Fdownload%2F22359%2F13016&usg=AOvVaw15oDR-IoEEfvkeIpxaDYY7>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Educação inclusiva e preconceito:** desafios para a prática pedagógica. Congresso Brasileiro de Educação Inclusiva. Salvador, BA: UFBA, 2011.

COMFOR, UNIFESP. **Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social.** São Paulo, 2015. Disponível em <http://confor.unifesp.br>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica.** 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1820/1584>, acesso. Acesso em: 16 abr.2020.

CUNHA, Elizangela Lelis da. **Ressocialização:** o desafio da educação no sistema prisional feminino. Cad. CEDES vol. 30 n°81. Campinas maio/agos.2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622005000300009&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 dez.2020.

DANYLUK, Ocsana Sônia (Org.). **Educação de adultos.** Porto Alegre, RS: Sulina, 2001.

DANILUK - **OS DESAFIOS DA EJA E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO.** Adriana I. Griffante1 Liane Angélica Bertotti1 Lisandra Pacheco da Silva - Orientadora 2. GRIFFANTE, A.I. BERTOTTI, L.A. 2013, p. 8), Disponível em:

https://upplay.com.br/restrito/nepso2013/uploads/Projetos_EJA/Trabalho/08_03_25_Artigo_-_Os_desafios_da_EJA_e_sua_relacao_com_a_evasao.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

DAYRELL, J.; LEÃO, G.; REIS, J. **Jovens olhares sobre o ensino médio**. Caderno CEDES, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-274, 2011b.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha**. São Paulo: Paz e terra, 1986. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjZ-MXG1ontAhXhFLkGHThSBp0QFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Fsalamanca.pdf&usg=AOvVaw0AxEVhGjVHZQ2RJGd_r8Es. Acesso em: 10 mar. 2020.

FERRARI, A.L. Dias Ferreira & Sekkel Marie Claire. **Psicologia da Ciência e Profissão**. 2007, 27 (4), 636-647.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 57.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, M. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M; Romão, J.E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria e proposta**. 10 ed. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. Guia da escola cidadã; v. 5.

GONÇALVES, S. R. V. **Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

GOMES, Priscila de Lima. **Egressos do Sistema Prisional: há possibilidade de reinserção no convívio social pela Educação Profissional?** Morrinhos, GO: IF Goiano, 2020.

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

HADDAD, Sérgio e PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p.108-130, mai-ago. 2000.

HARACEMIV, Sonia; BRANCO, Veronica; SOEK, Ana Maria. **Infantilização de Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões à de Álvaro Vieira Pinto.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v.5, n,1, jun 2006.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LEP - **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11688363/artigo-132-da-lei-n-7210-de-11-de-julho-de-1984#:~:text=LEP%20%2D%20Lei%20n%C2%BA%207.210%20de,que%20fica%20subordinado%20o%20livramento>. Acesso em: 11 dez. 2020.

JULIÃO, Elionaldo, Fernandes. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal.** Rio de Janeiro, 2010.

Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a política nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 mar. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LYRA, Glaciene Januário Hottis. **Educação de Jovens e Adultos: Conhecendo as Especificidades da EJA, O Silêncio dos Sorrisos não Revelados, A Verdade que não emerge, O Medo do “Ser” Escondido Entre Números Letras e Sonhos.** Disponível em:

https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/eja_artigo_com_correcoes.pdf. Acesso em: 17 out.2020.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MACHADO, C.J.B; Primo, M. S. **Redução da Maior Idade Penal:** o adolescente em conflito com a Lei e os fatores de delinquência. Revista de Direito. Unama – PA:FIBRALEX. 2016.

MACHADO, M.M. **Formação de professores para a EJA:** uma perspectiva de mudança. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista_retratosdaescola_02_03_2008_formacao_de_professores.pdf. Acesso em: 19 ago 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar. **O que é? Por quê? Como fazer?** 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENDONÇA, Teixeira Jéssica. **O Ensino de Língua Portuguesa e a sua Relação com a Inclusão Social.** Universidade Estadual de Uberlândia (UFU), 2012.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Verbetes Reforma Capanema.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA).** Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

MIRANDA, João Milton Cunha de. **Educação de Jovens e Adultos:** Escola no cárcere e ressocialização de mulheres cearenses no regime semiaberto. Fortaleza: 2016.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a educação:** a Educação Inclusiva para seres humanos especiais. www.tvebrasil.com.br, 2001, p.1. 25/10/2008.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na Contemporaneidade:** os meandros de uma relação. 2006.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para Educadores.** Ministério Público do estado de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Sirlei Aparecida de Fátima Zambon. **Jovens em conflito com a lei:** a educação como medida socioeducativa aos alunos em liberdade assistida nas instituições escolares da cidade de Jales. São Paulo:2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Reflexões em torno da Educação Escolar em Espaço de Privação de Liberdade.** In: YAMAMOTO, Aline (org). et al. Cereja discute: Educação em prisões. São Paulo: AlfaSol: Cereja, 2010.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PAIVA, Jane. **Salto para o futuro**. 2007. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisonal.pdf
 f. Acesso em: 02 maio 2020.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **PNAS/ 2004**. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
 f. Acesso em: 15 out. 2020.

PORTAL DE DADOS. MJ. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Infopen- **Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário**. Disponível em:
<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>.
 Acesso em: 08 out. 2018.

REVEJ@ REVISTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-de sua autoria, estão vinculados ao Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da Faculdade de Educação da UFMG. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire e Unifreire. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/Programas/WebHome>. Acesso em: 03 nov.2020.

RODRIGUES, Thiago Donda. **Práticas de exclusão em ambiente escolar**. Paranaíba, Ms, 2015.

RONCALLI, Ângelo. **Relato de Experiência: Educação e Trabalho**. Instrumentos de ressocialização e reinserção social. 2004. Disponível em:
 <www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SANTOS, A. R.; TELES, M. M. Declaração de Salamanca e educação inclusiva. In: Anais do 3º simpósio educação e comunicação. **Infoinclusão: possibilidades de ensinar e aprender**. 17 a 19 de setembro de 2012. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

SARTORETTO, M. L. **Inclusão escolar, um direito de todos alunos, com e sem deficiência**. Disponível em: <http://www.fmss.org.br/artigo-inclusao-escolar-um-direito-de-todos-alunos-com-e-sem-deficiencia/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação: a nova geração de reformas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, pp 481-504,2004.

SEGATTO e Souza, C. R., Azambuja, G. de, & Oliveira Pavão, S. M. de. (2012). **Rejuvenescimento da educação de jovens e adultos- EJA: práticas de inclusão ou exclusão?** *Revista Iberoamericana De Educación*, 59(2), 1-7.
<https://doi.org/10.35362/rie5921394>.

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Leôncio. Avanços e desafios na formação do educador de jovens e adultos. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/MEC, Unesco, 2008.

SOUZA, C. R. S.; AZAMBUJA, G.; PAVÃO, S. M. D. O. Rejuvenescimento da educação de jovens e adultos - EJA: praticas de inclusão ou exclusão? **Revista Iberoamericana de Educación, 2012**. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/deloslectores/5391Pavao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão Social e Fracasso Escolar**. São Paulo, 2000.

STEPHANOU, Maria (org.), BASTOS, Maria (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v. III – Século XX. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 2020.

UNICEF. **Cenário da Inclusão Escolar no Brasil**. 2017.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **O Sistema Prisional: Seus Conflitos e Paradoxos**. v.3, n.5 (1997). Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Brasil.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WIEHEN, T. C. A. **As políticas públicas na educação de jovens e adultos no Brasil. 2016**. Disponível em: <https://taniacga5.jusbrasil.com.br/artigos/393641619/as-politicas-publicas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil>. Acesso em: 18 ago. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2.ed Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZANUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas com os Professores

Entrevistas realizadas com os docentes da Escola Noturna na cidade de Quirinópolis-Goiás, entre os meses de agosto a dezembro de 2019.

ENTREVISTA AO DOCENTE (P1)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Há 9 anos. Já tinha muita experiência nessa área, pois ministrava aula no Estado, desde o ano 2000.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Leciono Matemática, Ciências, Ensino religioso e CQV- (Cidadania e Qualidade de Vida)

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Trabalho o essencial, dando ênfase aos conteúdos da matriz Curricular e do cotidiano dos alunos.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

Quanto a esse quesito não há problemas, o problema é que muitos não tem assiduidade e compromisso com o estudo, isso principalmente em relação aos jovens.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

É um processo que se adequa a expectativa dos alunos, pois trabalham durante o dia e estudam a noite.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

Saber que os alunos que se dedicam, buscam se aperfeiçoar no estudo e ou trabalho, realizando cursos profissionalizantes ou superior.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não. Mais trabalho de acordo pede o nosso processo Político Pedagógico da Escola com a finalidade de dar uma oportunidade a todos indistintamente tanto com os jovens, adultos, ou seja, a nossa meta da EJA é dar a oportunidade aqueles que não tiveram acesso à escola em seu devido tempo.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Acho até difícil de responder sua indagação pois vivemos num país capitalista onde sobressai aquele que tem um poder aquisitivo melhor e com isso grande parte da sociedade é marginalizada devido as grandes desigualdades sociais. Mais por outro lado ainda podemos contar com a EJA cujo processo ainda não têm muito respaldo mais é o caminho indicado para as pessoas que perderam parte ou total acesso a sala de aula e a EJA abre portas para que esse aluno recompensa o seu tempo na educação e assim ele pode contar com um trabalho considerado digno inserindo-os no mercado de trabalho e também na sociedade de forma geral e garantindo também o direito de se auto sustentar e auxiliar a família.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

A educação tem que ser sempre inclusiva, pois resgatam os valores e o cotidiano dos alunos.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não tenho esse tipo de formação.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

No meu ponto de vista percebo que a educação inclusiva é a solução para amenizar muitas situações na área da educação para aqueles que buscam alcançar ou adquirir um conhecimento. Vejo também que se nós não abraçar esse processo estamos ao mesmo tempo promovendo a chamada exclusão social. E a EJA trabalha com a finalidade de inserir todos sem distinção de credo, raça, cor ou etnia no meio em que estamos inseridos.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Quando identifico procuro trabalhar com uniformidade sem demonstrar que está sendo observado , procuro ministrar minhas aulas pensando em todos sem discriminá-lo, até porque somos orientados a tratar todos de forma igualitária focado mais na transmissão do conteúdo e sempre verificando a aprendizagem, porque como temos sala cheia e com diferença nas idades , sempre tenho que orientar alguns nas atividades propostas mais independentemente de ser ou não alunos regular ou quem estão nesta forma de cumprimento de alguma pena.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não. Procuro aplicar sempre a mesma metodologia unanimemente, ou seja para jovens, adultos ou até mesmo pessoas acima de 40 anos. Aulas explicativas, dialogadas, vídeo aulas e aula prática.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

A minha maior dificuldade está relacionada as salas cheias a heterogeneidade o tempo de aula que é apenas de 45 minutos sem falar que temos que aplicar o conteúdo de um ano em apenas um semestre o que dificulta ainda mais o meu trabalho e muitos não tem o conhecimento para acompanhar as aulas e por isso nos prendemos muitas vezes em repetições do conteúdo para que todos compreendam de forma igualitária sempre voltados para verificação da aprendizagem.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não, na minha opinião o processo de inclusão veio para melhoria na educação para aqueles que não tiveram a oportunidade em seu devido tempo escolar e isso contribuiu, contribui e contribuirá para sanarmos as diferenças entre nós no mundo em que estamos vivendo hoje em pleno século XXI, denominado de mundo moderno em que muitas vezes são condicionados ao processo tecnológico. E por outro lado entendo que o nosso intuito é ensinar a todos e fazer com estes realizem seus sonhos, como: ter um certificado, um bom trabalho e outras oportunidades em que o mundo lá fora oferece.

ENTREVISTA A COORDENADORA PEDAGÓGICA (P2)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? E Quais os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas nesta unidade escolar?

Dezenove anos. 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental II- EJA. Organizar e completar minha carga horária.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Atualmente estou na coordenação pedagógica.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?”

Hoje temos a real necessidade de sermos vistos como EJA, desde o material (livro didático) até um planejamento, carga horária, realmente voltado a este público.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e adultos?

O aluno EJA, tem defasagem de série e deficiência em conteúdo. Apresenta bastante dificuldade de aprendizagem, cansaço devido ao trabalho.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

A falta de oportunidade e as dificuldades de aprendizagem que leva o aluno desistir da rede regular. O número de matrículas, porém e a evasão é assustadora.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

O respeito e carinho que o aluno adulto tem conosco.

A dedicação com os estudos.

O desejo de aprender pelo menos o básico que espera para sua vida.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Também não tenho uma formação específica relacionada A EJA, porém como já disse, tenho uma vasta experiência.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Vejo como uma oportunidade de atender aqueles que por muitas razões não frequentaram os bancos da escola, além da inclusão social de adultos que tem a necessidade real de ler e escrever.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

Educação inclusiva é aquela em que a escola abre suas portas para receber o indivíduo independentemente de suas dificuldades problemas, deficiência e procura meios de socializá-lo e contribuir com sua formação.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não, não tenho. Apenas experiência ao longo dos anos.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Entendo que é uma relação de reciprocidades entre aqueles que não tiveram tempo de estudar no período certo de suas vidas.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Vejo que no momento ainda é a única forma, ou seja, o caminho que leva através da inclusão de compensar o tempo perdido fora da sala de aula.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Sim. Eles são acompanhados através do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Procuramos inseri-lo em atividades em grupo, acompanhar e monitorar sua frequência e desenvolvimento escolar. Trazer sempre palestras, textos, dinâmicas que o faça repensar suas atitudes e melhorar seus conceitos.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de nas salas de aula da EJA?

A nossa maior dificuldade é trabalhar com a EJA são as salas heterogêneas e ainda ter que romper barreiras já construídas através do conhecimento popular e saber que muitos possui muitas dificuldades de acompanhar as turmas regular justamente por estarem muito tempo

ausente da sala de aula. Outra coisa que percebo é que muitos por causa do trabalho as vezes acaba abandonando a escola.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não. Por estar nesse processo muitos tem receio de se manifestar e poder complicar a permanência na escola visto que como você sabe que a cada três dias letivos eles tem de um dia a menos da pena, esta é uma das soluções que ainda vemos como carta na manga par lidar com esses alunos. Outro detalhe é que muitos se sentem estar protegidos enquanto estão dentro da instituição. Houve um caso em que um detento em que estava estudando e que após a aula ele teria que retornar ao presídio e como ele se encontrava jurado de morte ele nos implorou que deixássemos ele até dormir aqui na escola, porém como eles tem quem trás e quem leva eles não pudemos realizar o seu pedido, fato esse que os levou a morte após a saída da escola. Mais esse é fato podemos dizer que até atípico e que como sou coordenadora de turno geralmente muitos professores nem ficam sabendo dessas atrocidades.

ENTREVISTA A DOCENTE (P3)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Há 13 anos. Na época que comecei a trabalhar na EJA noturna já era concursada na Rede Estadual no diurno. Passei em um concurso para a Rede Municipal e precisei adequar os meus horários.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Trabalho no 5º Ano do Ensino Fundamental I. Trabalho com todas as disciplinas: Língua Portuguesa, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Ensino Religioso e CQV (Cidadania e Qualidade de Vida).

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Vejo que a EJA veio auxiliar as pessoas que por um motivo ou outro não tiveram ou concluíram seus estudos na idade certa. Não vejo uma comparação entre as duas e sim mais uma chance, uma oportunidade para quem percebeu o tempo perdido e quer resgatá-lo.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com Educação de Jovens e Adultos?

Trabalhar com o ensino de jovens e adultos é um grande desafio, pois trabalhamos com pessoas com uma boa bagagem social e cultural, e também com conhecimento sobre tudo.

5 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

É perceber a vontade de aprender, de adquirir conhecimento, de tentar resgatar o tempo perdido.

6 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não, apenas alguns anos de experiência, profissionalmente falando.

7 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Vejo como uma forma de pertencimento, onde cada pessoa procura de uma forma ou de outra sentir-se dentro do seu lugar, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos abre as portas para uma diversidade de valores, crenças, costumes, culturas do próprio sujeito. Por isso, vejo

8 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

Infelizmente muitos adolescentes desistem de estudar por inúmeros fatores, causando essa procura nas escolas da EJA. que é papel da educação dar oportunidades de forma geral a todos que não tiveram esse pertencimento e que devemos respeitar todas as diferenças, seja a classe mais abastada ou a menos provida de condições sociais. Percebo que falta planejamento por parte de quem está à frente desse papel da educação, pelo menos amenizar as diferenças entre aqueles que ainda estão excluídos da sociedade, no trabalho, enfim, no meio em que está inserido. Mais quem sabe ainda possamos aqui no Brasil, ter uma educação de qualidade para que todos desfrutem de seus direitos e deveres.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

A educação inclusiva vai além de colocar um aluno na sala de aula. É proporcionar a este aluno crescimento pessoal, emocional e social.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não. Não tive esta oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

É interessante quando você me questiona a respeito dessa relação entre os jovens e a educação inclusiva, então, entendo como uma forma em que os jovens ou adultos encontram para sentir-se melhor no meio da sociedade, até porque hoje o ter é muito mais interessante do que ser. Vejo que esses jovens encontram na Educação Inclusiva uma porta aberta, que liberta os jovens de muitas violências, marginalidade e também pela falta de oportunidade, assim eles passa a sentir e fazer parte da vida em sociedade com mais dignidade e também pertencimento.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Olha vejo como uma válvula de escape, porque na grande maioria, muitos alunos nessas condições, vem para escola com o intuito de aprender e ser alguém na vida, outros vem apenas para diminuir os dias de sua pena, porque eles estando estudando isso concede a eles a remissão de penas em troca dos dias presentes na sala de aula. Então fico muito triste porque muitos sonham alto, mais poucos realizam seus sonhos.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não. Já trabalhei com alunos albergados e utilizei a mesma metodologia com todos os alunos. Procuo sempre tratar todos dentro da sala de aula como sendo iguais, sem pensar quem é esse ou aquele, porque nós nos preocupamos muito é com a transmissão de conteúdos e também na aprendizagem de cada aluno que adentra a sala de aula. Quanto ao método, também utilizado de forma igual para todos independentemente de raça, cor, gênero e culturas. E que analisando por outro lado estaríamos excluindo esses alunos ao invés de incluir.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

Bom, minha maior dificuldade é trabalhar com as diferentes idade dos alunos, porque percebo que muitos tem dificuldades de acompanhar a turma porque já estavam com bastante tempo ausente da sala de aula e isso dificulta o meu trabalho, porque as aulas não rendem e por isso tenho que explicar duas ou mais vezes o mesmo conteúdo, até perceber que todos entenderam. Outra dificuldade é que temos que rebolar para manter a frequência dos alunos que se encontram matriculados na EJA em sala de aula. Quanto a inclusão vejo que é uma oportunidade dada para aqueles que não puderam [estudar] durante um período de sua vida, por questões de trabalho, saúde, moradia dentre outros. Fora essas questões é prazeroso trabalhar na EJA, me sinto realizada com meu trabalho.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Olha, sinceramente, não tenho nenhuma dificuldade específica, pois a escola procura trabalhar de forma que todos tenham o mesmo tratamento dentro da escola sem distinção de pessoas respeitando as diferenças, crenças, culturas sexo etc. Quanto ao processo de inclusão percebo que essa veio a calhar e amenizar as diferenças entre todos, porque entendo que a inclusão é uma forma de fazer que todos falam a mesma língua e aceita o próximo como ele é. Por outro lado, entendo que se não fazermos esse malabarismo estaríamos promovendo uma verdadeira exclusão social entre ambos e afinal esse não é o nosso papel e nem a nossa meta.

ENTREVISTA A DOCENTE (P4)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Treze anos. Primeiro para complementação da minha carga horária, mas também por me sentir realizada pois a meu ver é um público diferenciado, com mais espectadores, com mais expectativas de aprendizagem.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Leciono Língua Portuguesa, e Língua Inglesa. Ministro aulas do 6º ao 8º Ano do Ensino Fundamental II.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

No meu modo de pensar, imagino que ainda temos um grande desafio pela frente, pois temos ainda muitas pessoas que estão excluídas da sociedade e isso temos que mudar de acordo com o processo inclusivo através da EJA.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

Trabalhar com o ensino de jovens e adultos é um grande desafio, pois trabalhamos com pessoas com uma boa bagagem social e cultural muito ampla e também com conhecimento sobre tudo.

5- Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

A falta de apoio familiar e até mesmo as condições sociais favorecem a evasão escolar e como consequência o grande número de alunos matriculados na EJA.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

O interesse da maioria dos alunos pela busca do conhecimento. É gratificante trabalhar com esse público.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos? Especificamente não. Mas já participei de muitas formações para a EJA.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Muito importante para recuperar e resgatar a dignidade de muitos cidadãos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

No meu ponto de vista, entendo como educação inclusiva, aquela em que trabalha de forma igualitária, sem preconceito, discriminação e acima de tudo, tendo respeito e a dignidade e sabedoria, porque afinal estamos todos amparados pelos Direitos Humanos, ou seja, tratar a todos de forma igual, sem distinção de raça, cor, credo e até mesmo o modo de vida de cada uma das pessoas em que estão inseridas na sociedade.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não, apenas formação esporádica oferecido pela CRE-, em ocasiões especiais.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Da mesma forma da educação regular, ou seja, acolhedora e muito responsável para com os portadores de algumas necessidades.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade provisória nas salas de aula da EJA?

Normal. A educação é para todos, não importa a condição do cidadão.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não. Na EJA tentamos atender a todos os alunos de maneira igualitária, buscando atender a expectativa de todos independentemente de sua condição social. Para isso, fazemos uma sondagem da aprendizagem, para fazer um planejamento adequado. Também não temos apoio para fazer esse trabalho, ele acontece normalmente, sem interferência externa.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

O maior problema é o nível escolar por parte de muitos alunos que chegam à escola para estudar no ensino fundamental II, mas estão parados há 20 anos. Por isso muitos não conseguem acompanhar o desenvolvimento das aulas e acabam desistindo de estudar.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não. Mesmo tendo recebido alguns alunos nessa condição, não temos problemas em acolher esses alunos.

ENTREVISTA A DOCENTE (P5)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Trabalho há dois ano e meio, e optei por atuar na EJA em decorrência dessas aulas serem ministradas no período noturno. No ano de 2017 comecei a trabalhar no período matutino em uma escola privada, o que limitou minha disponibilidade à rede municipal e gerou a necessidades de atuar na EJA.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Apenas matemática; atualmente, ministro aulas no 7º e 8º Ano do Ensino Fundamental II.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

No meu modo de pensar segue algumas ponderações: A EJA por ser uma modalidade de ensino voltada à educação de jovens e adultos, que por diversos motivos foram excluídos do processo escolar, já configura como uma forma de inclusão e de oferta do direito à educação. Precisamos apenas garantir que a inclusão não se materialize como uma simples integração.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

Dada a especificidade da EJA, marcada pela presença de idosos, adultos, jovens, trabalhadores formais e informais, de pessoas que cometeram infrações, comungo do conhecimento que nós educadores, respeitando essa diversidade, precisamos levar em consideração no trabalho pedagógico as características que são comuns a todos esses sujeitos, das quais vale destacar a condição de não crianças, de pessoas outrora excluídas do direito à educação e portadores de saberes e fazeres que devem ser valorizados no ambiente escolar. É pertinente destacar que em todos os níveis de ensino, não devem ser utilizadas atividades enfatizadas, atividades extraclasse (para casa) precisam ser cuidadosamente planejadas, tendo em vista a jornada de trabalho da maioria dos educandos. Além dessas adaptações tipicamente metodológicas, é pertinente que todo trabalho escolar esteja politicamente voltado à classe trabalhadora, propiciando a ela, condições de se apropriar dos conhecimentos científicos historicamente elaborados.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

É preciso analisar criticamente as altas taxas de matrículas na EJA. Isso por um lado positivo, visto que sinaliza a busca por conhecimento, o que propiciará uma visão de mundo mais amplo, crítico e melhores postos de trabalhos, caso prossigam. Em contrapartida pode ser o reflexo dos erros e limitações das políticas públicas educacionais e do próprio trabalho desenvolvido pelas escolas, que não conseguiram atender a necessidades desses alunos na idade tida como “ideal”.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

Para mim a característica mais marcante do trabalho com a EJA é o seu público, esse com saberes e fazeres construídos ao longo da trajetória de vida, trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, pessoas que vivenciaram e de certo modo ainda vivenciam a experiência da exclusão, tão comum em nossa sociedade capitalista. Salas de aula marcadas pela diversidade, etária, cultural e étnica, que demanda muito mais que adaptações metodológicas, mas reformulações política-pedagógicas, de modo a oferecer aos educandos condições de acesso e permanência na escola.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos? Qual?

Não.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

É indubitável que a educação de Jovens e Adultos desempenha um papel salutar, de modo especial, no que tange ao fato de propiciar aos educandos melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, bem como de superação do estado de marginalização social que estes se encontram diante da sociedade grafocêntrica.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

Compreendo que a educação inclusiva como aquela que não exclui, bem como uma busca pela igualdade de acesso e permanência na escola, que propicie o desenvolvimento e a apropriação dos conhecimentos científicos a todos, independentemente das diferenças físicas, sociais, intelectuais e de gênero também.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva? Qual?

Não. No entanto durante meu mestrado cursei uma disciplina intitulada Educação Inclusiva e Relações Étnico –Raciais.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Há uma relação direta e clara a meu ver, uma vez que a EJA, pela característica de seu público, já está diretamente ligada a inclusão de seus sujeitos, que outrora não tiveram acesso ao direito à educação.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Considero como uma grande oportunidade poder trabalhar com esses alunos, pois estão empenhados a aprender e recuperar o tempo perdido e que agora estão em busca de realizar seus sonhos. Para mim é prazeroso pois todos demonstram interesse na aprendizagem.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não. Ao longo do desenvolvimento das aulas procuro não diferenciar o tratamento dado aos alunos que estão em liberdade condicional daquele dado aos demais estudantes da turma. Procuro tratar a todos com urbanidade e com respeito que lhes é devido, enquanto cidadãos e usuários do sistema público de ensino. No que tange especificamente ao método ou metodologia empregada, procuro pensá-la de maneira conjunta para toda turma, uma vez que uma diferenciação nesse sentido, ao meu ver, não estaria contribuindo para o processo de inclusão, mas pelo contrário, poderia causar desconforto, constrangimento a esses alunos, contribuindo até mesmo para a evasão.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

A maior dificuldade se dá em relação a heterogeneidade das turmas. Em uma mesma sala temos jovens, adultos e idosos, pessoas que retomam a escola após mais de 25 anos fora dessa instituição e que encontram, por vezes, maiores dificuldades do que os outros colegas de classe, de modo especial no que se refere às práticas de leitura e escrita no contexto das atividades propostas.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não que eu tenha observado, ao longo de meus três anos em contato com essa modalidade

ENTREVISTA A DOCENTE (P6)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Trabalho há um ano. Completar a carga horária.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Leciono na 2ª Série do Ensino Fundamental I com: Língua portuguesa, CQV, Matemática, Geografia, Ciências e CQV e no 8º e 9º Ano do ensino Fundamental II apenas coma Língua Portuguesa, Na EJA.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Acredito que na prática, não há tantas diferenças de trabalhar na EJA ou no ensino regular.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

Muitos alunos faltam muito de aula por trabalharem durante o dia.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

Optou por não responder.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

Optou por não responder. Asseverou que embora possua pouco tempo de experiência em atuação na EJA, era o seu sonho visto gostar de ver resultado rápido, o que, segundo ela a EJA proporciona.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não, porém sigo muito os ensinamentos da escola por meio do PPP, que tem como meta trabalhar com as diferenças de idades, tornando o nosso meio prazeroso, ou melhor, a escola um lugar de realização de sonhos.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Nossa quanto é difícil de responder a esse quesito, pois atualmente, com as novas tecnologias inseridas no mercado de trabalho e com pouca mão de obra qualificada, acredito que cada vez mais torna-se difícil para a pessoa que não tem estudo se inserir dentro desse processo, o que acaba gerando automaticamente um processo de exclusão social em relação ao trabalho, empregabilidade o que causa a falta de diálogo entre as famílias, muita violência, que se formos analisar são consequências oriundas das formas de governo e também da má administração por parte daqueles que estão apenas voltado para o seu próprio interesse. Então, às vezes temos que rebolar para incentivar esses jovens ou adultos que procuram a escola, em acreditar em nosso trabalho e que conseguirão de forma direta ou indiretamente o seu sucesso. Falta muito ainda o processo de conscientização de muitos para que possamos galgar esses degraus e quem sabe um dia sermos iguais aos países desenvolvidos, onde a educação é prioridade de todos.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

Uma educação que procura atender a todos em suas diferentes necessidades.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não. Apenas tenho um pouco de tempo de experiência por atuar na EJA, que era o meu sonho, pois gosto muito de ver resultados rápidos e por isso amo trabalhar na EJA.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Vejo uma boa relação, porque são pessoas como jovens, adultos e até aqueles com 45 anos ou mais, todos com o mesmo propósito que é o de aprender, e aprender no intuito de ser alguém bem sucedido no trabalho, na escola e na sociedade também.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Olha fica difícil de responder este questionamento, pois da mesma forma que damos suporte ao aluno que é regular damos aos apenados de forma geral. As vezes temos que orientar individualmente em algumas situações, porém vejo que faço isso com qualquer aluno desde que tenha dificuldade sem distinção entre eles.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não há diferença, a metodologia adotada é a mesma do ensino regular. Para aulas de Língua Portuguesa geralmente, aulas expositivas e dialogadas com aplicação de exercícios para fixação do conteúdo. De acordo com o Projeto Político Pedagógico procuramos tratar todos de forma igual, e empregamos a mesma metodologia de ensino para todos sem preconceitos e nem diferenças de cor, idade raça ou etnia.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

Não vejo como dificuldades e sim como uma solução, pois compreendemos que a EJA é um sistema de ensino que devolve aos alunos a oportunidade de realizar seus sonhos. Percebo também que é prazeroso ministrar aulas com essas turmas, porque eles estão com muita sede de aprendizagem e isso facilita e muito as nossas aulas diariamente. Quanto ao processo de inclusão, procuro tratar a todos da mesma maneira, pois é muito importante no mundo em que vivemos saber que ainda tem muitos jovens e adultos que estão excluídos de certa forma da sociedade porque não tem uma qualificação profissional e assim eles também tornam-se marginalizados ou melhor excluídos. E então procuro sempre deixar claro que esse mérito é de quem estuda e corre atrás dos seus sonhos, e que eles ainda têm essa oportunidade, ou seja, basta querer. -

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não especificamente, porém, como lidamos com salas heterogêneas, as vezes torna-se difícil separar quem é aluno regular ou em liberdade provisória, mais mesmo assim tive medo um dia em sala de aula quando notei uma movimentação estranha na sala e foi aí que percebi que tinha dois alunos que estavam tentando ocultar algo (drogas) dentro do forro da escola. Então chamei atenção deles e chamei o guarda, que sempre dá muito suporte no período de aula, e então pedi que os levasse até a coordenação para resolver aquela movimentação na sala de aula. Foi nesse momento que eu descobri que tinham alunos cumprindo pena e estudando também.

ENTREVISTA AO DOCENTE (P7)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? E Quais os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas nesta unidade escolar?

Há Quinze anos. Para complementar a carga horária.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Leciono Língua Portuguesa e Inglês. Trabalho com as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, na EJA.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Acho que todos são merecedores de uma boa educação.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

O interesse do aluno.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos a (EJA) nesta escola?

É uma forma de recuperar o tempo perdido.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

O respeito pelos alunos.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não. Bem que gostaria.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Percebo que há uma grande desigualdade entre as classes sociais, o que dificulta tanto jovens quanto adultos procurar uma sala de aula, pois a classe menos provida monetariamente esbarra na questão de sobrevivência e acaba deixando a escola em segundo plano, o que gera ainda mais desconforto para a população mais pobre. E isso desestimula as pessoas a estudar e

adquirir um conhecimento necessário para sua sobrevivência fazendo então a troca da sala de aula pelo trabalho para garantir o pão de cada dia para sustentar a si próprio e a sua família também.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

Penso que todos têm o mesmo direito.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Não tenho.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Vejo com uma válvula de escape para recuperar o tempo em que muitos jovens e até mesmo o adulto luta para recuperar o tempo perdido na escola, assim poder entrar no mercado de trabalho e também poder concorrer com os mesmos. Também voltando a escola encontra a oportunidade de ser uma pessoa reconhecida no meio em que está inserido e até mesmo no meio da sociedade

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

Geralmente não preocupo muito com esta questão, porque até vejo que o meu papel está voltado para a educação, proporcionando a todos uma educação de qualidade, de modo que possa atender a necessidade de todos que frequentam a sala de aula na escola.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Trabalho sem discriminação. Não acredito que tem nenhuma especificidade, porque de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, nossa meta é tratar a todos com equidade sem separar o A do B, então penso que a oportunidade é dada de forma igualitária para ambos.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

Minha maior preocupação são as salas superlotadas e diferença entre jovens e adultos que frequentam a escola, porque muitos até possui um conhecimento adquirido pelas práticas do dia a dia e outros não possui esse conhecimento, o que dificulta a aprendizagem da turma,

tornando minhas aulas às vezes até cansativas porque sempre tenho que ficar frisando o conteúdo até perceber que todos assimilaram.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não, porque às vezes não nos é passado nomes destacando se o aluno é regular ou se estão cumprindo alguma pena, por isso, as vezes passa despercebido em relação a essa questão. Outro fator é o tempo da aula que é apenas 45 minutos e temos bastante conteúdos para trabalhar, e isso faz com que preocupamos mais em ensinar do que pensar em detalhes durante as aulas.

ENTREVISTA A DOCENTE (P8)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Há dezoito anos. Complemento da carga horária. Disponibilidade de trabalho no período noturno.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Trabalho na rede estadual no período diurno. Trabalho com as disciplinas de História e Geografia. Ministro aulas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Vejo como uma forma de grande avanço na sociedade moderna.

4 - Quais especificidades você destacaria na forma como trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos?

Necessidade de abordar conteúdos necessários com uma linguagem adulta, que vá de encontro no que o adulto almeja (não infantilizar); conhecer e valorizar o conhecimento prévio do aluno; respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, buscando alternativas para que haja aprendizagem e atualização com o contexto social.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta aula?

É uma forma de recuperar o tempo em que não teve na sua infância ou até mesmo pelo trabalho para ganhar o pão de cada dia.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

Uma das características é o desejo, a vontade e a determinação para aprender e assim poder realizar seus sonhos.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não. Mas trabalho desde o início da EJA. (Tenho muita experiência).

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Prefiro não responder porque é muito polêmico esse assunto.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

A educação é o maior e o melhor meio de mudanças, onde o educando se compreende o meio em que está inserido. Sendo assim a educação inclusiva deve renovar e promover interação entre os alunos, escola e os outros, (sociedade).

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Sim. Curso de libras.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Eu vejo que eles estão amparados pela Lei e que não estavam na escola por não ter suporte, mas nos dias de hoje eles puderam retornar os estudos e com o suporte necessário.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

É uma participação boa onde esses alunos têm a oportunidades de ser inserido no âmbito escolar e mudar sua visão do mundo anterior onde ele vivia. Hoje já existe até uma extensão da EJA nos presídios.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Não. Não tratar com diferença, já é um grande fato. Tratar o educando com o mesmo respeito e proporcionar as mesmas oportunidades de aprendizagem, fazer, com que o mesmo aprenda a respeitar o convívio com os alunos e a sociedade. A mesma forma de tratamento para todos.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

A falta de conhecimento por alguns estarem fora da rede escolar por muito tempo e a adaptação aos conteúdos ministrados diariamente.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

Não. Percebo que nessa instituição de ensino todos tem um bom comportamento. Até porque se estivesse estaríamos promovendo a chamada exclusão e não inclusão.

ENTREVISTA A DOCENTE (P9)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Há seis anos. No primeiro momento foi para completar a carga horária. Me apaixonei pela EJA e estou até hoje.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Atualmente estou na direção e coordenação em outra escola também.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Ter uma escola de qualidade formando verdadeiros cidadãos consciente.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?

Há muita diferença de idade entre os alunos, então às vezes é difícil uma metodologia que atinja a todos.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

A maioria dos alunos procuram a escola por motivos de trabalho e assim recuperar o tempo perdido. Outros por distorção de idade e série.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

É maravilhoso ver o desempenho de cada aluno na EJA. O professor precisa ter o perfil e fazer com que os alunos apaixonem pelos estudos.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos? Qual?

Não, não tenho, apenas experiência e vivência enquanto coordenadora da EJA nesta Instituição.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

Formar o cidadão para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo, suprir as necessidades de estes jovens e adultos de concluir seus estudos ao longo do ano na busca por uma qualidade de vida melhor.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

Minha concepção de educação inclusiva é olhar com possibilidades sem excluir ninguém.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Tenho curso do A.E.E- Atendimento educacional especializado, oferecido pelo MEC.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

Vejo que é uma relação que precisa de muito cuidado, pois qualquer desconforto em relação a escola os alunos se distanciam da mesma. E quando isso acontece tentamos fazer de tudo para que ele permaneça na escola para realizar o seu desejo.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

É uma participação insatisfatória, pois há muitas faltas, ou seja, falta compromisso e determinação para conclusão de seus estudos.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Sim. Porém contamos com o apoio do Conselho Tutelar, Assistência Social e Ministério Público para as possíveis eventualidades na escola.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

Muitas faltas, evasão escolar, reprovação.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

É como já te disse, eles possuem muitas faltas por isso possui também um baixo rendimento escolar. Mas a escola sempre está de prontidão a atender tanto eles quanto os alunos regulares de forma geral, nossa maior preocupação é com o todo.

ENTREVISTA A DOCENTE (P10)

1 - Há quanto tempo você trabalha nesta unidade escolar? Quais foram os motivos e/ou circunstâncias que te levaram a ministrar aulas na EJA nesta unidade escolar?

Há três anos. Trabalho o dia todo em outra instituição de ensino. Precisei adequar meus horários, sendo assim, tive que trabalhar no período noturno.

2 - Você trabalha em outras escolas? Quais disciplinas você leciona? Em quais anos/séries você leciona?

Sim. Atualmente trabalho com as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, ensino religioso, Arte, CQV e Educação Física. Série 3º Ano Ensino Fundamental I.

3 - Você acredita que a Educação de Jovens e Adultos pode ser uma oportunidade de mudança de vida aos discentes?

Acredito que seja a oportunidade de inserir pessoas na sociedade, na maioria dos [casos], alunos são pessoas que não tiveram essa oportunidade quando crianças, [que] possuem baixa autoestima e se sentem pessoas importantes quando avançam nos estudos.

4 - Quais especificidades você destacaria em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e adultos?

Cabe ao educador ser bem flexível, tenho que utilizar mais de uma linguagem e propor atividades que façam sentido para sua aprendizagem. Lembrando ainda a paciência de repetir várias vezes a mesma resposta.

5 - Como você avalia a quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola?

Isso deve-se ao principalmente, a quantidade de pessoas vindas de outros estados, onde a situação financeira os obrigaram a trabalhar muito novos e não tiveram oportunidades de estudar ao vir para Quirinópolis trabalhar nas Usinas, e só então foram incentivados a voltar a estudar.

6 - Quais as características mais marcantes do trabalho com a EJA?

Temos alunos que têm fome de ler e vontade de aprender, eles têm, só que de maneira mais ampla já tem experiência de vida e que necessita da leitura e da escrita para se sentir pertencente a sociedade.

7 - Você tem algum tipo de formação específica relativa Educação de Jovens e Adultos?

Não. Não tive essa oportunidade, mais gosto muito de trabalhar na EJA.

8 - Como você entende o papel da Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro?

A educação de jovens e adultos é uma realidade de inclusão social, pois cria oportunidades de inclusão e permanência na escola permitindo uma aprendizagem significativa.

9 - Qual a sua concepção de educação inclusiva?

A educação inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global plena, livre de preconceitos e que reconhece as diferenças.

10 - Você tem algum tipo de formação específica relativa à Educação Inclusiva?

Sim. Pós Graduação em “Educação Especial e Neuropsicopedagogia”.

11 - Como você vê a relação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva?

As duas estão entrelaçadas. A EJA valoriza as vivências e experiências dos alunos através do diálogo e da escrita.

12 - Como você vê a participação de alunos que estão em liberdade condicional nas salas de aula da EJA?

A educação inclusiva é uma abordagem de desenvolvimento das necessidades de aprendizagem para aqueles que são ou estão vulneráveis à marginalização ou exclusão social.

13 - Existe alguma especificidade em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos que estão em liberdade condicional?

Todos os alunos são atendidos de forma igual. Observa-se que há uma relação direta da condição de infração com o nível de escolaridade. A educação se constitui e é um direito de todos e pode representar uma possibilidade, uma perspectiva de permanência na vida social.

14 - Quais dificuldades você enfrenta em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA?

A falta de material específico para essa modalidade; A sociedade deve compreender que os espaços públicos disponíveis podem ser abertos e incorporados às práticas pedagógicas dos alunos da EJA, tanto para significar aulas como proporcionar acesso e pertencimento.

15 - Existem dificuldades específicas em relação ao trabalho docente e/ou ao processo de inclusão escolar de alunos nas salas de aula da EJA que estão em liberdade condicional?

A maior dificuldade é conseguir, a permanência desses alunos na escola, eles frequentam as aulas por algum tempo e posteriormente deixam a escola.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas com os alunos em liberdade condicional

ESTUDANTE (1)

1 - Qual é o seu nome, idade e local de nascimento?

Meu nome é E1, tenho 44 anos e sou de Quirinópolis.

2 - Qual série da EJA que você cursou no ano de 2019?

Cursei o 8 e o 9º ano.

3 - Com foi sua trajetória na escola quando criança/adolescente e qual foi o motivo que te fez deixar a escola naquela época?

Bom, eu morava aqui né e estudava na escola Canaã bem próximo da minha casa e como eu só tinha mãe né, eu sou filho bastardo o meu pai não morava com a gente e então tivemos que mudar para Acreúna, então lá em Acreúna a escola era muito longe donde eu morava, aí desisti porque na época a gente passava por muita dificuldade e para ir à escola eu não tinha o mínimo de condições de estudar, foi um dos motivos de eu parar de estudar.

4 - O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?

Na verdade, não, lá era tudo tranquilo, gostava dos colegas das salas de aulas dos professores, tive alguns probleminhas com a direção mais já foi resolvido.

5 - Qual é a importância da escola para você?

A importância que ela me faz é a pergunta mais bem apropriada, hoje para mim a gente não tinha aquele discernimento de saber o quanto a escola é importante. Hoje eu sei por que eu não tenho o curso superior. Tenho amigos e colegas de infância que é Advogado, Juiz, Promotor, Delegado que é Médico então eu vejo o quanto é importante estudar e eu não pude concluir um curso superior e ter se tornado um profissional independente através da escola.

6 - Qual é ou era o seu objetivo com os estudos realizados na EJA?

O meu objetivo era ter concluído o Ensino Médio para agora eu poder fazer um curso técnico de enfermagem para abranger melhor na minha área de trabalho. Hoje sou Body Piercing (Pirça), trabalho com aplicação de piercing, no nariz, boca e onde mais a pessoa quer colocar, onde a gente está fazendo um estudo sobre a evolução de assepsia, sobre o trabalho do

ceife , hoje o trabalho com segurança exige o estudo sobre as camadas de pele, então a questão de enfermagem me ajudaria, para estar executando um melhor trabalho com o cliente entendeu?. Esse é meu interesse concluir a EJA e fazer o curso Técnico de Enfermagem não foi possível porque tive alguns contratemplos, mais minha ideia é essa.

7 - Como você espera que a escola te ajude no futuro?

Olha como eu quero concluir o Ensino Médio, porque hoje em dia sem o Ensino Médio você não pode fazer curso de nada. Qualquer tipo de curso que você vai fazer precisa de escolaridade.

8 - Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?

Olha na verdade sim, houve motivo de discriminação porque as pessoas julgam a gente sem saber qual foi o problema. Eu no meu caso eu tive um problema de direção no trânsito, meu carro quebrou e logo em seguida a polícia chegou e me fez o teste do bafômetro e acusou que eu estava bêbado, lógico que eu estava fora da lei né, eu tinha bebido mais nunca fui e nem sou fã de bebidas, mais eu não era viciado e nunca fui de muita bebida e então. Então tive essa condenação. Sabe professora as pessoas preferiam julgar a gente sem saber o que estava acontecendo né porque estar de tornozeleira ou de liberdade condicional é bandido igual né.

A população julga sem saber qual o tipo de problema que você teve. Por isso sofri muito preconceito, mais hoje sou outra pessoa como você mesma pode ver.

Isso também é muito relativo, hoje se você encontra na cidade pessoas que não tem problema judicial e porque não encaixa só no criminal. Porque tem pessoas que tem problemas civis que é bem mais grave poxa, eu conheço pessoas que estão sofrendo turbulência que considero a mesma coisa que roubar.

Como?

Tipo assim você olha para uma família e pensa, nossa está tudo super tranquilo, mais tiveram funcionários que foram trabalhar e não receberam seus direitos e isso para mim generaliza como roubo. Eu conheço vizinhos meus que trabalham, são pessoas de boa índole, nunca foram presos e tal, e não tem medo de resolver problema judicial porque nunca foram presos, e geralmente a gente que já teve esse problema como eu procuro não me envolver com mais nada, pois sei que as pessoas aproveitam dessas oportunidades para nos castigar ou julgar mais ainda.

ESTUDANTE (2)

1 - Qual é o seu nome, idade e local de nascimento?

Meu nome é E2e tenho 28 anos e sou natural de Quirinópolis.

2 - Qual série da EJA que você cursou no ano de 2019?

Cursei o 8º Ano na EJA com muita dificuldade porque sempre quase não ia a escola.

3 - Com foi sua trajetória na escola quando criança/adolescente e qual foi o motivo que te fez deixar a escola naquela época?

Minha vida é uma história triste, porque fui uma criança praticamente sem pai e sem mãe fui criada por minha tia que não se preocupava muito comigo porque além de ela ter mais quatro filhos ainda trabalhava fora e a gente ficava como Deus queria maneira de falar, a gente saía de casa ia aonde queria e fazia o que queria também e assim fui crescendo, ia a escola quando bem queria as vezes dizia para minha tia e primos que ia para a escola e ia para casa de outras pessoas que foi onde comecei a destruir a minha infância, fui abusada aprendi a usar drogas e me tornei uma menina rebelde. Quando cresci e tornei adolescente então procurei a escola e consegui a concluir o 8º ano porque conheci um rapaz e ele me incentivou muito a estudar, no ano seguinte passamos a ter uma vida conjugal séria e me liberei de todos os vícios. Hoje tenho um salãozinho de beleza que me ajuda no ganha pão para sustentar meu filho e ajudar meu marido.

4 - O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?

Olha seriamente o que eu mais gostava é de saber que a cada dia eu queria aprender mais e mais com os colegas e professores já o que eu não gostava era ver algumas pessoas que sabiam do meu passado me olhar de lado como se eu não fosse ninguém ali para eles ,mais não dei bola e fui em frente nos meus estudos.

5 - Qual é a importância da escola para você?

Minha filha a escola para mim foi e ainda é tudo, meu sonho é terminar o Ensino Médio e quem sabe até fazer um curso superior porque quem nesta vida não estuda não vale nada quer saber tem valor nenhum.

6 – Qual é ou era o seu objetivo com os estudos realizados na EJA?

Meu sonho sempre foi recuperar o tempo em que perdi devido a falta de conhecimento e também de uma pessoa que tivesse me feito estudar até mesmo sem querer, hoje vejo que falta interesse em muitos pais em incentivar seus filhos a estudar e fico pensando , ah, se eles soubessem o quanto faz falta para nós, acho que se soubesse pensaria diferente até mesmo forçando seu filho ir para a escola e ser alguém na vida.

7 - Como você espera que a escola te ajude no futuro?

Ainda espero ser uma pessoa com um curso superior, uma mulher independente e bem-sucedida na vida e sei que só irei conseguir se eu correr atrás e estudar muito, mais acho que ainda consigo.

8 - Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?

Sim, como já disse a senhora , quando voltei a estudar e como havia praticado alguns delitos e que já paguei por isso , e também não me sinto bem em falar sobre esse passado, mais a s pessoas pensam que a gente nunca muda e pensam errado porque tudo que passei foi por incentivo de más companhias que tive, mais hoje sou da sociedade e nada tenho haver com o meu passado graças ao meu esposo e a escola que me ajudou a pensar diferente.

ESTUDANTE (3)

1 - Qual é o seu nome, idade e local de nascimento?

Meu nome é E3, tenho 36 anos e sou de Quirinópolis.

2 - Qual série da EJA que você cursou no ano de 2019?

Cursei o 8º ano.

3 - Com foi sua trajetória na escola quando criança/adolescente e qual foi o motivo que te fez deixar a escola naquela época?

Se a senhora quer mesmo saber, fui um menino travesso que aprontava tudo que a senhora pensa e muito mais, quando tornei adolescente me envolvi com uns parceiros que apenas me tirou do rumo ou quer dizer, saí da escola e me envolvi com drogas até ser preso e condenado, hoje já cumpri minha pena e voltei para a escola para recuperar meu tempo perdido.

4 - O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?

O que eu mais gostava era de estar no meio da turma e aprendendo cada vez mais as lições e os ensinamentos pelos professores que lutam para a gente aprender disso eu gostava, mais infelizmente eu não gostava de certas brincadeiras de mal gosto que me fazia lembrar o meu passado e isso me deixava irritado e as vezes ia até embora da escola para não criar problemas com alguns colegas engraçadinhos.

5 - Qual é a importância da escola para você?

O que eu acho mais importante na escola é saber que eu posso entrar lá e sair a hora que eu quiser sem ser barrado por alguém e acima de tudo é o lugar que leva qualquer uma pessoa a ser um cidadão de bem, como um professor, um Médico, um Advogado ou seja quem é reconhecido na sociedade , isso é muito importante na nossa vida.

6 - Qual é ou era o seu objetivo com os estudos realizados na EJA?

O meu maior sonho e objetivo é ser uma pessoa reconhecida pela sociedade e ser uma pessoa independente e saber que posso ter a mesma liberdade que qualquer um tem.

7 - Como você espera que a escola te ajude no futuro?

Eu espero terminar o ensino Médio e quem sabe até mesmo fazer um curso superior para melhorar meu trabalho e tornar uma pessoa reconhecida e ter um bom relacionamento com todos sem me julgar pelos atos que cometi e que isso seja passado e deixado para trás, porque minha vida agora criou rumo, quero tudo do bem e do melhor para mim e também para minha família.

8 - Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?

Olha pra ser sincero no começo das aulas sofri sim discriminação por alguns colegas mais depois com o passar dos dias ele perceberam que eu era outra pessoa e passamos a viver e conviver melhor com todos em sala. Uma coisa que eu quero falar para a senhora é que ainda tem muito preconceito com as pessoas que teve ou tem algum problema coma Lei, a grande maioria faz um julgamento da gente como se a gente fosse uma pessoa do mal , isso porque eles não sabem o que passamos e nem o quanto sofremos pôr as pessoas julgarem a gente desta forma, ter liberdade condicional não quer dizer que você é um marginal, ao contrário cometemos erros que qualquer pessoa pode cometer também.

ESTUDANTE (4)

1 - Qual é o seu nome, idade e local de nascimento?

Meu nome é E4, tenho 40 anos, e sou natural daqui de Quirinópolis.

2 - Qual série da EJA que você cursou no ano de 2019?

Cursei o 9º ano. Mas fui reprovado por falta e era um aluno problema para a escola, gostava mesmo era da farra e como sou usuário para mim tudo era normal.

3 - Com foi sua trajetória na escola quando criança/adolescente e qual foi o motivo que te fez deixar a escola naquela época?

Nossa professora fica até difícil de te responder porque sempre fui criado somente por meu pai que ficou viúvo, perdi minha mãe quando eu tinha oito anos de idade e de lá para cá com a falta dela me senti abandonado e parti para o uso das coisas digamos ilícitas, como cheguei até mesmo praticar roubos e infiltrei também no mundo das drogas, esta foi a minha perdição, porque deixei a escola ,até porque tinha tudo muito fácil então eu pensava por que estudar e para que isso me serviria? Hoje já estou quite com a justiça graças a Deus, e não quero ficar lembrando meu passado, hoje porém estou parado no tempo.

4 - O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?

O que eu mais gostava era de namorar as gatinhas e me sentir como um cidadão no meio deles ,dessa forma estando na escola eu sabia que minha pena seria reduzida pelos dias de frequência na escola, o que eu nunca gostei foi de ter que fazer aquelas provas somente para comprovar o que a gente tinha aprendido ,nossa senhora, que chatice fazer provas, por isso sempre fui reprovado também.

5 - Qual é a importância da escola para você?

Hoje vejo que realmente tive oportunidades de ser alguém na vida mais joguei minha sorte fora, agora na idade que estou acho que não consigo mais voltar a estudar até porque acho que não vou dar conta de acompanhar os colegas e quer saber, como diz o ditado. Sabão na cabeça de burro velho não escuma mais. Vou seguir meu destino sem problema com a justiça e esperar a velhice chegar.

6 - Qual é ou era o seu objetivo com os estudos realizados na EJA?

Quer saber mesmo? Somente para diminuir a minha pena e nada mais, uso tornozeleira mais também não é por isso que devo ser visto como bandido. Até porque nunca matei ninguém, nunca mexi com família alheia e assim por diante, acho que sou uma pessoa do bem só não tenho os mesmos direitos que todo cidadão tem, sou privado de muitas delas, mais tô de bem com a vida

7 - Como você espera que a escola te ajude no futuro?

Olha professora eu sei que a escola é o lugar almejado por todos mais no meu caso ela hoje está fora dos meus planos, um dos motivo é a minha idade, e outro contudo que já aprontei penso que não serei mais reconhecido pela sociedade porque ninguém sabe o que a gente passa, apenas julgam pelas nossas aparências e não é dessa forma que devemos ser vistos.

8 - Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?

Vixe Maria o que mais sofri foi discriminação tanto dos colegas e até de alguns funcionários também devido a forma que me comportava na escola. Hoje eu vejo que há muito preconceito em relação a gente porque as pessoas acham que todo mundo é bandido, vagabundo e não somos, conheço pessoas que tem vários tipos de crimes contra vida, estupro roubo seguido de morte e porque tem dinheiro estão de bem com a vida e com a sociedade também. Então o preconceito com a gente é muito grande e reconheço que os professores ensinam mais nem todos aprendem. Isso é muito triste na nossa vida.

ESTUDANTE (5)

1 - Qual é o seu nome, idade e local de nascimento?

Meu nome é E5, tenho 23 anos e moro em Quirinópolis.

2 - Qual série da EJA que você cursou no ano de 2019?

Cursei o 8º ano apenas, hoje sou uma aluna desistente.

3 - Com foi sua trajetória na escola quando criança/adolescente e qual foi o motivo que te fez deixar a escola naquela época?

Bem professora a minha trajetória na escola enquanto criança foi super tranquilo porque meus pais me forçaram a ir para a escola então consegui realizar o Ensino Fundamental I completo. Quando completei meus treze anos conheci umas colegas que dizia ser amigas mais hoje reconheço que não era, pois tudo que me oferecia eram coisas que tenho até vergonha de falar para a senhora, então logo ao fazer parte dessas malditas amizades tive que abandonar os estudos, pois nem condição e cabeça eu tinha para estar na sala de aula. Me arrependo muito de ter perdido tanto tempo de estudo em minha vida, mais fazer o que né?

4 - O que mais gostava e o que não gostava nas aulas da EJA?

Quando então retornei à escola o que mais gostava era mesmo de aproveitar as aulas o máximo que podia, até porque o ensino na EJA os professores incentivam a gente a crescer ,melhorar, tirar boas notas, agora o que me chateava era saber que muitos iam ali na escola apenas para passar tempo , fazer brincadeiras de mal gosto.

5 - Qual é a importância da escola para você?

Vejo que é uma pergunta muito importante mais devido as consequências e vários contra tempos em que tive não consigo mais estudar e realizar o meu maior sonho que até então era ser uma Psicóloga ,porque admiro muito esta área do conhecimento mais sei que na atual circunstância da vida sei que não conseguirei realizar esse sonho. Mais a escola ainda é o lugar onde todos deveriam estar para aprender e ser alguém na vida.

6 - Qual é ou era o seu objetivo com os estudos realizados na EJA?

Como já te disse meu maior sonho era ser uma grande Psicóloga pois gostaria muito de trabalhar com a mente das pessoas e assim ajudar cada uma porque hoje na era em que vivemos apareceram muitas doenças como a depressão e outras que somente o psicólogo pode ajudar. Mas vejo na minha frente uma grande barreira que impede a realização desse sonho.

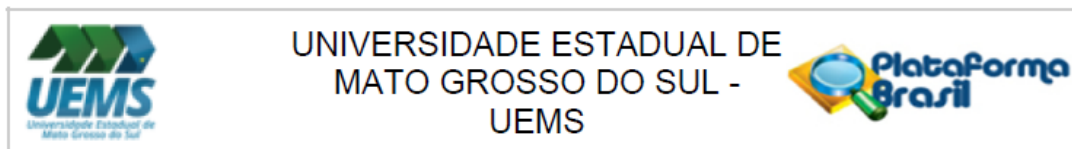
7 - Como você espera que a escola te ajude no futuro?

Falando a verdade acredito que a escola servirá muito para mim na vida dos meus filhos, porque farei o que for preciso para dar estudo a eles para nunca ter a vida que eu tenho, não quero isso para eles.

8 - Você já sofreu preconceito na escola (vindos de professores, funcionários ou alunos) por estar cumprindo pena em liberdade condicional?

Nossa, o preconceito foi a coisa que mais tive tanto na escola quanto no meu dia a dia porque as pessoas olham para gente e apenas sabe o que está por fora e deveria ver a gente como sentimos por dentro, julgam todos iguais como se fosse prostituta, mulher vulgar, muitos até chamam a gente de safada vagabunda, mais isso não quer dizer que somos pessoas do mal , as vezes julgam pelo simples fato de ter uma liberdade condicional por causa de uma bobeira que a gente cometeu e não quero falar sobre isso porque isso para mim é passado e não presente e que já paguei por isso, Outra coisa olham para nós e pensam somente o mal, não é dessa forma e não quer dizer que estamos fazendo as mesmas coisas de antes. Hoje tentamos conviver com as pessoas de modo que a gente nunca sabe em quem confiar de tanto preconceito sobre nós, coisa essa que todos são ensinados nas escolas a não ser e nem ter preconceito com nenhum tipo de pessoa seja ela do modo que for sem separação entre raça cor ou qualquer outro tipo que a pessoa seja.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO SISTEMA PRISIONAL À ESCOLA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GOIÁS

Pesquisador: RUTH BORGES RILKO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 18730919.9.0000.8030

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.951.226

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que se propõe, através de pesquisa de campo, com base em elementos relativos a etnografia, a qual pretende analisar as questões relativas a inclusão escolar. Para tanto, serão entrevistados professores que ministram aulas em uma unidade escolar que apresenta o EJA, na qual estão matriculados jovens em liberdade provisória. Estes sujeitos também serão alvo de entrevista.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Pesquisar quais são as práticas docentes que podem contribuir para a inclusão de alunos provindos do sistema prisional que cumprem pena em liberdade provisória, em escolas regulares de Educação Básica.

Objetivos específicos:

- Observar, descrever e analisar quais são as práticas docentes que contribuem para a inclusão do aluno provindo do sistema prisional que cumpre pena em liberdade provisória na escola regular de Educação Básica;

- Pesquisar, a partir de observação e entrevistas, quais as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos no processo inclusão de pessoas vindas do sistema prisional;

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.804-970
 UF: MS Município: DOURADOS
 Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 3.951.226

- Investigar, através de entrevistas, como esses alunos entendem o processo de escolarização e como compreendem as influências que a escola pode ter nas suas perspectivas de vida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram alterados conforme solicitação enviada por este comitê.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atendeu todas as solicitações feitas por este Comitê.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão presentes e seguem as normas regimentais.

Recomendações:

Todas as pendências foram resolvidas de acordo com as solicitações deste Comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1389278.pdf	05/03/2020 22:02:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO.docx	05/03/2020 11:48:16	RUTH BORGES RILKO	Aceito

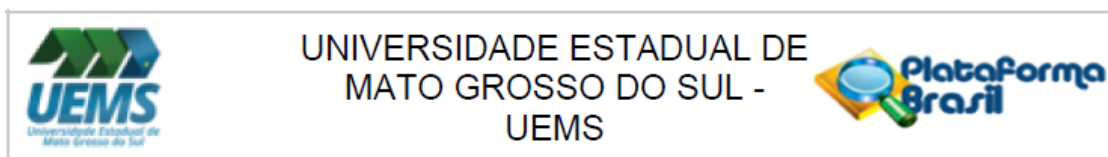
Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351

Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.804-970

UF: MS Município: DOURADOS

Telefone: (67)3902-2699

E-mail: cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 3.951.226

Investigador	PROJETO.docx	05/03/2020 11:48:16	RUTH BORGES RILKO	Aceito
Outros	ROTEIRO.docx	16/10/2019 15:19:33	RUTH BORGES RILKO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl_Professor.pdf	16/10/2019 15:17:20	RUTH BORGES RILKO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl_Aluno.pdf	16/10/2019 15:16:19	RUTH BORGES RILKO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Institucional.pdf	07/08/2019 14:25:02	RUTH BORGES RILKO	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	17/07/2019 12:11:20	RUTH BORGES RILKO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

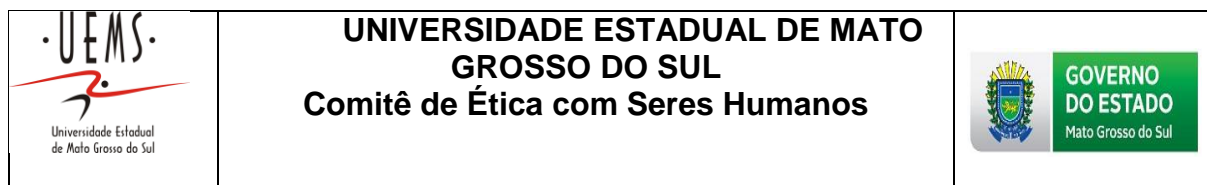
Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 02 de Abril de 2020

Assinado por:
Fabiana Perez Rodrigues Bergamaschi
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Senhor (a) _____ para participar da Pesquisa sobre O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GOIÁS, sob a responsabilidade da pesquisadora Ruth Borges Rilko, que pretende produzir conhecimento, sobre quais são as práticas docentes que podem contribuir para a inclusão de alunos provindos do sistema prisional que cumprem pena em liberdade provisória, em escolas regulares de Educação Básica. Voltada ao sujeito jovem apenas inseridos na EJA, em uma Escola Noturna na Cidade de Quirinópolis -Goiás. Para tanto, temos como objetivo refletir a partir da pesquisa qualitativa de campo sobre o processo de inclusão de jovens que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo oportuno e por isso buscam oportunidade de recuperar esse tempo de forma a contribuir com seu processo de aprendizagem na EJA, bem como discutir a importância da inclusão educacional.

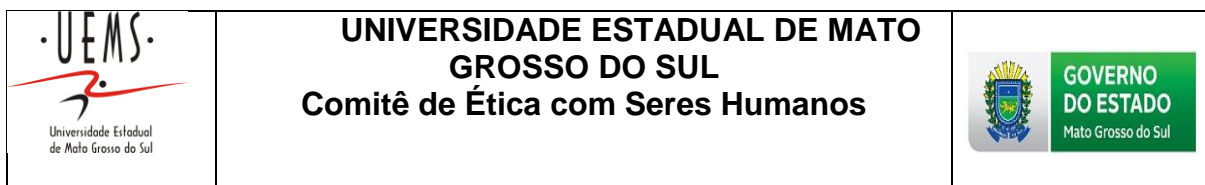
Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Caso o (a) Sr^(a) aceite participar, contribuirá ativamente com suas narrativas acerca de suas memórias e representações. Sua colaboração, juntamente com o aporte teórico a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa propiciará resultados positivos à sociedade.

Para participar da pesquisa, o(a) senhor(a) participará de uma entrevista por meio de questionamentos, em horário e local de sua preferência, onde serão realizadas as entrevistas e, com a intenção de proporcionar maior compreensão e avaliação por parte dos entrevistados no tocante aos questionamentos, não serão gravadas e sim transcritas para o meu caderno de campo posteriormente.

A análise será realizada a partir do discurso dos respondentes, os quais terão plena e integral liberdade de não darem resposta a alguma questão, caso optem por esse caminho.

Os riscos que os sujeitos participantes da pesquisa poderão sofrer por conta de participarem voluntariamente da entrevista serão de mínimo porte como, por exemplo, constrangimento de responder determinada pergunta ou até mesmo de se negar a responder alguma questão ou ponto questionado; irritação; divergência de ideologia, política ou religiosa. Caso o (a) entrevistado (a) queira deixar de participar, em qualquer momento da pesquisa, não sofrerá nenhum tipo de impedimento nem prejuízo, além de ter resguardado o sigilo em relação a sua identidade.

Se depois de consentir na sua participação na pesquisa o (a) Sr (a) desistir de continuar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo, sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da



pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, seja qual for a etapa de realização dos trabalhos.

Após leitura atenta e minuciosa deste documento e esclarecimentos de todas as dúvidas que porventura houver, todas as páginas das duas vias serão devidamente assinadas por pesquisador e participantes, os quais ficarão com uma via deste termo.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ruth Borges Rilko no telefone (64) 98125-8440. Em relação aos seus direitos como participante, você poderá entrar em contato com o 'Comitê de Ética Com Seres Humanos' da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul CESH/UEMS pelo fone (67)3902-2699.

Eu _____ fui informada de forma clara e objetiva como transcorrerá a pesquisa e aceito participar da pesquisa sobre O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GOIÁS.

Paranaíba, 01 de julho de 2019

Assinatura do Pesquisador

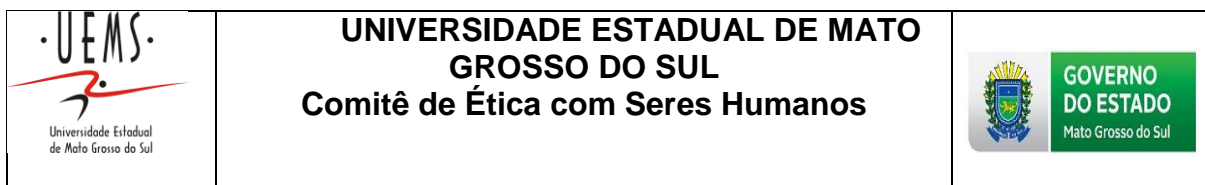
Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome completo do pesquisador: Ruth Borges Rilko

Telefone para contato: (64) 3651-30-65/ (64) 9 8125 8440
ruthbrilko@hotmail.com

E-mail:

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou cesh@uems.br.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Senhor (a) Ruth Borges Rilko para participar da Pesquisa DO SISTEMA PRISIONAL À ESCOLA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GOIÁS , sob a responsabilidade da pesquisadora Ruth Borges Rilko, que pretende produzir conhecimento, sobre quais são as práticas docentes que podem contribuir para a inclusão de alunos provindos do sistema prisional que cumprem pena em liberdade provisória, em escolas regulares de Educação Básica. Voltada ao sujeito jovem apenas inseridos na EJA, nível de alfabetização, da Escola Noturna de Quirinópolis -Goiás. Para tanto, temos como objetivo refletir a partir da pesquisa qualitativa de campo sobre o processo de inclusão de jovens que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo oportuno e por isso buscam oportunidade de recuperar esse tempo de forma a contribuir com seu processo de aprendizagem na EJA, bem como discutir a importância da inclusão educacional.

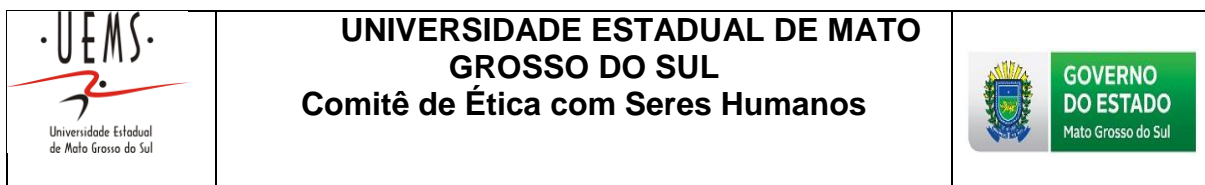
Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Caso o (a) Sr^(a) aceite participar, contribuirá ativamente com suas narrativas acerca de suas memórias e representações. Sua colaboração, juntamente com o aporte teórico a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa propiciará resultados positivos à sociedade.

Para participar da pesquisa, o(a) senhor(a) participará de uma entrevista por meio de questionamentos , em horário e local de sua preferência, onde serão realizadas as entrevistas e, com a intenção de proporcionar maior compreensão e avaliação por parte dos entrevistados no tocante aos questionamentos, não serão gravadas e sim transcritas para o meu caderno de campo posteriormente.

A análise será realizada a partir do discurso dos respondentes, os quais terão plena e integral liberdade de não darem resposta a alguma questão, caso optem por esse caminho.

Os riscos que os sujeitos participantes da pesquisa poderão sofrer por conta de participarem voluntariamente da entrevista serão de mínimo porte como, por exemplo, constrangimento de responder determinada pergunta ou até mesmo de se negar a responder alguma questão ou ponto questionado; irritação; divergência de ideologia, política ou religiosa. Caso o (a) entrevistado (a) queira deixar de participar, em qualquer momento da pesquisa, não sofrerá nenhum tipo de impedimento nem prejuízo, além de ter resguardado o sigilo em relação a sua identidade.

Se depois de consentir na sua participação na pesquisa o (a) Sr (a) desistir de continuar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo, sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo. A



pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, seja qual for a etapa de realização dos trabalhos.

Após leitura atenta e minuciosa deste documento e esclarecimentos de todas as dúvidas que porventura houver, todas as páginas das duas vias serão devidamente assinadas por pesquisador e participantes, os quais ficarão com uma via deste termo.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: Ruth Borges Rilko no telefone (64) 98125-8440. Em relação aos seus direitos como participante, você poderá entrar em contato com o ‘Comitê de Ética Com Seres Humanos’ da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul CESH/UEMS pelo fone (67)3902-2699 ou no endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12, em Dourados – MS, Bloco B, 1º piso - Horário de atendimento das 8h às 14h, de segunda a sexta.

Eu Ruth Borges Rilko fui informada e aceito participar da pesquisa: DO SISTEMA PRISIONAL À ESCOLA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NOTURNA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS-GOIÁS. Após a pesquisadora Ruth Borges Rilko ter me explicado de forma clara e objetiva como transcorrerá a pesquisa.

Paranaíba, 01 de julho de 2019

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome completo do pesquisador: Ruth Borges Rilko

Telefone para contato: (64) 3651-30-65/ (64) 9 8125 8440
ruthbrilko@hotmail.com

E-mail:

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou cesh@uems.br.